

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA

Percilio Araujo da Silva Filho

**A construção do conceito de dissociação e sua
relevância para a psicologia**

**São Paulo
2018**

Percilio Araujo da Silva Filho

**A construção do conceito de dissociação e sua
relevância para a psicologia**

Versão Corrigida

Dissertação entregue ao Instituto de
Psicologia da USP como parte do processo
para a obtenção do título de Mestre no
Programa de Pós-Graduação em
Psicologia Social e do Trabalho

Área de concentração:
Psicologia Social

Orientador:
Prof. Dr. Wellington Zangari

**São Paulo
2018**

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na publicação
Biblioteca Dante Moreira Leite
Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo
Dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Silva Filho, Percilio Araujo da

A construção do conceito de dissociação e sua relevância para a psicologia / Percilio Araujo da Silva Filho; orientador Wellington Zangari. -- São Paulo, 2018.

127 f.

Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, 2018.

1. Dissociação. 2. Saúde Mental. 3. Hipnose. 4. História da Psicologia. 5. Cultura. I. Zangari, Wellington, orient. II. Título.

Nome: Percilio Araujo da Silva Filho

Título: A construção do conceito de dissociação e sua relevância para a psicologia

Dissertação apresentada ao Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Psicologia

Tese defendida e aprovada em: _____

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Julgamento: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Assinatura: _____

Prof. Dr. _____

Instituição: _____

Assinatura: _____

A meus pais, com amor e infinita gratidão

Agradecimentos

A meu orientador e amigo, Prof. Dr. Wellington Zangari, por ter me aberto as portas do InterPSI (Laboratório de Psicologia Anomalística e Processos Psicossociais) no Instituto de Psicologia da USP e me acolhido, bem como ter acreditado em mim e em meu trabalho me oferecendo todo seu incondicional apoio, que foi absolutamente imprescindível para que eu pudesse me manter firme ao longo de todo o mestrado. Afirmando aqui minha admiração, gratidão, respeito e afeto.

Aos Prof. Dr. Everton Maraldi e Profa. Dra. Camila Mendonça Torres por terem me recebido afetuosamente nos grupos de estudos vinculados ao InterPSI dos quais são organizadores, respectivamente tanto o GEALTER (Grupo de Estudos sobre Alterações e Anomalias da Identidade) como o GEPPSIREL (Grupo de Estudos e Pesquisas em Psicologia da Religião) e também pelo carinho, amizade, e valiosas contribuições durante minha Banca de Qualificação, pois foram essas observações que me auxiliaram para que eu pudesse organizar e direcionar meus esforços. Literalmente me senti caminhando no ombro de gigantes, e essa ajuda enriqueceu, mudou rumos e transformou completamente para muito melhor a qualidade da minha dissertação.

À Prof. Dra. Fátima Regina Machado, por também ter aberto para mim as portas do InterPSI e servido sempre como grande inspiração e modelo de pesquisadora e humanidade, alguém com quem sempre pude aprender e, também, ter a honra de trabalhar em parceria. Minha profunda admiração.

Ao Prof. Dr. Carlos Alvarado pelas valiosas sugestões e por ter compartilhado grande quantidade de material relevante para a execução do trabalho.

A todos os colegas do InterPSI e os grupos de estudos, pelo apoio, aprendizado, companhia, viagens em grupo a eventos científicos e também os afetuosos momentos de confraternização.

Às secretárias do departamento de Psicologia Social e do Trabalho, Marinalva Gil e Rosângela Segaki, por todo o cuidado e atenção que dispensaram a mim em relação aos processos administrativos envolvendo o mestrado.

Aos queridos amigos Cristiane Accica, Iara Walendy, Patrícia Montini e Ricardo Ferreira pelo apoio, ajuda, motivação, paciência e presença durante todo o tempo em que estive trabalhando na dissertação.

Resumo

SILVA FILHO, Percilio Araujo da. **A construção do conceito de dissociação e sua relevância para a psicologia.** Dissertação (Mestrado). Instituto de Psicologia. Universidade de São Paulo, p. 127.

O verbo dissociar remete à cisão ou desagregação, termos esses que no campo da saúde mental estão associados à doença e à patologia, dificilmente à saúde. O objetivo desse trabalho foi mostrar como a concepção de dissociação foi construída socialmente a partir de mecanismos da mente (a associação e a desagregação de seus elementos) que se mantiveram como denominadores comuns ao longo da história da saúde mental por meio de práticas como o xamanismo, exorcismo, magnetismo animal e a hipnose. Finalmente, ao final do século XIX e início do século XX, a medicina e a nascente psicologia valeram-se da dissociação para estudarem fenômenos como as múltiplas personalidades, a histeria e mesmo a experiência religiosa, de maneira tal que diversos investigadores pioneiros como William James, Pierre Janet, Alfred Binet, Frederic Myers, Morton Prince e outros, integraram muitos (ou todos) desses princípios em suas próprias propostas teóricas e influenciaram toda a psicologia, ao conceituarem que a mente se dividia em consciente ou inconsciente, bem como apresentava múltiplos níveis e compartimentos que podiam ser tanto cindidos e desagregados como unidos e conectados. O método utilizado na investigação foi a revisão bibliográfica e a análise foi realizada a partir da ótica crítica da psicologia social. Essa tradição de pensamento psicológico cuja base é dissociativa (enquanto processo) e hipnótica (enquanto instrumento) foi obnubilada ao longo do século XX com o surgimento de novas propostas, como o behaviorismo e a psicanálise, e, também, com a patologização à qual o fenômeno dissociativo foi exposto ao longo do século XX. O presente trabalho concluiu que o estudo da dissociação é relevante para a psicologia tanto em seus aspectos históricos como atuais, por se tratar de um fenômeno psicológico presente em diversas teorias, normal em si, mas que pode adquirir conotação saudável ou patológica dependendo do contexto a partir do qual é avaliado. Por fim, concluiu também que a hipnose pode ser um valioso instrumento clínico que merece ser reintegrado à psicologia.

Palavras-Chave: Dissociação, Saúde Mental, Hipnose, História da Psicologia, Cultura.

Abstract

SILVA FILHO, Percilio Araujo da. **The construction of the concept of dissociation and its relevance to psychology**. Dissertation (Master's Degree). Instituto de Psicologia. Universidade de São Paulo, p. 127.

Dissociate refers to splitting or disintegrating, terms that in the field of mental health usually refer to disease and pathology, hardly to health. The objective of this work was to show how the conception of dissociation was socially constructed through mechanisms of the mind (the association and the disintegration of its elements) that have remained common denominators throughout the history of mental health through practices such as shamanism, exorcism, animal magnetism and hypnosis. Finally, in the late nineteenth and early twentieth centuries, medicine and newborn psychology drew on dissociation to study phenomena such as multiple personalities, hysteria, and even religious experience, so that pioneering scholars such as William James, Pierre Janet, Alfred Binet, Frederic Myers, Morton Prince and others, integrated many (or all) of these principles into their own theoretical proposals and influenced all psychology by conceptualizing that the mind was divided into conscious or unconscious, levels and compartments that could be both spun-off and disaggregated as united and connected. The method used in the research was the bibliographical review and the analysis was carried out from the critical perspective of social psychology. This tradition of psychological thinking, whose basis is dissociative (as a process) and hypnotic (as an instrument) was obnubilated throughout the twentieth century with the emergence of new proposals, such as behaviorism and psychoanalysis, and also with the pathologization to which the dissociative phenomenon was exposed throughout the 20th century. The present study concluded that the study of dissociation is relevant for psychology in both its historical and current aspects, since it is a psychological phenomenon present in several theories, normal in itself, but which can acquire a healthy or pathological connotation depending on the context from which it is evaluated. Finally, he concluded that hypnosis can be a valuable clinical tool that deserves to be reintegrated into psychology.

Keywords: Dissociation, Mental Health, Hypnosis, History of Psychology, Culture.

Lista de Figuras

Figura 1: Modelo gráfico para o *continuum* dissociativo

Sumário

1. Apresentação	11
1.1. Trajetória Pessoal	11
1.2. Objetivo e Método	13
1.3. Justificativa	15
2. Introdução	17
3. História da Dissociação	23
3.1. Pré-História e Possessão	23
3.2. Mesmerismo e Espiritismo	26
3.3. Hipnose e Pesquisa Psíquica	29
3.4. A Invenção da Dissociação	36
3.5. Manifestações Culturais	42
4. Dissociação: Aspectos Clínicos e Hipnose	47
4.1. Iatrogenia	47
4.2. Multiplicidade e Identidade	62
4.3. Perspectivas Neodissociativas e Sócio-Cognitivas	73
4.4. Diagnóstico e Psicodiagnóstico	79
4.5. Espectro Dissociativo	85
4.6. Hipnose e <i>Rapport</i>	99
5. Discussão e Considerações	117
6. Referências	121

1. Apresentação

1.1. Trajetória Pessoal

Nasci numa família católica de orientação tradicional e ortodoxa na qual a participação nas missas aos domingos, estudos em casa e posteriormente o aprofundamento religioso através da catequese parecessem passos naturais, porém nada me interessava mais do que estudar o último e, para muitos, o mais temido livro de toda a Bíblia: O Apocalipse. Enquanto criança e nos primeiros anos da adolescência, haviam dois aspectos que me interessavam particularmente nesse livro, sendo eles a estrutura narrativa que me remetia a histórias de terror (seres sobrenaturais, mortes, perseguições, destruições) e principalmente o aspecto profético dessas narrativas, pois elas eram contadas sempre a partir do ponto de vista de um homem que havia tido uma “visão”, experiência essa que me instigava profundamente a questionar, tanto para meus pais como para minha professora de catequese, se tais experiências que haviam sido possíveis em outras épocas poderiam existir nos tempos atuais. Tive negativas de todos os lados - o que me deixou profundamente frustrado – mas ao mesmo tempo me deixou ainda mais interessado, porém eu tinha dificuldade em conversar com pessoas da minha comunidade que demonstrassem algum interesse semelhante ao meu.

Meu interesse nas experiências visionárias só aumentou, e eu guardava uma certa certeza de que em algum lugar da mente haveria a possibilidade de que tal habilidade pudesse ser “despertada”, principalmente porque além do Apocalipse, um dos meus principais interesses foram os jogos de RPG (*Role Playing Games*), nos quais o jogador dá vida a um personagem que atua dentro de uma narrativa num mundo fantástico ou ficcional e, junto a outros jogadores, representa um papel e conta uma história. Nesses jogos, os personagens possuem história, motivação e objetivos, e parte do interesse de tais jogos está justamente na interpretação da vida desses personagens, que após pouco tempo de brincadeira, passam inclusive a despertar no jogador uma certa familiaridade e até mesmo uma dose de afeto. Nesses jogos, representar um guerreiro ou representar um feiticeiro constituem experiências diferentes, porém *ambas possíveis* a um mesmo jogador, desde que ele evoque as respectivas características que normalmente são

atribuídas a tais personagens (como por exemplo a coragem e agressividade de um guerreiro ou a sabedoria e perspicácia de um mago). Participar de jogos de RPG despertou em mim uma certa crença de que se fosse possível treinar uma determinada habilidade, eu poderia me tornar mais proficiente nela – o que naturalmente se estenderia para a “visão”. Porém, o contexto familiar e comunitário não facilitavam essa minha busca e somente após começar a trabalhar, aos 17 anos, foi que pude iniciar minha busca solitária, imediatamente pelo espiritismo, através de livros como “O Livro dos Espíritos” e “Livro dos Médiuns”, livros que eu precisava ler em segredo, de forma que minha família sequer suspeitasse, pois eu temia represálias, já que um livro que discutia o contato com mundos espirituais e mortos não combinavam com a doutrina tradicional dentro da qual eu havia sido criado. Meu interesse por fenômenos da mente aumentou e finalmente pude participar de uma ordem esotérica iniciática durante um tempo que justamente me permitiu ter esperança de desenvolver a tão aguardada “visão” que eu esperava há anos, afinal, se os profetas podiam eu também poderia ser capaz, desde que treinasse o suficiente para isso.

Os estudos que comecei a fazer dentro dessa ordem esotérica me apresentaram o conceito de arquétipo, que invariavelmente me apresentaram Jung e sua proposta psicológica, quase 20 anos atrás. Desfiz minha participação no grupo em questão e passei a estudar espiritualidade por conta, ao mesmo tempo que passei a ler materiais aleatórios que encontrava sobre Jung, até que meu desejo em me tornar filósofo foi substituído pelo de me tornar psicólogo, e entender melhor até que ponto muitas das experiências que eu presenciava nos contextos espiritualistas, incluindo as minhas próprias, seriam efetivamente contatos com o sobrenatural, tal como as experiências proféticas das visões apocalípticas dos antigos profetas, ou se seriam criações, ficções da minha mente. Foi na psicologia que passei a ter acesso a recursos que me permitiriam fazer exatamente essa investigação que tanto me interessava, principalmente porque Jung havia construído toda uma psicologia que atribuía à mente inconsciente a possibilidade de uma vida autônoma em relação à mente consciente, autonomia essa que seria responsável por muitas das experiências que eu passava e via outras pessoas passarem.

A partir do momento em que comecei a estudar de forma mais aprofundada a Psicologia Analítica de Jung, invariavelmente entrei em contato com uma técnica proposta por ele, chama de “Imaginação Ativa”, que permitia ao indivíduo fazer contato

direto com sua própria mente inconsciente, através de um tipo de experiência introspectiva que me era muito semelhante, em vários aspectos, a experiências espirituais que eu via em contextos religiosos. Eu descobri que seria possível acessar e atuar em aspectos da mente que inicialmente pareciam inacessíveis, principalmente quando esses aspectos eram encarados como algo “à parte” do ego que acessa esse algo, seja lá o que for, e optei por abordar esse tema durante meu trabalho de conclusão de curso (SILVA FILHO, 2010).

A possibilidade da divisão da mente e, principalmente, a perspectiva psicoterapêutica que isso abria me inspiraram a continuar meus estudos, de forma que, pesquisando o mecanismo psicológico por trás da técnica da Imaginação Ativa de Jung, a dissociação, encontrei no departamento de Psicologia Social do IPUSP o INTERPSI (Laboratório de Psicologia Anomalística e Processos Psicossociais) e passei a participar de um dos grupos de estudos mantidos por esse Laboratório, o GEALTER (Grupo de Estudos sobre Alterações e Anomalias da Identidade). A partir de minha participação nas atividades do INTERPSI, com maior interesse nos assuntos relacionados à dissociação (conforme abordados no GEALTER) pude então escrever meu projeto de pesquisa afim de me aprofundar ainda mais nesse tema que, hoje posso entender melhor, já me atraía desde a infância. A julgar pelo caminho que trilhei em todos esses anos e onde pude chegar, só posso concluir que minha “visão” me levou para o lugar certo.

1.2. Objetivo e Método

Inicialmente o trabalho tinha como proposta uma revisão bibliográfica para investigar a(s) principal(is) obra(s) de 8 autores clássicos e pioneiros em Psicologia¹ que realizaram experimentos e construíram teorias a respeito do fenômeno dissociativo, para identificar possíveis aspectos psicossociais que justificassem essa construção para além das perspectivas biologizantes e psicopatológicos normalmente associados ao estudo desse tema, aspectos esses muitas vezes associados à pesquisa desses próprios autores. Durante minha banca de Qualificação da Dissertação, os professores arguidores

¹ Alfred Binet, Boris Sidis, Carl Jung, Étienne Azam, Jean-Martin Charcot, Morton Prince, Pierre Janet e Theodore Flournoy.

sugeriram que eu expandisse o escopo de análise do trabalho de maneira que, ao invés de me focar num grupo de autores específicos que atuaram num determinado momento histórico, eu poderia focar toda a historicidade da dissociação, de forma tal que esses autores (e também outros até então não contemplados) fizessem parte da construção dessa história como agentes ativos e participantes, de forma que o objetivo do trabalho foi portanto atualizado, passando a ser então o de reconstruir a história da dissociação através de uma perspectiva psicossocial, de forma que, para além dos aspectos históricos em si, ocorreria uma análise que se desenrola ao longo do trabalho, a partir da perspectiva da Psicologia Social, e que constrói um sentido para o surgimento da ideia do que seja a dissociação, principalmente no que diz respeito ao legado dessa construção para Psicologia Social e, conseqüentemente, à Psicologia como um todo.

Essa perspectiva, embora histórica, tem um foco específico, que é o momento que circundou o nascimento da Psicologia Clínica, portanto, final do século XIX e início do século XX. Nessa época, grandes pioneiros como Pierre-Marie-Félix Janet (1859-1947), Alfred Binet (1857-1911), William James (1842-1910), Carl Gustav Jung (1875-1961), Morton Henry Prince (1854-1929), Theodore Flournoy (1854-1920) e outros, foram autores históricos cujos experimentos realizados com a hipnose e a dissociação auxiliaram no desenvolvimento da ciência Psicologia (ALVARADO, et al 2007), embora não exista devido crédito reconhecendo a importância de tais estudos nos livros-textos de Psicologia.

Partindo da consideração de que estados dissociativos não necessariamente sejam patológicos, podendo até ser desejáveis - de acordo com o contexto, cultura e objetivo do indivíduo – é muito coerente afirmar que todo um espectro de experiências humanas, normalmente relegadas à escuridão dos porões da psicologia, como por exemplo as experiências de incorporação mediúnica, podem ser revistas em relação a seu valor psicológico quando se lança sobre elas um valor cultural e contextual (MARALDI; MACHADO; ZANGARI, 2010).

A estrutura da dissertação, por sua vez, é apresentada ao leitor a partir de uma estrutura construída sobre dois capítulos. No primeiro capítulo, a dissociação é remetida a uma determinada maneira de se compreender tanto a psicopatologia como a saúde mental e seu respectivo manejo, ligada por um fio condutor histórico cujo início se encontra na pré-história da cura, com os xamãs e, a partir daí, se desenrola e apresenta importantes desdobramentos que perpassam práticas como o exorcismo, o magnetismo

animal, a hipnose, o nascimento da Psicologia Científica, e finalmente as práticas psicoterapêuticas dos dias atuais. No segundo capítulo, é feita uma revisão crítica da história da dissociação, embasada na Psicologia Social e focada no século XX, apresentando-a como um conceito que, surgido ao final do século XIX, se coloca como descendente direto daquelas práticas do passado situadas no capítulo anterior, porém, agora, destituída de seus atributos relacionados à busca pela cura e pela saúde, sendo reconhecida dentro dos novos contextos científicos - especificamente os psicológicos e os psiquiátricos – como sendo de natureza exclusivamente psicopatológica, ao mesmo tempo em que são apontados os mecanismos históricos e sociais envolvidos em tal processo. Paralelamente, é construída uma análise que revisa essa ruptura e reinterpreta a dissociação para os leitores modernos como algo relacionado tanto à doença como também à saúde, situando a dissociação novamente naquele fio condutor inicial. A análise da historicidade da dissociação está embasada em Michel Foucault e sua perspectiva crítica e psicossocial da história da saúde mental. Tal perspectiva leva em consideração a cultura, época e o contexto - o *zeitgeist* – como elementos indissociáveis e influenciadores na construção das ideias médicas que deram origem ou auxiliaram na compreensão do que hoje é entendido e chamado “dissociação”, que, por sua vez, se apresenta como elemento constituinte e inegável na construção histórica da Psicologia enquanto campo da ciência. Por último, e encerrando o trabalho, é feita uma discussão que organiza os principais elementos de toda a dissertação e apresenta algumas conclusões tiradas a partir daí.

1.3. Justificativa

Ao longo da história da psicologia e psiquiatria, o tema “dissociação” parece sempre ter gerado discussões e controvérsias ideológicas que, até a atualidade, não se resolveram plenamente, como o embate já existente entre as escolas de hipnose de Salpêtrière e Nancy (ALVARADO, et al, 2007), em que a primeira defendia a origem psicopatológica dos estados dissociativos e a segunda defendia a origem social e contextual dos mesmos.

De qualquer forma, há uma visão psicopatológica predominante na atualidade para o fenômeno da dissociação (sustentada basicamente por materiais internacionais de referência, como o Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais - DSM), que se apresenta mais propenso a identificar experiências dissociativas como possuindo natureza problemáticas, sem que tenha sido levado em consideração, por exemplo, que tais experiências também possam, dependendo das circunstâncias envolvidas, serem de natureza saudável e perfeitamente normais (o que recebe suporte de autores clássicos – como os já citados - que através de suas pesquisas tenham muitas vezes denunciado tanto o aspecto patológico como o aspecto saudável de tais fenômenos).

O tema da dissociação interessa ao campo da Psicologia Social justamente por ser na interação humana que esse fenômeno pode ser disciplinado (Zangari, 2003). Ele pode ser acolhido, pode ganhar um espaço, um lugar, um sentido. Além do escopo social, é importante também que se possa considerar a questão da saúde mental pela ótica ideológica, ou seja, o caminho que a saúde mental segue privilegia as ideias primeiramente veiculadas, ou ideologizadas por assim dizer, pelos primeiros pensadores médicos, e simplesmente reproduzida pelas gerações seguintes como verdades absolutas. O atual trabalho então assume também a perspectiva da ressignificação, retirando a discussão do nosso tema central do eixo exclusivamente patológico e expandindo sua conotação para o campo do cultural e do coletivo, buscando um equilíbrio.

2. Introdução

Ao tratarmos da historicidade do tema “dissociação”, é importante compreendermos desde o início o motivo que nos leva a um estudo dessa natureza. Compartilho aqui as palavras de um dos maiores pesquisadores da área, Carlos Alvarado et al. (2007), que ao tratar justamente dessa discussão, deixa claro que a dissociação é sem sombra de dúvida um dos fenômenos psíquicos relevantes para uma melhor compreensão da psique tanto para as áreas da psicologia como para a psiquiatria, pois fez parte constituinte das pesquisas a respeito da mente ao longo do século XIX e XX e que, juntamente com a hipnose, a histeria e a mediunidade, ajudaram na construção do pensamento psicológico e também psiquiátrico, o que demonstra a relevância do assunto para a Psicologia como um todo.

Começaremos nossa discussão com um preâmbulo, que diz respeito aqui à própria definição do termo “dissociação”. Do que estamos falando e o quê a palavra significa? O primeiro auxílio será recebido de Krippner (1994), quando o autor expõe que o termo ‘dissociação’ refere-se tão somente a uma tentativa de membros de um grupo social em descrever e compreender o mundo em que eles vivem, o que significa que em diferentes culturas a percepção desses fenômenos pode ser muito diferente (ou mesmo numa única cultura, porém, em épocas diferentes). Essa proposta tem sintonia com aquilo que Cardeña (1994) expõe sobre a natureza complexa do tema, que definitivamente não foi ainda resolvida (e não se sabe quando isso será possível) pois há muitas diferentes perspectivas a respeito do assunto, o que dificulta uma concordância universal sobre o quê exatamente a dissociação é, deixando um convite para que o leitor, pelo menos, fique consciente dessas diferentes concepções e usos que são dados a ela. Em pesquisa recente, Maraldi (2014) realizou ampla revisão sobre o tema dissociação, mostrando como tal fenômeno (assim como o conhecemos hoje) foi encarado em diferentes épocas e culturas. Acabou, finalmente, por propor uma definição, elaborada a partir da perspectiva da Psicologia Social, que considero suficientemente abrangente por dar conta tanto da realidade pessoal, psíquica, como da realidade psicossocial, cultural, definição essa que opto por adotar no presente trabalho conforme o autor a apresenta (p.98): “Quando, de alguma forma, isolamos lembranças, percepções, emoções, ou atividades motoras que geralmente permanecem (ou deveriam permanecer) ligadas a um núcleo identitário dominante, para vê-las assumir depois um caráter autônomo (porém, proposital ou dotado de sentido) estamos diante da

dissociação.” Essa é a definição que guiará a discussão ao longo desse trabalho, o que não significa que outras definições ou perspectivas possam ser apresentadas ou discutidas.

Quando tratamos de fenômenos da mente, como a dissociação, ficará cada vez mais claro para o leitor que se trata de um universo não totalmente desvelado. De acordo com Alvarado (2003), os fenômenos tais como personalidades múltiplas eram considerados por alguns pesquisadores pioneiros da área, como Pierre Janet, nada mais do que fenômenos históricos ou mesmo sinais de degeneração da mente, enquanto que para outros pesquisadores também pioneiros, como Frederic William Henry Myers (1843-1901), tais fenômenos não seriam necessariamente patológicos, podendo até mesmo, de alguma forma, representarem possíveis sinais de desenvolvimento da personalidade (ELLENBERGER, 1970). Também é possível que ambos estejam corretos e a dissociação possa ser ambas as coisas.

Até aqui pode estar mais claro que dissociar-se significa de uma certa forma separar-se, seja do fluxo constante de ideias e pensamentos, ou mesmo emoções e imagens com os quais o indivíduo está acostumado e usualmente identificado (ou com os quais gostaria de estar sempre identificados), então, utilizando como apoio a proposta de Maraldi (2014, p. 98-99), temos que “a variação com que tais associações se desprendem do eixo que as une é uma medida do grau de dissociação atingido por um indivíduo em uma determinada circunstância”, o que nos remete à segunda característica importante do processo dissociativo, que é efetivamente a intensidade dessa separação, de maneira que quanto mais “distante” ou afastado o conteúdo (pensando, sentimento etc) estiver do núcleo de identidade que o une, mais propenso ele estará a não ser “administrado” por esse centro, e, conseqüentemente, pode vir a agir por conta própria. Partindo do princípio de que os fenômenos dissociativos podem ser patológicos ou saudáveis, normais ou incomuns, temos toda uma variação ou alcance deles, desde os mais patológicos e incomuns como o transtorno dissociativo de identidade, no qual o indivíduo apresenta um quadro clínico no qual diferentes personalidades se manifestam num mesmo indivíduo à revelia do mesmo, até os mais normais e comuns como a absorção na leitura de um agradável livro ou a experiência de assistir a um filme que prenda a atenção, experiências nas quais o indivíduo pode ficar alheio ao seu entorno e a si mesmo, não se dando conta, por exemplo, de estar com fome, pois tal percepção permaneceu longe da consciência. Convido o leitor a pensar numa imagem, no caso um farol cuja função é a de auxiliar navios em alto mar a se guiarem,

de forma que o farol seja o núcleo organizador e os navios sejam os conteúdos e a luz desse farol permite que eles fiquem conscientes, recebendo a “luz da consciência” e se tornando visíveis. A experiência dissociativa significa então que alguns desses navios, seja por conta de tempestades, maremotos, ou quaisquer outros eventos que afetem a conexão entre o farol e o navio, podem sair do raio de alcance da luz, de forma a não poderem mais ser guiados e isso pode ocasionar se perderem em alto mar (que pode ser aqui a mente inconsciente, se pensarmos na mente estruturada de forma psicodinâmica). Esses navios, embora estejam longe da influência da luz do farol, não deixaram de existir por causa disso (esse é um ponto absolutamente crítico na compreensão do fenômeno dissociativo), e podem então seguir para qualquer caminho que quiserem seguir ou acharem que devem seguir.

Ainda trabalhando com a definição proposta por Maraldi (2014), as “circunstâncias” às quais alude o autor para que o fenômeno dissociativo ocorra podem ser tanto de caráter íntimo/pessoal (denominadas pelo autor de “dissociação tendencial”) como aquelas de caráter cultural (denominadas pelo autor de “dissociação contextual”). A dissociação tendencial é aquela que representa a tendência natural e espontânea do indivíduo para vir a ocorrer, influenciada por seus próprios processos psíquicos, enquanto que a dissociação contextual é aquela que representa a tendência provocada pelo meio e contexto, portanto, influenciada pela cultura. Da mesma forma, podemos afirmar que os estudos científicos a respeito de estados dissociativos nasceram em contextos que favoreciam uma compreensão patologizadora dos mesmos (pois o *zeitgeist* da época, final do século XIX, priorizava a pesquisa relacionada à dissociação tendencial), porém, ao longo do tempo, novas pesquisas e discussões ampliaram o que se conhece sobre o tema e trouxeram novas possibilidades explicativas (apresentando então a perspectiva da dissociação contextual).

Interessante notar que as experiências dissociativas também podem estar relacionadas às experiências anômalas, ou seja, aquelas experiências incomuns para as quais a ciência ainda não possui uma explicação final, porém, são reportados em muitas culturas nos mais diferentes contextos, como as experiências de saída do corpo, as experiências de quase-morte ou as curas espirituais, como aponta CARDEÑA et al. (2013, p.22): “para muitos indivíduos, o início de uma experiência anômala pode ser involuntário, enquanto que outros podem buscar ou tentar induzir intencionalmente suas experiências anômalas. Alguns, por exemplo, ingerem LSD com o propósito de ter esse tipo de experiência”, ou seja, muitas das experiências que costumam estar associadas a anomalias

podem ocorrer quando o indivíduo está dissociado, e tal experiência pode tanto ser espontânea e não-intencional como desejada e facilitada pelo contexto. Partindo da consideração, conforme já foi visto, de que estados dissociativos não necessariamente sejam patológicos, podendo até ser desejáveis - de acordo com o contexto, cultura e objetivo do indivíduo – é possível acreditar que todo um espectro de experiências humanas, normalmente relegadas à escuridão dos porões da psicologia e consideradas anômalas, como por exemplo as experiências de incorporação mediúnica, podem ser revistas em relação a seu valor psicológico quando se lança sobre elas um olhar cultural e contextual, incluindo aí a possibilidade dissociativa como um elemento que possa ajudar a identificar explicações para os mesmos (MARALDI; MACHADO; ZANGARI, 2010), o que significa que muitas experiências e fenômenos muitas vezes entendidos como pertencentes a esferas alheias à psicologia podem efetivamente receber renovada atenção, com elementos que tornem possíveis uma compreensão mais abrangente dos mesmos. No caso da própria Psicologia, por exemplo, o termo “dissociação” só costuma ser abordado durante a formação do futuro profissional durante as aulas que tratam do tema “psicopatologia”, quando efetivamente poderiam também estar presentes em outras aulas como ‘sociologia’, bem como outras, o que mostra a marcação dada ao tema ao longo do tempo.

Convém lembrarmos que esse estado para o qual damos o nome de dissociação também pode se entremear com outros fenômenos da mente, como a hipnose, sendo justamente experiências dessa natureza que apresentaram aos pesquisadores pioneiros da psiquiatria e da psicologia grande variedade de explicação e possibilidades teóricas (ALVARADO, 1989; 2007). Ainda de acordo com o autor (2016, p.85), “o estudo da dissociação se desenvolveu rapidamente ao longo do século XIX por conta de fenômenos observados na histeria, hipnose, e várias outras condições que sugeriam a existência de uma consciência secundária, incluindo o [chamado à época] sonambulismo, e casos de dupla e múltipla personalidade”. Ainda, de acordo com o mesmo autor (1991, p. 36), ao longo da história os fenômenos dissociativos têm sido explicados de maneiras diferentes por diferentes pesquisadores, o que nos mostra no mínimo a complexidade desse objeto de estudo, citando por exemplo o médico canadense Henri Ellenberger que, ao estudar pacientes em transe, fenômenos como a escrita automática e também os efeitos psicológicos da hipnose, assumindo a existência de diferentes personalidades subconscientes, teve material suficiente a partir de pesquisa com todas essas experiências

para desenvolver suas próprias ideias daquilo que veio a chamar de “a descoberta do inconsciente”(Alvarado, 2002, p. 09), mostrando como a relação com fenômenos considerados por muitos como obscuros foram justamente aqueles que permitiram o surgimento da Psicologia e das disciplinas que estudaram a mente inconsciente, como será visto posteriormente com mais detalhes. Por outro lado, houve também autores que optaram por leituras diametralmente diferentes, partindo para uma compreensão cerebral e fisiológica, levando em consideração por exemplo o papel dos diferentes hemisférios cerebrais para explicar tanto as experiências hipnóticas como os fenômenos dissociativos, sendo um exemplo notável nessa linha de pensamento o psicólogo Stanley Hall que, no início do século XX, argumentava fortemente contra a Pesquisa Psíquica² pois entendia que era deveras importante para a psicologia não manchar sua imagem ao se associar com tais temas e assuntos (ALVARADO, 2014b), de forma que ela, enquanto ciência, deveria efetivamente separar-se e afastar-se de práticas científicas de menor importância, meros resíduos de épocas ainda não científicas, que poderiam ser facilmente explicadas pela ótica da mente inconsciente ou, simplesmente, pelo charlatanismo. Para outros pesquisadores da mesma época, como o psicólogo Theodore Flournoy, a mente inconsciente poderia se expressar de maneira criativa e espontânea e, em indivíduos mais predispostos a fenômenos hipnóticos, essa imaginação latente poderia se apresentar sem barreiras, produzindo os mais diversos tipos de fenômenos (ALVARADO et al, 2014, p. 157; FLOURNOY, 1900), o que predispõe uma explicação mais psicológica do que fisiológica. Flournoy cunhou o termo “criptomnésia” para designar o processo criativo da mente inconsciente, responsável pelo surgimento de memórias profundamente esquecidas que, muitas vezes, por conta de processos como o chamado sonambulismo (hoje também interpretado como “mediunidade”, ocorrendo por exemplo nas sessões espíritas), mobilizava tais conteúdos para que emergissem à mente consciente porém influenciados pelos processos criativos e espontâneos da mente inconsciente, que daria nova roupagem a essas memórias. Há abordagens mais contemporâneas que correlacionam fenômenos dissociativos à experiência do sonhar, como visto em Barret (1994), no qual a autora parte da perspectiva de que os personagens que surgem nos sonhos podem ser análogos ao

² A Pesquisa Psíquica foi um esforço realizado ao final do século XIX por um grupo de pesquisadores no Reino Unido (será melhor explicado à página 31), cujo objetivo era compreender a natureza dos fenômenos ditos paranormais.

processo que se desenrolam nos casos de transtorno dissociativo de identidade (ou outros estados dissociativos), pois há processos cognitivos e de personalidade que operam fora da percepção consciente do indivíduo e que podem ser observados nos sonhos, que poderiam de alguma forma serem precursores, já que traumas poderiam se “alimentar” e desenvolver esses “eus oníricos” ao ponto de efetivamente em algum momento “despertarem” e funcionarem no mundo real de forma literal. De acordo com a autora (p. 128), essa percepção é fruto de pesquisas com pacientes diagnosticados com transtornos dissociativos pois alguns deles relatam que personagens originalmente surgidos em sonhos posteriormente “ganhavam vida” e passavam também a se apresentar como um alter enquanto estavam em vigília. Crabtree (2007) identificou que Frederic Myers, outro pioneiro dos estudos de fenômenos incomuns da mente, cuja contribuição para a psicologia foi muito grande, já no século XIX, após realizar diversos experimentos com a escrita automática em indivíduos normais, concluiu que uma explicação puramente fisiológica para os automatismos inteligentes era insuficiente, pois os fisiologistas da época explicavam os automatismos numa perspectiva unitária da mente, o que para ele estava equivocado, abrindo aí a possibilidade de que a verdadeira explicação estivesse em outro âmbito, o psicológico, levando-o a desenvolver termos como “subconsciente”, “superconsciente” e “*self* secundário”, todos eles jamais existentes em qualquer literatura anterior. Myers então propôs seu método experimental, que entre outras diretrizes trazia o princípio de que tanto a psicologia como a fisiologia não poderiam entrar em contradição, e que também todas as experiências humanas deveriam ser pesquisadas, sejam as normais (por exemplo, a inteligência), as anormais (por exemplo, as múltiplas personalidades) e também as supernormais (fenômenos ditos paranormais, por exemplo a telepatia). Para Myers, então, todas essas manifestações demonstravam claramente a atividade de centros de inteligência que atuavam fora da consciência comum o habitual dos indivíduos. Mas a dissociação definitivamente não é algo que existiu apenas a partir do século passado ou mesmo do anterior. Ela possui uma pré-história que é imprescindível para uma melhor compreensão daquilo que ela é hoje.

3. História da Dissociação

3.1. Pré-História e Possessão

Se traçarmos uma linha do tempo, podemos considerar xamãs como sendo os primeiros homens e mulheres que desempenhavam o papel tanto de curadores como líderes de uma tribo, cujas práticas remontam à era paleolítica (Maraldi, 2014). A figura desse personagem histórico está intimamente ligada à comunicação com o mundo espiritual e essa, por sua vez, pode ser interpretada como uma experiência que remonta àquilo que entendemos atualmente como experiências hipnóticas, embora não tenhamos condições de afirmar que tais experiências se resumiam a isso, mas alguns dos elementos de tais experiências nos permitem entender que a comunicação feita por esses antigos feiticeiros com espíritos de humanos e de animais remetem à experiência dissociativa. De acordo com Ellenberger (1970), a história primitiva da medicina era composta tanto de elementos racionais como drogas, óleos, massagens, dietas etc como elementos irracionais, como a busca por uma alma que se perdeu ou mesmo a extração da doença na forma de um corpo estranho (como se a doença se materializasse em algo que o curandeiro literalmente pudesse retirar com as mãos), a expulsão de almas perdidas etc. São precisamente estes processos, como a busca pela alma, que podem ser remetidos à experiência dissociativa, cujo processo ritual se dava por algo que entendemos atualmente como a hipnose.

Ainda de acordo com Ellenberger (1970), registros primitivos dão conta de que a doença ocorre quando a alma sai do corpo (espontaneamente ou por acidente) ou ainda é roubada por fantasmas ou feiticeiros. A função do curandeiro é buscar por essa alma e trazê-la de volta para o corpo para o qual ela pertence. Essa teoria é conhecida em muitos lugares, mas não é universal, prevalecendo em populações muito primitivas e essa ideia nos é particularmente interessante pois ela parece estar conectada com outro conceito que é o de que a alma das pessoas abandona o corpo durante o sono. Durante essas experiências, a pessoa faria contato com formas humanóides que diferem daqueles que ela conhece em sua vida quando está acordado e que são experienciadas como algo que não seria ele mesmo. Essas ideias perfazem uma teoria de que todas as pessoas trazem em si o que poderia ser

entendido como um duplo de si mesmas, sendo esta duplicata aquela que viaja durante o sono. Durante essas experiências, a alma do sonhador viajaria por outros mundos e neles encontraria lugares, pessoas, seres, demônios, bem como se depararia com perigos de diferente natureza e, em situações desse tipo, a alma poderia literalmente se perder, ou ainda poderia ser sequestrada pelas criaturas que habitam esses outros mundos. Em alguns casos, a alma da pessoa poderia ser retirada à força do corpo, por esses mesmos fantasmas ou seres que ela poderia encontrar durante a viagem. O objetivo do curandeiro é o de ajudar a alma a encontrar o caminho de volta para o corpo ou resgatá-la das mãos (ou garras) de quem (ou daquilo) que a está mantendo cativa. Este tipo de resgate era muito comum entre os antigos xamãs, e era uma das marcas que registrava sua atuação. Curioso sobre os resgates é que o xamã deveria “caçar” a alma assim como ocorrem caças no mundo físico e, em determinados casos, deveria barganhar pela alma do sonhador com os seres que habitam esses lugares, muitas vezes precisando fazer oferendas a estes seres, ou, ainda, nas situações aparentemente mais perigosas, literalmente lutar pela alma daquele que se veio buscar, contando para isso com a ajuda de espíritos amigos.

Outra forma de explicação são as possessões, nas quais um espírito maligno entra no corpo do indivíduo, possuindo-o, e o papel do xamã nesse tipo de situação é combater esse agente invasor, normalmente em práticas como por exemplo a de causar um sangramento feito especificamente para esse fim (o invasor seria eliminado com o sangue), ou transferir o invasor para o corpo de um animal ou, ainda, utilizar o exorcismo, aquela que é conhecida até os dias atuais como sen exorcismo, que é simplesmente a expulsão do espírito indesejado após a luta entre forças espirituais. Essa prática, tão antiga quanto se tem notícia, atravessou o tempo e está atualmente presente em religiões que a reinterpretaram conforme seus próprios preceitos. Segundo Maraldi (2014), há vários relatos bíblicos sobre o exorcismo e sabemos que a Santa Inquisição se ocupou em grande parte de identificar e punir as pessoas (normalmente mulheres) que eram consideradas bruxas, por manterem contato com o sobrenatural, através da figura do demônio, que as possuíam. Assim como os xamãs, as bruxas também se comunicavam com o sobrenatural, mas, diferente dos primeiros, as eram vistas exclusivamente como más. A Santa Inquisição da Igreja Católica foi responsável por punir essas mulheres, mas curioso notar que, após o término da Idade Média e o advento do Iluminismo, movimentos dentro da Igreja Católica começaram a resgatar aquilo que a igreja primitiva considerava como sendo os dons do

espírito santo, ou seja, a habilidade de expressar os dons chamados carismáticos, como a glossolalia (falar em línguas ininteligíveis), visões, predizer o futuro etc, práticas que são hoje em dia exercidas por grupos religiosos e identificadas como dons carismáticos e que efetivamente guardam grande semelhança com as habilidades das bruxas.

Sem dúvida as teorias a respeito das almas perdidas e também das pessoas possuídas pode ser tão fascinante quanto estranha aos nossos padrões atuais de cuidado clínico, mas também pode ser, de acordo com o autor, que os psicoterapeutas de alguma forma estejam conectados em sua prática com a prática desses antigos curadores no fato de muitas vezes lutarem para fazer contato com seus pacientes, principalmente a parte mais sã desses indivíduos, buscando uma reorganização ou reintegração com o restante da personalidade, o que nos permite fazer uma inferência a respeito da busca por partes do indivíduo que foram literalmente dissociadas do todo e que, em terapia, são reintegradas assim como os antigos faziam, porém, tal processo não é mais explicado como outrora pela crença na realidade de mundos outros que existem em realidades sobrenaturais mas, sim, na perspectiva da psicologia científica e seus diferentes paradigmas como, por exemplo, na abordagem psicodinâmica da mente, cuja base explicativa se dá pela existência do inconsciente.

Já temos elementos suficientes para entendermos que a experiência dissociativa está intimamente conectada à expressão ou manifestação de algo que o indivíduo não necessariamente conhece ou entende, percebe ou considera como fazendo parte de si mesmo, e que de alguma forma tais experiências se aproximam historicamente daquilo que foi identificado durante muito tempo como exorcismo. Para Ellenberger (1970, p. 13) há algo curioso sobre a possessão e o exorcismo, que pode ser entendido como sendo seus aspectos universais, por exemplo o fato de o indivíduo perder sua identidade para se tornar outra pessoa ou um outro ser, que poderia ser chamado à época de possessão espontânea e, atualmente, poderia ser chamado de dissociação tendencial (MARALDI, 2014). Haveriam também as possessões voluntárias, por assim dizer, que seria um procedimento com objetivo definido no qual o indivíduo aceita a influência de um espírito ou ser de alguma outra dimensão (que poderia ser chamado atualmente de dissociação contextual), técnica esse que então seria largamente utilizada em outros contextos, desdobrando-se até os tempos mais atuais, como por exemplo nas práticas espiritualistas do espiritismo e da umbanda, como as que ocorrem aqui no Brasil, porém, diferente do autor, entendendo que

o termo incorporação pode ser um substituto mais elegante para aquilo que ele denominou “possessão artificial”. Naturalmente, para os casos de possessão espontânea, o método indicado para resolução é o exorcismo, no qual o exorcista coloca-se em geral representando um tipo de força superior e também se prepara para o ritual a partir de jejuns e rituais específicos. O exorcismo pode durar horas, dias, meses ou até anos e, como dito anteriormente, por se tratar de um duelo de forças espirituais, não há resultado garantido.

3.2. Mesmerismo e Espiritismo

No século XVIII o mesmerismo foi outro importante movimento, ocorrido na Europa, e que é particularmente interessante e importante para o atual relato histórico, através da figura do médico Franz Anton Mesmer, ao entender que as possessões e outras manifestações do gênero ocorriam devido aquilo que ele chamou de “magnetismo animal”, elemento esse que poderia ser manipulado, “magnetizado” por assim dizer, de forma a causar efeitos que variavam desde cura de males físicos até exorcismos, nos moldes daqueles feitos por religiosos, porém sem os atributos religiosos pois, de acordo com Mesmer, tratava-se de um processo científico (pelo menos para os parâmetros da época). Interessante notar que as descobertas de Mesmer vieram à tona quando uma comissão de inquérito investigava o caso do padre Johann Joseph Gassner, o exorcista, que tornava-se cada vez mais famoso por toda a Europa justamente por conta de curas milagrosas e outros fenômenos impressionantes de cura (ELLENBERGER, 1970, p.53-57). Para Mesmer, as curas que Gassner realizava eram genuinamente reais, porém, elas poderiam ser explicadas à luz de seu magnetismo animal e não da possessão de espíritos e do exorcismo, o que tornaria Gassner, do ponto de vista de Mesmer, um magnetizador, porém usando explicações desnecessariamente sobrenaturais para justificar suas curas. Mesmer, por sua vez, sendo médico, concebia o magnetismo valendo-se da explicação dos magnetos naturais que exerciam atração sem contato (MARALDI, 2014). A técnica de Mesmer poderia ser basicamente resumida em quatro princípios (ELLENBERGER, 1970, p. 62): 1) Um fluído físico porém sutil preenche o universo e forma uma conexão entre o homem, a terra e os corpos celestiais, e os homens entre si; 2) Doenças se originam pelo desequilíbrio desse fluído no corpo, então, a cura se dá quando o equilíbrio é restabelecido; 3) Com o auxílio

de certas técnicas, o fluído pode ser canalizado, armazenado e até mesmo transmitido para outras pessoas; 4) Através dessas técnicas, “crises” podem ser provocadas nos pacientes e as doenças, curadas. Pelo fato de tal fenômeno acontecer com seres vivos, passou a ser conhecido como “magnetismo animal”, e Mesmer, assim como Gassner, ironicamente também teve problemas quando a explicação que ele dava para o funcionamento do magnetismo animal, resumida nos quatro pontos previamente expostos, não agradou aos cientistas:

Em 1785 foram organizadas duas comissões científicas que avaliaram a validade do magnetismo animal de Mesmer. Embora ele tivesse resultados com seu trabalho, a explicação que ele dava para o porquê desses resultados não agradou seus inquiridores, que consideraram seu trabalho não-científico. Algum tempo depois, em 1840, foi James Braid quem reintegrou a prática do magnetismo ao meio científico, mudando o nome “magnetismo” para “hipnotismo científico” mas, apesar disso, continuou não sendo ciência. (HACKING, 2000)

Pode ser irônico perceber que Mesmer foi julgado e teve seu trabalho criticado, exatamente como ele fizera com Gassner porém, ele teve um discípulo, Marquês de Puységur, que merece ser mencionado pelo fato de ter se separado de seu mestre e iniciado sua própria jornada que, inicialmente, foi feita através do magnetismo conforme aprendeu com seu mestre, mas por conta de uma experiência com um de seus primeiros pacientes, percebeu que ao invés das crises (que era o que ele esperava) ocorriam estados análogos ao sono mas nos quais os pacientes permaneciam lúcidos, talvez até mais lúcidos do que quando acordados, e nesse estado que foi batizado como sono magnético, alguns pacientes eram até mesmo capazes de conversar normalmente e, incrivelmente, diagnosticarem seus próprios males e prescreverem o procedimento para a cura de si mesmos e de outros pacientes de Puységur (ELLENBERGER, 1970, p.71). Posteriormente, por conta de suas pesquisas, Puységur investigou a hipótese de que muitas doenças mentais pudessem ser algum tipo de distorção magnética e também expressou de forma esperançosa que algum dia o magnetismo pudesse ser usado em hospitais para curas os doentes. Embora os métodos desses antigos curadores terem sido duramente criticados e serem considerados ultrapassados, na percepção de estudiosos como Pierre Janet, tanto Mesmer (com o magnetismo animal) como Puységur (com a crise perfeita e o sonambulismo artificial) e também todos os outros mesmerizadores merecem um lugar de destaque na história como sendo os fundadores da hipnose, seguindo uma sequência que se iniciara, conforme já visto,

na história dos xamãs. Embora os métodos tenham sido diferentes, todos esses curadores estavam efetivamente lidando com partes ou atributos da mente que posteriormente foram identificados como sendo os mesmos, porém batizado com diferentes nomes e sofrendo diferentes tratamentos por serem épocas, culturas e contextos também diferentes.

Aproximadamente durante toda a segunda metade do século XIX, o magnetismo sofreu intensa crítica vinda dos círculos médicos na Europa e Estados Unidos, mas um profissional dessa área, o médico neurocirurgião James Braid, continuou pesquisando essa técnica afim de poder dar a ela uma explicação que fosse cientificamente válida, chegando finalmente à ideia do hipnotismo. Aliás, para alguns pesquisadores da época, a hipnose era justamente nada mais do que o magnetismo animal, porém desprovido de seu aspecto apelativo ao sobrenatural e “maravilhoso” (PLAS, 2000), assim como já havia ocorrido com o exorcismo em relação à religião, e ela também era, para alguns famosos pesquisadores da época como Frederic Myers, um estado que serviria muito bem tanto para pessoas mais pobres e de classes mais baixas como para elites e nobreza, de forma que para os primeiros seria simplesmente o estado mais elevado da mente que eles poderiam alcançar, enquanto que para os segundos poderia ser uma condição que facilitaria fluxos mentais e de pensamento de uma forma mais tranquila e estável do que aquele fluxo que se mantém através de esforço no meio da turbulência dos pensamentos do dia-a-dia (ELLENBERGER, 1970). Em qualquer um dos casos, a ideia que dava suporte a esse processo não precisaria mais ser identificada com procedimentos que de alguma forma precisassem considerar a existência de seres mágicos ou mundos espirituais, pois o processo agora pertencia à esfera psicológica. De acordo com Foucault (1975, p.368), a correlação entre o magnetismo e a hipnose também faz muito sentido em outro aspecto, pois, à época dos magnetizadores, eram eles que detinham poder impondo sua vontade aos magnetizados e, por conseguinte, a transformação do magnetismo em hipnose fez a transposição do poder do magnetizador para o médico hipnotizador, que passava a deter poder absoluto em relação ao paciente.

Importante ser notado que após o movimento europeu do magnetismo animal, no século XIX surgiu no continente americano, mais precisamente nos Estados Unidos, um outro movimento, por sua vez relacionado ao magnetismo, que chamou atenção dos pesquisadores: O Espiritismo, através do incidente ocorrido na família Fox, incomodados com sons de batidas persistentes que invadiam a casa à noite. Ocorre que num dia uma das filhas da família quis reproduzir as batidas de maneira proposital e para surpresa de todos

houve como que uma “resposta” e novas batidas misteriosas se fizeram ouvir pela casa. Pouco tempo depois um tipo de comunicação com batidas foi desenvolvida, de forma que perguntas eram feitas e uma determinada quantidade de batidas respondidas eram interpretadas como respostas dadas por espíritos. Isso atraiu a atenção também dos vizinhos e curiosos, de maneira tal que a notícia se espalhou e outras pessoas também começassem a experimentar essa novidade. Pouco tempo depois, ao fenômeno das batidas foi acrescentado um outro, o dos fenômenos físicos, com fluídos se fazendo visíveis, sons muito altos surgidos aparentemente de lugar nenhum e também mesas que se moviam durante as sessões (ELLENBERGER, 1970). Tanto nas curas realizadas pelos magnetizadores como nos fenômenos visíveis do espiritismo, estaria envolvido um certo tipo de força emanado pelos indivíduos, como se isso fosse algo típico da natureza humana.

Por volta de 1852 o movimento espírita cruzou o Atlântico e chegou à Europa, se fazendo presente em muitos países, porém com interesse diminuído pouco tempo depois. No entanto, criou raízes na França, especificamente em Paris, e através de um pedagogo chamado Hippolyte Léon Denizard Rivail, posteriormente chamado pelos espíritos de Allan Kardec, teve sua doutrina e práticas sistematizada em livros, gerando todo um sistema organizado que finalmente veio a ser conhecido como Espiritismo.

3.3. Hipnose e Pesquisa Psíquica

Após a descrença generalizada no mesmerismo e mesmo uma época de descrença na hipnose, poucos foram os que ousaram continuar trabalhando com essa técnica, entre eles o médico Ambroise-Auguste Liébeault (1823-1904), que começou a estudar o magnetismo por conta própria após encontrar um livro sobre o assunto e aplicar com sucesso as técnicas descritas nele. De acordo com ele, o “sono hipnótico” é idêntico ao sono natural, mas com a diferença de que o primeiro é induzido através de sugestões, concentrando a atenção do paciente na ideia do sono, o que também permite que o *rapport* esteja presente. Hippolyte Bernheim (1837-1919), um médico estudioso da febre tifoide e também de doenças cardíacas e pulmonares, soube das curas alegadamente milagrosas de Liébeault e, após conhecê-lo pessoalmente, tornou-se seu admirador e discípulo. Essa união foi a responsável pelo surgimento da Escola de Nancy, que recebeu esse nome pois foi

fundada na cidade de Nancy, na França, local em que Liébeault morava. Bernheim escreveu um artigo sobre hipnose que foi lido por Jean-Martin Charcot (1825-1893), e imediatamente gerou disputa entre os dois (ELLENBERGER, 1970). Após isso Bernheim publicou seu livro, tornou-se o líder da Escola de Nancy e também apresentou suas ideias a respeito da hipnose, diferentes das ideias proposta pela escola de Salpêtrière, escola de hipnose liderada pelo médico Charcot na clínica de Salpêtrière, como por exemplo a de que a hipnose não seria uma condição patológica encontrada especificamente em mulheres histéricas (conforme Charcot acreditava), mas sim, sendo simplesmente o resultado da sugestão. E o que é a sugestão? Bernheim definiu sugestão simplesmente como a aptidão em se transformar uma ideia numa ação, algo que todos os seres humanos possuem, em diferentes escalas. Hipnose, para ele, é um estado de sugestibilidade intensificada, induzido por sugestão. Com o passar do tempo, Bernheim usou cada vez menos uso da hipnose como um conjunto de procedimentos estruturados, alegando que todos os efeitos que podiam ser conseguidos por tal método também poderiam ser conseguidos por sugestão num estado acordado, um procedimento que a Escola de Nancy nomeou como “psicoterapêutica”, cuja abordagem influenciou outros pioneiros importantes (nos Estados Unidos) como Morton Prince e Boris Sidis (1867-1923). De acordo com Alvarado (2010b), Bernheim realmente focou seu trabalho totalmente no sentido e significado da palavra “sugestão” e, de acordo com Bernheim, uma pessoa é influenciada por uma sugestão sempre que ela é aceita, implantada através da abolição de resistências. Bernheim apresentou sua perspectiva a respeito do mecanismo hipnótico no Primeiro Congresso Internacional de Psicologia Fisiológica, evento esse ocorrido em 1889, com o objetivo de desenvolver e também profissionalizar a recente ciência psicológica, deixando bem claro seu ponto de vista sobre o que entendia ser a hipnose:

A palavra hipnotismo não é sinônima de sonambulismo ou sono induzido [...] Hipnose é nada além do que sugestão; todas as sugestões podem ser obtidas sem o sono [induzido].” (SECTION DE L’YPNOTISME, 1890a apud ALVARADO, 2010b, p. 51)³

³ “The word hypnotism is not synonymous with sonambulism or induced sleep” [...] Hypnosis is nothing but suggestion; all the suggestions can be obtained without sleep”.

Bernheim também aprofundou seu ponto de vista ao dizer que definir hipnose como “sono induzido” excluiria muitas instâncias do fenômeno porque tal termo se referia a apenas uma manifestação específica, que poderia ser verdadeira, porém, restrita demais, e afirmou poder produzir fenômenos hipnóticos como analgesia, alucinações e catalepsia sem a necessidade do transe.

Diferente da Escola de Nancy, a Escola de Salpêtrière, como já comentado, era organizada pelo médico neurologista Jean-Martin Charcot, que se dedicava ao estudo das doenças mentais. Charcot era médico de reis e princesas, sendo inclusive o médico oficial de D. Pedro II, um de seus mais famosos pacientes, e de quem se tornou amigo pessoal, (TEIVE et al, 2001). Em 1891, ano da morte de Dom Pedro II, Charcot foi inclusive um dos responsáveis por assinar o atestado de óbito, com o diagnóstico de pneumonia. Charcot era simplesmente um dos médicos mais famosos e respeitados do mundo e recebia diversos alunos provenientes dos quatro cantos do globo.

O interesse de Charcot pela hipnose foi provavelmente despertado por Charles Richet (ELLENBERGER, 1970). Charcot era o responsável por uma ala específica de Salpêtrière no qual estavam internadas mulheres que sofriam de convulsões e histeria, e passou a experimentar a hipnose no tratamento dessas pacientes. Para ele, o processo hipnótico podia ser dividido em três fases, sendo eles a letargia, a catalepsia e finalmente o sonambulismo, que eram muito bem definidas e com sintomatologia bem característica. A rivalidade histórica entre as escolas de Nancy e Salpêtrière era largamente conhecida pelos pesquisadores da época e muitos inclusive dedicaram partes de suas obras oficiais a refletirem essa particularidade (JAMES, 1892, p.596-601). De uma forma geral, os investigadores da época reconheciam tanto a contribuição da Escola de Nancy como a de Salpêtrière. Boris Sidis, psicólogo estadunidense, decidiu-se a estudar a hipnose e soube expressar bem sua gratidão em relação à influência que recebeu de ambas as escolas:

[minha teoria sobre a hipnose consiste em] ...uma generalização na qual as visões das duas escolas, a Salpêtrière e a Nancy, estão inclusas. Com a escola de Nancy, nós concordamos que a sugestão é toda-poderosa no transe hipnótico; o transe hipnótico é, de fato, um estado de sugestionabilidade intensificado, ou, de consciência de reflexos puros; mas com a escola de Paris nós concordamos que um estado fisiológico modificado é um pré-requisito para a hipnose, e esta modificação consiste na desagregação dos centros superiores dos centros inferiores, na

segregação da consciência controladora para a consciência que atua pelos reflexos. (SIDIS, 1898, p.70)⁴

Muitos dos pesquisadores que estavam envolvidos com as pesquisas hipnóticas, devido a experiências anômalas vivenciadas por seus pacientes enquanto em estados dissociados provocados pela técnica hipnótica, perguntavam-se se o ser humano poderia efetivamente perceber e adquirir informações além dos seus sentidos usuais. Em 1882, foi fundada em Londres a *Society for Psychical Research*, ou Sociedade de Pesquisas Psíquicas, cujo objetivo era estudar a possível veracidade de fenômenos paranormais, como a telecinesia, clarividência, entre outros. Foi fundada por um grupo de intelectuais, entre eles Frederic Myers, e este personagem histórico é particularmente interessante para a atual discussão, pois:

Myers foi o mais importante dos pesquisadores psíquicos da Inglaterra no século XIX. Mais do que qualquer outro pesquisador psíquico de seu tempo, ele contribuiu para a expansão da psicologia e para o estabelecimento de uma conexão entre psicologia e Pesquisa Psíquica. Isso foi claramente demonstrado numa série de artigos científicos a respeito de automatismos que foram publicados nos anos 1880 [...] e em importantes discussões a respeito das funções da mente subliminal ou subconsciente que apareceram nos anos 1890 [...]. A culminação e articulação finais de todo esse trabalho apareceram em [seu livro] ‘Human Personality’. (ALVARADO, 2003, p.04)⁵

Frederic Myers foi, portanto, um dos responsáveis em realizar pesquisas que diretamente influenciaram toda uma nova compreensão a respeito do funcionamento da mente humana. As experiências de contato com os mortos, bem como a aquisição de informações que contrariariam o tempo e o espaço, foi inestimável para a Psicologia. Além

⁴ “...a generalization in which the views of the two schools, the Salpêtrière and the Nancy, are included. With the Nancy school, we agree that suggestion is all-powerful in hypnotic trance; the hypnotic trance is, in fact, a state of heightened suggestibility, or, rather of pure reflex consciousness; but with the Paris school we agree, that a changed physiological state is a prerequisite to hypnosis, and this modification consists in the disaggregations of the superior from the inferior centres, in the segregation of the controlling consciousness from the reflex consciousness”.

⁵ “Myers was the most importante of the nineteenth-century British psychical researchers. More than any other psychical researcher in his times, he contributed to the expansion of psychology and the establishment of a connection between psychology and psychical research. This was clearly developed in a series of papers on automatism published in the 1880s [...] and in importante discussions of the functions of the subliminal or subconscious mind that appeared in the 1890s [...]. The culmination and final articulation of this work appeared in his ‘*Human Personality*’.

disso, esses e outros fenômenos anômalos estudados pela *Society* chegaram até mesmo a sinalizarem para alguns de seus entusiastas (como o próprio Frederic Myers) sinais de possíveis habilidades de supremacia da mente sobre limitações físicas e biológicas, porém que ainda não eram plenamente conhecidos (ALVARADO, 2002; PLAS, 2000).

Importante ressaltar que, de acordo com Crabtree (2007, p.302), as pesquisas de Myers influenciaram a obra de pesquisadores muito importantes da área, como William James, Boris Sidis, Theodore Flournoy, Pierre Janet e Morton Prince, que utilizaram ideias e conceitos propostos por Myers em suas próprias obras. Outros pesquisadores, como Sigmund Freud e William McDougall, por sua vez, rejeitaram o trabalho de Myers e seguiram caminhos teóricos muito diferentes.

O grupo de pesquisadores que se reuniu em torno destes temas era constituído essencialmente por cientistas, e os estudos realizados por eles contribuíram muito para um melhor entendimento sobre o fenômeno dissociativo, pois, embora o objetivo primordial desses cientistas fosse a Pesquisa Psíquica em si (cujo objetivo era o de comprovar efetivamente a existência ou não do paranormal), foi justamente a partir do estudo de fenômenos estranhos e incomuns, alegadamente anômalos, que surgiram ideias e teorias sobre o funcionamento da mente, suas subdivisões, camadas, níveis e, conseqüentemente, a dissociação surgiu como uma das explicações possíveis que ajudariam a compor a compreensão de tais fenômenos (ALVARADO, 1991a, p. 68 e 2012a; ELLENBERGER, 1970, p.121; PLAS, 2012). Esses estudos, mesmo não conseguindo resolver a questão inicial que foi efetivamente a que trouxe uma maior atenção sobre eles, definitivamente contribuíram para uma melhor compreensão da psique, embora no campo da dissociação (como o estudo das múltiplas personalidades) já existiam pesquisadores que faziam a relação do espiritismo com a hipnose e a dissociação, por exemplo através de ideias que explicavam as personalidades extras como espíritos que encontram algum refúgio no indivíduo, ou mesmo aquelas que entendiam médiuns literalmente como “hospedeiros de espíritos”, ideias essas que remontam à década de 1870, antes da fundação da *Society for Psychical Research* em Londres (HACKING, 2000, p. 59). Ocorreu que as pesquisas feitas pela *Society* acabaram por confirmar muitas dessas hipóteses feitas anteriormente. De qualquer forma, embora a área dos estudos parapsicológicos seja problemática por estar lidando com elementos não concretos sobre os quais a ciência pelo menos até hoje não consegue oferecer respostas efetivas, devemos também lembrar que muito do que se faz em

ciência parte inicialmente da especulação, sendo exatamente isso que esses pioneiros fizeram. As muitas pesquisas levadas a cabo pela *Society* não conseguiram resolver o problema inicial que justificou sua criação, com pesquisadores mantendo-se céticos, enquanto outros mantinham-se crentes e outros absolutamente incrédulos. Naturalmente, o estudo e a natureza de experiências anômalas não são o foco do presente trabalho, mas merecem reconhecimento justamente, como já foi dito, por terem contribuído de maneira inquestionável para o desenvolvimento da psicologia e da psiquiatria. Ainda sobre esse assunto, temos a seguinte colocação feita por Alvarado et al (2007, p. 43):

... as historiografias da psicologia e da psiquiatria têm tido ao sustentarem que os fenômenos do mesmerismo [...], do espiritismo e da Pesquisa Psíquica foram agentes de mudança na história conceitual das ideias de compreensão da mente. Seguindo essa perspectiva, sustentamos (com toda a consciência de que esta não é uma ideia original) que os fenômenos mediúnicos, tais como os transe e as manifestações verbais ou escritas atribuídos a espíritos dos mortos, contribuíram para o desenvolvimento de conceitos como o de mente subconsciente, processos de dissociação e concepções teóricas relacionadas à psicopatologia durante os séculos XIX e XX.

Ainda de acordo com Alvarado (2007, p. 46) o fenômeno das mesas girantes acabou sendo associado à dissociação, assumindo a possibilidade de que pensamentos, ações, ideias e mesmo sensações físicas poderiam existir separados de nossa consciência pessoal. Foi essa ideia de que as pessoas poderiam produzir movimentos automáticos que apoiou o surgimento do conceito de dissociação, tema que chamou a atenção de pesquisadores importantes para a área, como Frederic Myers e Pierre Janet. Dentro desse escopo, a possibilidade de que pudessem ocorrer alterações na memória e na consciência dos chamados médiuns, de forma que ficou sugerido que mais de um fluxo de pensamento pudesse existir de modo simultâneo num mesmo indivíduo, e isso acabou sendo um dos fenômenos que mais chamaram a atenção dos estudiosos. Apesar disso, convém ser lembrado aqui que esse movimento que tanto chamou a atenção de pesquisadores para a investigação da mente inconsciente também teve repercussão nos contextos espiritualistas. De acordo com Alvarado (2010a), no ano de 1902 um autor espírita chamado Gabriel Delanne criticou essa tendência que havia no século XIX de se explicar as experiências que, em seu entendimento, eram genuinamente espirituais, como se fossem meras patologias, aspectos da mente subconsciente ou simplesmente experiências dissociativas. Embora esse contra-movimento não tenha alterado ou influenciado a pesquisa dos pioneiros da área, ela

de qualquer maneira nos levanta uma questão muito pertinente que é a de se tomar cuidado para não haver um reducionismo das experiências abordadas ao longo desse trabalho a algo totalmente da ordem do psicológico, seja patológico ou não. O fato é que muitas dessas experiências dizem respeito a fenômenos até hoje não totalmente compreendidos em sua totalidade, como já dito anteriormente, e definitivamente a dissociação pode não explicar todos, talvez nem mesmo uma parte deles, quando, na melhor das hipóteses, pode ajudar a compor uma possível explicação, embora seja válido resgatar a ideia de que muitos dos pesquisadores que inicialmente se interessaram pelo estudo da mediunidade no início do século XX (inclusive aqueles que ajudaram a compor a *Society for Psychical Research*) trabalharam essencialmente ou mesmo exclusivamente com a hipótese dissociativa em mente enquanto faziam suas pesquisas (Alvarado, 2010a). O que efetivamente aconteceu foi que, de uma forma geral, esses autores apontaram o possível fato de que a mente, em condições específicas (como o estado hipnótico, por exemplo), expressaria conteúdos provenientes da mente inconsciente que, de forma geral, não estavam acessíveis (ou facilmente acessíveis, pelo menos) à mente consciente (Alvarado, 2002; 2008). Curioso e que seja notado que a perspectiva desses pesquisadores é compatível com a percepção de que a mente inconsciente é a geradora tanto dos problemas como das soluções deles (e que é a mesma percepção que os antigos xamãs já adotavam, porém como se sabe, com explicações diferentes da explicação científica). Em um estudo recente, Maraldi (2011) pesquisou a construção da identidade de médiuns espíritas e, entre diversos elementos utilizados para compor sua discussão, fez uma revisão da teoria de alguns autores clássicos da psicologia e o que os mesmos tinham a dizer sobre o fenômeno da mediunidade, sendo eles: Pierre Janet, Frederic Myers, William James, Theodore Flournoy e Carl Jung:

No que tange ao aspecto psicossocial, os pesquisadores têm cada vez mais explorado e esmiuçado os mecanismos por meio dos quais os fenômenos dissociativos, incluindo a mediunidade, sofrem a conformação de aspectos do contexto histórico e social, algo que parece ter sido apenas parcialmente explorado pelos primeiros investigadores, preocupados como estavam com as dimensões individuais, hereditárias e paranormais das experiências mediúnicas. Como vimos em relação aos cinco autores previamente revisados, eles não necessariamente negligenciavam fatores de ordem social; entretanto, estes pareciam compor um espaço diminuto em suas explicações se comparados aos demais fatores evocados (MARALDI, 2011, p.155)

Aqui, o autor expressa sua percepção de que os autores pioneiros estavam efetivamente mais interessados nos aspectos relacionados às dimensões pessoais das experiências e talvez não tenham conseguido oferecer mais dedicação a uma exploração de aspectos psicossociais, porém é válido que também seja evidenciado que, de forma geral, eles reconheciam a influência da sugestão (influência da Escola de Nancy), da religião e de outras crenças pessoais nos tipos de experiências vivenciadas pelos pacientes enquanto se encontravam em estado hipnótico, o que indiretamente aponta para uma compreensão de que muitos desses pioneiros reconheciam a importância da influência do contexto e da cultura na modulação das experiências que seus próprios pacientes experimentavam, ideia essa que continuará a ser explorada ao longo desse trabalho.

3.4. A Invenção da Dissociação

No século XIX a tradição de investigação inconsciente que havia sido iniciada com os xamãs, passado pelos exorcistas e reconhecida pelos mesmeristas, finalmente foi investigada pelos cientistas. Foi Ellenberger (1970) quem deu voz à maior autoridade no assunto, Pierre Janet, que, ao estudar a hipnose e aquilo que ele mesmo chamou de desagregação da consciência, acabou por inventar a palavra “dissociação” para designar esse processo de desintegração dos elementos da mente. Pierre Janet, também pela análise de Maraldi (2014, p.121), merece crédito pois é reconhecido por muitos como oferecendo pela primeira vez na história uma abordagem científica e rigorosa da mente inconsciente, antecedendo inclusive concepções que só posteriormente seriam elaboradas por outros estudiosos importantes, como Freud. Porém, foi por conta de investigações no campo da psicopatologia que a psicanálise, na figura de Freud, opôs-se à dissociação como um diagnóstico independente, e pôde ser responsável pelo declínio da multiplicidade durante a primeira metade do século vinte (ELLENBERGER, 1970; HACKING, 2000). Frankel (1994) se remete aos primórdios da dissociação clínica com Janet, lembrando que foi a partir dele a construção de toda uma teoria na qual a mente poderia se desconectar de partes de si mesma de maneiras diferentes daquelas que poderiam ser explicadas por simples esquecimento, por exemplo. Vários outros ilustres pesquisadores foram influenciados pelo pensamento de Janet, entre eles William James, Carl Jung e Morton Prince, explorando em

suas próprias teorias esses aspectos da mente que seriam explicados como compartimentalizações e divisões da consciência. Jung, por exemplo, cita Janet diversas vezes ao longo de sua obra e, de acordo com Ellenberger (1970, p; 406) se inspira no conceito de “existências psicológicas simultâneas” para aprofundar seu próprio conceito de subpersonalidades, além de se inspirar no conceito de “ideias fixas inconscientes”, também de Janet, para inspirar seu conceito de “complexos”. Para Janet, tanto a histeria como a hipnose seriam praticamente a mesma coisa, ambas manifestações do processo dissociativo, de forma que a perda de funções como a sensação (analgesia) e perda da memória, ocorreriam de forma espontânea na histeria ou seriam produzidas em estado hipnótico, e o que explicaria tal ocorrência seria algum tipo de deficiência ou fraqueza do sistema nervoso aos quais alguns indivíduos estariam sujeitos.

Janet analisou a vida mental em elementos conhecidos, como automatismos psicológicos, cada um deles consistindo num ato complexo e responsivo aos elementos da situação-estímulo, e cada qual incluindo uma ideia ou emoção. Em indivíduos normais, todo o conjunto de automatismos psicológicos estão unidos e acessíveis à consciência fenomenológica e também ao controle voluntário. Sob condições de stress, no entanto, um ou mais automatismos se separam, ou dissociam, do resto, ficando inacessíveis à consciência fenomenológica e independentes do controle voluntário. (KIHLMSTROM, 1994, p.368)⁶

De acordo com Hacking (2000), Janet e suas ideias foram menosprezadas por Freud pois o segundo via no primeiro uma ameaça e um rival. Janet, por sua vez, estudou pessoalmente vários dos casos famosos de múltiplas personalidades na França e acabou por formular uma teoria e também toda uma nomenclatura que se tornou famosa e serviu como referência para o fenômeno, através da sua *désagrégation* (desagregação) ou simplesmente, nomenclatura que também usava, *dissociation* (dissociação), termo esse que foi adotado na língua inglesa em 1890 graças a William James, que tanto era fascinado pela psicologia francesa como também pela pessoa de Pierre Janet. (Hacking, 2000, p. 55). A rivalidade entre Freud e Janet resultou no segundo saindo perdedor, com sua psicologia baseada no acesso ao inconsciente através de processos hipnóticos sendo menosprezada por Freud após

⁶ “Janet analyzed mental life into elements known as psychological automatism, each consisting of a complex act responsive to the details of the stimulus situation, and each including an idea and an emotion. In normal individuals, the entire set of psychological automatism is bound together and accessible to phenomenal awareness and voluntary control. Under conditions of stress, however, one or more automatism are split off, or dissociated, from the rest, inaccessible to phenomenal awareness and independent of voluntary control”.

ele mesmo tendo usado-a durante algum tempo, abandonando-a totalmente em nome da Psicanálise. Ocorre que, com o nascimento da psicanálise, Freud propôs uma explicação diferente para a histeria, de forma tal que ela seria explicada como uma defesa contra conflitos inconscientes, fenômeno para o qual ele deu o nome de “repressão”, e essa explicação obnubilou a perspectiva de Janet (a da desagregação mental), de forma que, até meados dos anos 1970, todo o ocidente adotou a perspectiva freudiana, com sua ênfase nos mecanismos de defesa, ignorando totalmente a perspectiva de Janet e daqueles que pensavam de maneira análoga (ELLENBERGER, 1970; PLAS, 2000).

Embora a Psicanálise tenha conquistado muitos adeptos, as ideias de Pierre Janet também despertaram interesse em muitos pesquisadores. Nos Estados Unidos, foi o psicólogo Morton Prince que se tornou conhecido pelo estudo das múltiplas personalidades, passando a usar o termo “dissociação” após uma viagem para a França e conhecer o trabalho de Charcot e Janet, nos quais se inspirou para contribuir seu próprio trabalho a respeito da dissociação, sobre a qual escreveu o seguinte:

[...]personalidades secundárias são formadas pela desintegração da personalidade original. Desintegração, como usado aqui, não deve ser confundido com o termo muitas vezes usado no sentido da degeneração, significando uma mente destruída ou um cérebro organicamente doente. Degeneração implica a destruição dos processos psíquicos normais, e pode ser equivalente a insanidade; enquanto que a desintegração que resulta nas múltiplas personalidades é apenas uma dissociação funcional da organização complexa que constitui um *self* normal. Os processos psíquicos elementares, em si mesmos normais, são capazes de serem reassociados num todo normal.

[...]Nas formas mais simples as personalidades secundárias através de fenômenos automatizados ou hipnóticos e são reconhecidos como estados subconscientes através das assim chamadas escritas automáticas, e manifestações parecidas, ou ainda como estados hipnóticos.

[...]Nas formas mais desenvolvidas as personalidades secundárias são idêntidas aos estados de transe dos médiuns, como o da Sra “Smith”, estudada por Flournoy, e do Sr “Smead”, estudada pelo Professor Hyslop. Em tais casos a segunda personalidade não alcançava uma existência completamente independente, mas saía da concha, por assim dizer, apenas em condições especiais quando o sujeito estava em transe.

[...]Nas formas mais completamente desenvolvidas, como no caso de Fèlida X, relatado por M. Azam; de Louis Vivé, estudado por diversos observadores franceses; e de Ansel Bourne, estudado pelo dr. Richard Hodgson e o Professor William James, a personalidade desintegrada retém uma larga escala de complexidade em sua organização mental, o que permite sua atividade

completamente livre e espontânea, aproximada, pelo menos, de uma vida mental normal. (PRINCE, 1906, p. 03-05)⁷

Morton Prince desenvolveu suas próprias ideias baseado naquilo que aprendeu com Pierre Janet, e é interessante que se perceba que a ideia de desagregação mental, como colocado por Prince, concebe um *self* normal que pode ser “reassociado”, sendo o mecanismo básico e fundamental para isso a hipnose. Esse mapa básico e fundamental que considerava a hipnose como a chave que poderia tanto dissociar como ressociar, também ganhou outros adeptos importantes, como Boris Sidis, contemporâneo de Morton Prince, que também se interessava por fenômenos dissociativos e hipnóticos. Boris Sidis estudou psicologia em Harvard e teve como orientador em seu doutorado ninguém menos que William James, que viu em Sidis alguém com muito potencial e condições de realizar pesquisas excelentes na área. Boris Sidis escreveu seu livro “*The Psychology of Suggestion*” (“Psicologia da Sugestão”, não traduzido para o português), prefaciado por seu orientador, no qual falava de seus experimentos e descobertas com pacientes hipnotizados e como identificava na sugestão um elemento primordial para um processo hipnótico eficaz. De forma geral, em seu livro (SIDIS, 1898), ele apregou a mesma ideia que era defendida por seu mestre e os outros grandes pesquisadores da época como Pierre Janet: a da divisão da mente em camadas ou níveis diferentes, que no caso seriam basicamente dois centros nervosos, sendo um superior e outro inferior, um consciente e outro inconsciente, de forma que o superior seria o responsável por atividades como pensamento e vontade, e o inferior

⁷“[...]secondary personalities are formed by the disintegration of the original normal personalities. Disintegration as thus used must not be confused with the same term sometimes employed in the sense of degeneration, meaning a destroyed mind or organically diseased brain. Degeneration implies destruction of normal psychical processes, and may be equivalent to insanity; whereas the disintegration resulting in multiple personality is only a functional dissociation of that complex organization which constitutes a normal *self*. The elementary psychical processes, in themselves normal, are capable of being reassociated into a normal whole.

[...]In the simpler forms the secondary personalities are manifested through highly synthesized ‘automatic’ or hypnotic phenomena, and are recognized only as subconscious states through so-called automatic writing, and kindred manifestations, or else as states of hypnosis.

[...]In more fully developed forms the second personalities are identical with the trance states of mediums, [like that of Miss “Smith”, studied by M. Flournoy, and that of Mrs. “Smead”, studied by professor Hyslop. In such cases the second personality does not obtain a completely independent existence, but comes out of its shell, so to speak, only under special conditions when the subject goes into a “trance.[...]”

[...]In the most fully developed forms, in cases like that of Félida X, reported by M. Azam; of Louis Vivé, studied by Dr. Richard Hodgson and Professor William James, the disintegrated personality retains that large degree of complexity of mental organization which permits complete, free, and spontaneous activity, approximating, at least, that of normal mental life”.

seria responsável por atividades como as dos reflexos automáticos. De acordo com o autor, esses dois centros de consciência caracterizariam a dupla consciência de todo ser humano, que de forma geral (no ser humano normal) se encontram trabalhando de forma harmoniosa e homogênea, formando então a personalidade consciente, porém essa harmonia pode ser quebrada, como explicado em SIDIS (1898, p.69):“...Na hipnose, os dois sistemas de centros nervosos são dissociados, os centros superiores ou consciência superior são inibidos, ou, melhor, cortados, separado do resto do sistema nervoso com sua consciência orgânica, que é portanto descoberta, aberta à influência de estímulos externos ou sugestões.”⁸

O autor também reconhecia que a mente inconsciente, sendo o centro nervoso inferior, não deveria ser entendida apenas como um mero automatismo inconsciente, mas uma consciência, um *self* que possuía memória e até mesmo inteligência. Em seus experimentos, ele pôde perceber que a mente inconsciente (também chamada por ele de “inteligência escondida” ou “*self* sub-acordado”) era capaz de organizações muito complexas, podendo chegar ao ponto de apresentar algum grau de auto-consciência, que poderia até mesmo crescer e se desenvolver. Além disso, esse *self* inconsciente poderia ser manifestado em diversos fenômenos como a escrita automática, a leitura de bolas de cristal, ou naturalmente a própria hipnose, porém, pelo fato de tais fenômenos não acontecerem com todas as pessoas, Sidis conseguiu pensar numa única forma de demonstrar que suas ideias seriam generalizáveis:

Para provar, então, de forma absoluta nossa proposição de que o *self* secundário faz parte e também é parcela do nosso estado normal, nós temos que fazer experimentos em pessoas saudáveis e perfeitamente normais que jamais tiveram experiência encarando bolas de cristal, ouvindo sons de conchas, leitura automática, nem mesmo haviam sido colocadas em estado hipnótico. Eu fiz três mil experimentos em laboratório, oitocentos dos quais em mim mesmo e dois mil e duzentos deles em cinquenta indivíduos, e os resultados deram provas diretas e conclusivas da presença do *self* sub-acordado, sub-pessoal, hiperestésico em nosso estado normal. (SIDIS, 1898, p. 158)⁹

⁸ “In hypnosis the two systems of nervous centres are dissociated, the superior centres and the upper consciousness are inhibited, or, better, cutt off, split off from the rest of the nervous system with its organic consciousness, which is thus laid bare, open to the influence of external stimuli or suggestions”.

⁹ “To prove, therefore, fully our proposition that the secondary *self* is part and parcel of our normal state, we must make experiments on perfectly healthy and normal subjects who never dealt in

Por fim, o autor também comenta a relação direta que ele identifica entre a dissociação e a hipnose:

Para provocar pensamentos insistentes, impulsos irresistíveis, e todos os tipos de mudanças no ego, nós temos que dissociar o *self* secundário subconsciente da consciência primária controladora, e fazer uma fenda profunda entre os dois selves forçando uma amnésia, caso contrário a sugestão simplesmente virá à tona como uma memória. Uma vez, no entanto, que a desagregação tiver sido aplicada, nós podemos facilmente induzir todo tipo de ideias insistentes, conceitos imperativos, todas as formas de impulsos irresistíveis, todo tipo de mudanças na personalidade; e nós podemos afirmar que *todas essas formas de insanidade tem em sua base a desagregação da consciência, uma dissociação entre o self primário e o self secundário subconsciente.* (SIDIS, 1898, p. 291-292) ¹⁰

É curioso aqui observar que Boris Sidis segue uma linha de raciocínio que remete tanto ao trabalho de William James como Morton Prince, que por sua vez se referem ao trabalho de Pierre Janet e Frederic Myers, que por sua própria vez são uma sequência ao trabalho dos mesmeristas, exorcistas e xamãs. Ocorre que em todas essas abordagens, há um sistema básico e fundamental que é o da divisão da consciência em dois sistemas, um consciente (normalmente visto como superior) e outro inconsciente (normalmente visto como inferior), sendo que nesse sistema inferior existem diversos fragmentos ou constructos mentais com diferentes graus de inteligência e autonomia, sendo a hipnose a ferramenta que permitiria dissociações e reassociações entre esses diferentes sistemas. Todo esse processo foi chamado por Ellenberger (1970) de “Psiquiatria Dinâmica”.

No final do século XIX, esforços foram feitos para separar a hipnose da filosofia de forma a poder apresentá-la como uma nova psicologia empírica, que recebeu diferentes abordagens ou ênfases (ALVARADO, 2010b). Alguns usaram a hipnose para estudar a

crystal-gazing, shell-hearing, automatic writing, nor were they ever put into the state of hypnosis. I made three thousand laboratory experiments, eight hundred of which I made on myself and two Thousand two hundred on fifty subjects, and the results gave direct and conclusive proof of the presence of the subwaking, subpersonal, hyperaesthetic self in our normal state”.

¹⁰ “To bring about insistent concepts, irresistible impulses, and all kinds of changes of the ego, we must dissociate the secondary subconscious self from the primary controlling consciousness; we must then inoculate the subconscious self with the idea, impulse, or specious personality, and make a deep cleft between the two selves by enforcing amnesia, otherwise the suggestion will simply rise as a memory. Once, however, disaggregation is enforced, we can easily induce all kinds of insistent ideas, imperative concepts, all forms of irresistible impulses, all sorts of changes of personality; and we may assert that *all these forms of insanity have at their basis a disaggregation of consciousness, a dissociation of the primary self and secondary subconscious selves*”.

mente inconsciente e personalidades secundárias, como forma de entender melhor as patologias mentais (como já visto, em Pierre Janet), enquanto outros a usaram para estudar a criatividade (como Edmund Gurney), enquanto outros focaram seus esforços em aspectos como a sugestibilidade (através de Bernheim).

3.5. Manifestações Culturais

No capítulo anterior foi dada atenção à historicidade do que se entende hoje como “dissociação”. Essa historicidade foi quase que totalmente baseada numa perspectiva clínica, social e psicológica, para que pudesse ficar mais claro que não se trata de um tema em que haja em si alguma novidade – apenas sua nomenclatura e sua explicação mudaram ao longo do tempo. Porém, mesmo fora dos ambientes clínicos e acadêmicos, pode-se perguntar até que ponto os estados dissociativos de alguma forma misturam-se na constituição da cultura e do dia-a-dia, sendo este o foco nesse momento. Pode-se começar pensando no processo hipnótico ou dissociativo como um mecanismo que, no senso comum, é conhecido como “estado de transe”, costumeiramente associados ao mistério, à religião e mesmo ao excêntrico:

A sociedade industrial ocidental não tem lugar para o transe, a não ser em atividades de lazer ou marginalizadas. Temos os médiuns. Temos meditações. Temos preces, e usamos música individual e em massa para produzir estados que, quando observados em outras culturas, podem ser chamados de transe. (HACKING, 2000, p. 161)

Segundo Ellenberger (1970), uma forma de manifestação primitiva da doença ocorria quando os habitantes de alguma tribo infringiam os tabus daquele grupo. Nesse caso, a experiência daquilo que seria proibido pelo grupo causava em alguns casos doenças intensas ou mesmo morte psicogênica (psicológica), tamanho o pavor ou culpa pela transgressão aos códigos compartilhados que, em muitos casos, torna-se público, com o transgressor então sendo objeto de vergonha. Aqui é possível perceber o atributo da sugestão (o valor dado a uma crença) na execução de um efeito, porém, esse modo de acreditar não é específico de culturas mais antigas, pois na modernidade as superstições detêm esse papel. Para muitas pessoas, um chinelo virado (e o significado

atribuído a isso, a morte da mãe ou do pai), pode ter um efeito psicológico tão hipnótico e devastador que estados reais de ansiedade intensa podem ser manifestados. Assim como infringir um tabu causava culpa (um efeito psicológico) e um estado que poderia ser considerado hoje como de extrema ansiedade, a ponto de causar doenças, manter um chinelo virado pode também causar ansiedade. São culturas e explicações diferentes, mas o efeito psicológico é muito parecido, cujo mecanismo pode ser entendido como a sugestão (um atributo do processo hipnótico)

De acordo com Ellenberger (1970), durante o século XVIII o magnetismo era tão popular na Alemanha que era prática absolutamente comum a consulta às sonâmbulas para problemas de todos os tipos, desde males relacionados a saúde e doenças até problemas de ordem religiosa e, por outro lado, também essa nessa época, eram comuns os casos das sonâmbulas que enganavam pessoas, desde médicos até reis. É perfeitamente possível que seja traçado um paralelo entre a Alemanha do século XVIII e o Brasil do século XXI, pois aqui também existem os médiuns e “sensitivos”, procurados para ajudarem em todo tipo de problema, desde aspectos que envolvem saúde até relacionamentos amorosos, passando por dificuldades financeiras, porém uma das diferenças para os tempos atuais é que existem facilitadores como a internet, mas as dúvidas e problemas humanos aparentemente permanecem exatamente os mesmos. Ainda na Alemanha, o magnetismo ganhou espaço até dentro das universidades e entre filósofos e escritores. Goethe, por exemplo, não se interessava de forma alguma, mas Schopenhauer, por outro lado, se mostrava profundamente impressionado pelas manifestações magnéticas. Nos meios religiosos, por sua vez, o magnetismo de forma geral também fez muitos adeptos, com algumas igrejas inclusive combinando a prática religiosa com a prática magnética.

Na França, por outro lado, o magnetismo sofreu mais resistência, tendo entre seus opositores personagens históricos famosos como Napoleão. Diferente da Alemanha, as universidades francesas rejeitaram o magnetismo, e os psiquiatras que realizaram experimentos em hospitais também não trouxeram resultado. Os círculos religiosos também se mostravam hostis à prática magnética. Por outro lado, muitos escritores, como Balzac, e mesmo membros de sociedades esotéricas mostravam grande apreço pelo magnetismo. Importante que seja destacado que na Alemanha, país no qual o magnetismo foi bem recepcionado, reportavam-se mais resultados, incluindo no ambiente acadêmico,

enquanto que em outros países como França, no qual o magnetismo não foi tão bem recebido como na Alemanha, não se reportavam tantos resultados positivos, o que pode novamente nos remeter à importância da sugestão.

Nos Estados Unidos ocorreu o movimento já abordado anteriormente, o advento do Espiritismo. Muitos escritores eram extremamente favoráveis à ideia do magnetismo, entre eles Edgar Allan Poe, com sua obra “Os fatos no caso do sr. Valdemar”, ou ainda Oscar Wilde e seu conhecido “O Retrato de Dorian Gray”. Essas obras compartilhavam com a população em geral ideias oriundas da hipnose e dissociação, mesmo que isso naturalmente não ficasse explícito. Importante ressaltar que o magnetismo passou a concorrer com o espiritismo e a perder para este último. As pessoas se voltaram para práticas espíritas, que eram muito comuns de serem feitas nas casas das próprias pessoas (e eram gratuitas, diferente da prática magnética, que era cobrada e em muitos casos, muito cara). Muitas pessoas também passaram a brincar com a tábua ouija, o que também rendeu interessante material literário, como o que ocorreu com Pearl Lenore Curran, uma mulher sem interesse literário algum que, após começar a brincar com a tábua ouija, começou a escrever obras cujo valor foram reconhecido, especializando-se em romances e poemas, todos ditados por guias espirituais. Se traçarmos um paralelo entre as descobertas acadêmicas feitas no capítulo anterior a respeito de manifestações inconscientes que, de acordo com aqueles estudiosos pioneiros, tratavam-se de aspectos da mente inconsciente que se manifestariam através de seres e entidades espirituais, não é nem um pouco difícil que seja entendido o sucesso de diversas obras literárias e jogos e brincadeiras como a tábua ouija, que para a população em geral tratava-se de experiências genuínas, cujas explicações priorizavam o sobrenatural, enquanto a academia se debruçava sobre outras perspectivas para a compreensão dos mesmos fenômenos. Se um novo paralelo for traçado com o Brasil atual, é possível que se identifique facilmente a influência em nossa cultura de brincadeiras clássicas como a tábua ouija, que em nosso país adquiriu uma faceta mais casual, por assim dizer, na brincadeira do copo ou da caneta.

A prática da escrita automática levou naturalmente à pintura automática e muitos artistas (ou médiuns, já que em geral não se consideram artistas) passaram a exhibir suas obras mediunizadas num processo conhecido como psicopictografia. Porém, a onda do espiritismo também passou e o interesse geral pelo magnetismo retornou, porém, dessa

vez, na figura do hipnotismo e das múltiplas personalidades (ELLENBERGER, 1970; PLAS, 2000). Um dos temas que atraiu maciçamente a atenção das pessoas foi a possibilidade da execução de crimes por pessoas em estado hipnótico. Houve diversos debates públicos a esse respeito e a escola de Nancy posicionava-se a favor da crença de que tais crimes fossem possíveis, enquanto que a escola de Salpêtrière posicionava-se contra. A justificativa da escola de Nancy, através da figura de Bernheim, foi a de que embora ninguém pudesse ser convencido num estado de transe a cometer crimes, algumas situações específicas poderiam favorecer tal desfecho, como, por exemplo, uma pessoa de moral questionável que dificilmente ofereceria resistência a uma sugestão dessa natureza ou ainda pessoas impulsivas nas quais ideias persecutórias pudessem ser sugeridas de forma que tais indivíduos viriam a cometer algum crime por conta de tais ideias (se uma pessoa dessas for convencida de que está sendo perseguida e pode ser morta, uma saída “lógica” seria atacar antes de ser atacada). Além disso havia também o problema das falsas memórias, que poderiam ser inculcadas em indivíduos de forma que fossem transformados em falsas testemunhas, mesmo sem saberem disso (“Se você pensar bem vai lembrar que havia uma determinada pessoa alí perto, não é?”). Resumidamente, o que Bernheim defendia era que indivíduos pudessem se tornar criminosos pelo efeito da autossugestão (eles se convenceriam, mais do que seriam convencidos) e, portanto, não seriam realmente responsáveis.

No campo da literatura, por sua vez, floresceram obras nas quais a hipnose era o personagem principal, em que crimes foram cometidos no estado normal e confessados em hipnose. Mais uma vez as discussões acadêmicas e clínicas encontravam uma forma de chegar às mãos da população. Por outro lado, na França, as obras tratando das múltiplas personalidades foram as que mais se destacaram, porém nessa época (século XIX e início do século XX) a obra com essa temática que indiscutivelmente se tornou a mais famosa, absoluto clássico, foi sem dúvida “O Estranho Caso do Dr. Jekyll e Mr. Hyde”(2011), de Robert Louis Stevenson (1850-1894)), tanto pela história que apresenta o dilema de um homem que era bom durante o dia e mau à noite, como pelo próprio processo de escrita do livro em si, pois Stevenson relatou ter uma vida onírica muito viva, na qual “pequenas pessoas” sempre o visitavam e ditaram para ele vários detalhes da história. Isso teria ocorrido com seu clássico mas também com outras obras que ele publicou.

De acordo com Ellenberger, no início do século XX o campo literário começou a apresentar uma clara inclinação para obras que discutiam a multiplicidade da mente humana, como visto na obra de diversos autores, entre eles Marcel Proust, que abordava a ideia da mente humana como possuindo uma diferentes tonalidades, apresentando em sua obra esses diferentes tons como se cada ser humano tivesse vários pequenos egos, que estariam próximos uns aos outros e interconectados, de forma que nossa personalidade mudaria dependendo das circunstâncias, pessoas e lugares com os quais estivéssemos em contato. Não é claro se autores como Proust foram estudiosos das obras dos pioneiros que estudaram a dissociação, como tem sido apresentado ao longo desse trabalho, mas de qualquer maneira é inegável que a ideia da divisão da mente em diferentes compartimentos ou níveis, todos eles capazes de sua própria inteligência. Ainda de acordo com o autor, a obra de Proust não foi influenciada por estudiosos como Freud, o que também parece estar de acordo com a concepção de que, por se tratarem de concepções diferentes da dinâmica psíquica, todos que foram influenciados a partir daí por uma proposta aparentemente não o foram pela outra, elas eram naturalmente incompatíveis.

O cinema também apresentou em épocas diferentes, obras que abordavam diretamente o tema da dissociação ou das múltiplas personalidades, como “As três faces de Eva” (*The Three Faces of Eve*, de 1957), “Sybil” (*Sybil*, de 1976), “K-Pax – O Caminho da Luz” (*K-PAX*, de 2001), “O Homem da Terra” (*The Man from Earth*, de 2001) e “Fragmentado” (*Split*, de 2016), ou ainda películas nas quais o assunto não era o tema principal porém teve grande impacto em toda a história, como na trilogia “O Senhor dos Anéis” (*The Lord of The Rings*, 2001-2003) no qual um dos principais personagens, uma criatura chamada Sméagol, desenvolveu uma segunda personalidade, vil e maligna, chamada Gollum.

4. Dissociação: Aspectos Clínicos e Hipnose

4.1. Iatrogenia

A hipnose, a multiplicidade e a dissociação fazem parte de um primeiro modelo da mente, como tem sido apresentada ao longo deste trabalho (ELLENBERGER, 1970; HACKING, 2000; PLAS, 2000). Nesse modelo, conforme suportado pela premissa de vários autores (entre eles Pierre Janet, William James, Carl Jung, Morton Prince, Frederic Myers etc), a mente - de forma geral - se apresenta múltipla (ELLENBERGER, 1970, p.168), com uma estrutura consciente ou egóica (que o indivíduo costuma entender como sendo sua única possibilidade de manifestação, uma e indivisível) e uma outra estrutura, dessa vez inconsciente, que costuma ser reconhecida em suas manifestações como muito mais ampla que o ego consciente, capaz de diferentes manifestações, desde as mais desorganizadas e patológicas até as mais saudáveis e criativas. Importante também citar que diversos autores contribuíram, cada um a seu próprio modo e com suas próprias pesquisas, para uma melhor compreensão dessas características da mente inconsciente, como o psicólogo Theodore Flournoy, por exemplo, ao apresentar sua noção daquilo que ele batizou como “criptomnésia”, que explicaria um fenômeno muito conhecido de magnetizadores e hipnólogos, que é o fato de um indivíduo em estado hipnótico poder falar sobre fatos e eventos de uma forma muito detalhada, como se o indivíduo em si, sua parte consciente, não soubesse do que se trata aquele conteúdo. Para Flournoy, trata-se de memórias muito profundas e esquecidas, dissociadas portanto da mente consciente, que emergem à consciência mas de forma que o indivíduo em questão não reconhece como sendo uma memória ou ideia naturalmente sua, atribuindo uma causação muitas vezes externa para aquele conhecimento.

Esse modelo múltiplo da mente, refletido no modelo dissociativo e hipnótico conforme exposto aqui, também esteve entremeado e pode ser identificado dentro de uma discussão histórica e clínica que envolveu a loucura. Em Foucault (1975) encontra-se a premissa de que a loucura recebeu num tempo relativamente recente o status de doença mental, sendo que a história da psiquiatria a considera como já existente na Idade Média,

compreendida como algo que dizia respeito especificamente ao sobrenatural, não recebendo, à época, o olhar científico do médico, que viria apenas depois entender tais experiências sob novo ângulo, procurando nelas os sinais biológicos que confirmariam (ou não) o diagnóstico da loucura:

...O problema que estava para ser resolvido na atividade psiquiátrica não era tanto, não era primeiramente o de saber se determinado comportamento, determinada maneira de falar, determinado tipo de alusão, determinada categoria de alucinação se referiam a esta ou aquela forma de lesão; o problema era saber dizer se determinada coisa, comportar-se de determinada maneira, ouvir determinada voz, etc., se isso era ou não era loucura.” (FOUCAULT, 2006, p. 347)

Essa realidade a respeito da medicina da mente, que procurou encontrar sinais biológicos da doença evidenciado nos sinais emitidos por ela (porém sem encontrá-los), é um problema ainda atual em psiquiatria no que diz respeito ao diagnóstico diferencial, porque o raciocínio empregado para a esfera mental sempre seguiu o mesmo raciocínio feito para a doença fisiológica, e não apenas no que diz respeito à loucura mas também ao trauma psicológico, por exemplo, que, como exposto por Hacking (2000, p. 12-13), ao apontar que a França do final do século XIX passou a emprestar o termo “trauma”, que sempre havia sido usado no contexto da lesão ou ferimento fisiológico, para o sofrimento psicológico. Então, assim como ossos se partiam (traumatizavam), assim também ocorreria com indivíduos, num nível psicológico, e surgiam então as divisões da personalidade, ou o aspecto patológico da dissociação, que aliás era visto como uma forma bizarra de histeria, de maneira que o modelo do trauma tornou-se o modelo padrão para muitos exploradores da mente à época, como Charcot, Janet e mesmo Flournoy (ALVARADO, 2015). Naturalmente, é importante que seja mantido em mente que a atitude desses pioneiros representava uma época muito específica do desenvolvimento de ideias a respeito da mente, na qual, como apontado por Foucault, princípios utilizados para explicar a biologia do corpo passaram a ser utilizados para explicar a mente. Essa discussão se afiniza com aquilo que Alvarado (2008) discute a respeito de fenômenos dissociativos quando nos oferece a perspectiva de que “estados dissociativos podem promover, de acordo com diversos autores a partir de pontos de vista diferentes, uma miríade de manifestações, tais como: amnésias, anestésias, personalidades autônomas e sucessivas, experiências mediúnicas, telepatia, escrita automática”, ou seja, se

considerarmos que experiências dissociativas, assim como ocorreu com as experiências com a loucura e o trauma, podem se apresentar das mais diferentes formas e serem compreendidas das mais diferentes maneiras, independente de sua natureza ser desconhecida (que também pode ser chamada simplesmente de “experiência anômala”), percebemos que nossa compreensão mais ampla sobre a totalidade do tema ainda está, no máximo, engatinhando, mudando com o tempo à medida em que avançamos em pesquisas e, sendo assim, não temos condições para dizermos atualmente o que tais vivências são “em si”, mas, pelo menos, podemos discorrer sobre o significado que elas assumem para aqueles que as estudam e também para aqueles que as experienciam, da mesma forma que, como defendido por Michel Foucault em seu livro “O Poder Psiquiátrico” (2006), a compreensão a respeito do que é a loucura sempre sofreu muitas modificações ao longo do tempo, o que também ocorreu com a dissociação, conforme exposto por Ian Hacking em seu livro “Múltipla Personalidade e as Ciências da Memória” (2000). A discussão até esse ponto também serve para apresentar o conceito de iatrogenia, que nada mais é do que qualquer efeito resultante da prática clínica em si e não do quadro clínico tratado. Isso significa sugestão, que como visto em capítulos anteriores, representa a relação entre o profissional e seu e paciente, e tem um efeito muito importante sobre o resultado da prática clínica pois um bom *rapport* deixa o paciente ou cliente mais susceptível a sugestões, conforme preconizado por Bernheim e a escola de hipnose de Nancy. Essa influência pode ser particularmente complexa num campo controverso como o da dissociação (que como já foi visto não é algo cuja definição seja universal). Como será visto em mais detalhes adiante, mesmo a melhor das intenções por parte do profissional pode causar efeitos adversos, e há até mesmo debates em contextos psiquiátricos e psicológicos de que a dissociação seria algo produzido por efeito da sugestibilidade (ALVARADO, 1991b).

É possível trazer para essa discussão uma proposta de compreensão diferente, que se contrapõe fortemente ao modelo do trauma e que se propõe a explicar as mesmas patologias estudadas por Charcot e outros pesquisadores adeptos desse modelo, porém através de um ponto de vista diametralmente diferente:

A doença não é...um déficit que atinge cegamente esta faculdade ou aquela; há no absurdo do mórbido uma lógica que é preciso saber ler; é a própria lógica da evolução normal. A doença não é uma essência contra a natureza, ela é a própria natureza, mas num processo invertido; a história natural da doença só tem que

restabelecer o curso da história natural do organismo são. (FOUCAULT, 1975, p. 17)

A percepção de Foucault parece muito afinizada com a percepção de pesquisadores pioneiros do tema, como o psicólogo estadunidense Gardner Murphy (ELLENBERGER, 1970, p. 141) que, ao final do século XIX, acabou concluindo, a respeito das múltiplas personalidades, que muitos casos que se encaixariam nesse diagnóstico, essencialmente representariam organismos que estariam fazendo esforços para sobreviver (portanto uma visão biologicista), em momentos diferentes dentro de diferentes sistemas de valores (portanto uma visão também psicossocial), de forma que as múltiplas personalidades apenas serviam para ilustrar o fato de que a unidade da personalidade não era algo dado e certo, mas deveria ser alcançado pela persistência do indivíduo e, talvez, por conta de esforços ao longo de toda a vida. Há aqui um outro ponto de vista que, embora calcado num modelo de trauma, também entende ser esse um movimento de retorno do organismo ao estado original, a uma reorganização. Essa perspectiva mostra que mesmo o modelo do trauma não é unânime entre seus adeptos. Quando se discorre sobre experiências de âmbito anômalo, já houve ao longo do tempo (ALVARADO, 2012b, p. 229; PLAS, 2000) muitas tentativas de se explicar tais fenômenos exclusivamente através de processos psicológicos ou exclusivamente biológicos, sejam explicações que envolvem o sistema nervoso, sejam aquelas que envolvem temas relacionados à sugestão. Esta também é perspectiva de Maraldi (2014, p.154) ao lembrar que já houve muitas tentativas ao longo da história de se tentar reduzir experiências humanas, que como sabemos são complexas por natureza, a variáveis de explicações únicas, isoladas, ou ainda, explicar experiências humanas em termos de categorias diagnósticas. Então, fica mais claro que, além do fenômeno dissociativo não ser absolutamente compreendido em sua natureza, ele também sofre influência de outras variáveis, como o contexto no qual ocorrem e, sendo assim, a compreensão clínica e o diagnóstico diferencial são influenciados por essa incerteza que permeia todas as épocas e lugares nos quais investigadores se debruçaram sobre esses mistérios.

Para Foucault (1975, p.347-348), o problema central da psiquiatria, no que diz respeito ao diagnóstico da loucura, sempre foi o de conseguir instaurar uma “prova” para, com isso, conseguir instaurar o diagnóstico absoluto, de forma que tal argumento desse validade e trouxesse o tom de realidade ou mesmo irreabilidade a respeito da doença

psíquica, tratando-se aqui, portanto, de um calcanhar de aquiles que também existe quando abordamos a temática da múltipla personalidade (num contexto patológico), pois de acordo com Alvarado (1989) muitas ideias ao longo do século XIX defendiam a precedência das explicações fisiológicas em relação às psicológicas, o que naturalmente favorecia a defesa da perspectiva da interpretação do trauma, além do fato de esses defensores apontarem que a hipnose poderia comprovar mecanismos de conexão entre a mente e o corpo, o que ajudaria a explicar doenças e naturalmente, também, os fenômenos dissociativos, já que muitos pacientes podiam por exemplo conseguirem caminhar enquanto estivessem num estado mas ficarem completamente paralisados em outro, ou ainda tricotarem num estado sem o uso de óculos enquanto em outro a falta dos óculos não permitia a mesma atividade, o que levou muitos investigadores a defenderem a natureza do fenômeno hipnótico como sendo ligada ao sistema nervoso e dependente dele. Ainda de acordo com Alvarado (2007), o historiador Marcel Gauchet referiu-se a essa proposta como sendo o “inconsciente cerebral”, na qual o inconsciente era entendido como sendo um agregado de respostas reflexas automáticas desencadeadas pelo sistema nervoso, o que evidenciava de uma maneira geral o posicionamento de muitos pesquisadores do final do século XIX e início do século XX sobre o fenômeno dissociativo, que seguindo essa perspectiva do inconsciente cerebral, seria um sinal de patologia e apontaria para outras manifestações doentes como a histeria e a insanidade. Essa perspectiva muito presente a atuante entre os médicos da época, permitem uma melhor compreensão do motivo pelo qual investigadores como Charcot e Janet defendiam uma natureza muito mais biologicista e patológica para os fenômenos que estudavam na Salpêtrière. Há, inclusive, em Ellenberger (1970, p. 98), um registro a respeito de Pierre Janet que mostra como ele percebia o posicionamento de seu mestre em relação à prática hipnótica e como isso deixava exposto os erros metodológicos da prática de seu professor: trata-se da preocupação excessiva de Charcot para encontrar entidades patológicas no fenômeno hipnótico, procurando ilustrar seu ponto de vista com os casos que atendia escolhendo sempre aqueles que mostravam o maior número possível de sintomas, concluindo então que todos os outros casos que não apresentavam toda aquela mesma quantidade de sintomas só poderiam ser manifestações incompletas da doença, o que apontava para Janet uma excessiva patologização de seu mestre em relação aos fenômenos que ele estudava, em suma, quanto mais sintomas, melhor. Aparentemente

esse método foi frutífero na neurologia, porém Charcot entendeu que o mesmo princípio seria automaticamente e imediatamente válido para as doenças mentais, deixando claro aqui como havia uma postura espontânea por parte dos pesquisadores de buscarem uma causa física para as doença da mente, de forma a usarem-na como base para realizarem um diagnóstico absoluto, conforme já visto na discussão feita por Foucault, processo esse que reforçava o poder e a influência dos médicos sobre os pacientes.

Ainda de acordo com o autor, Janet também dizia que as três etapas da hipnose que Charcot estudava (letargia, catalepsia e sonambulismo) eram nada mais nada menos do que o resultado do treinamento que Charcot dava para suas pacientes. Isso pode ser importante no contexto de uma análise psicossocial porque as histéricas eram as estrelas da atração que Charcot apresentava para demonstrar casos clínicos para seus estudantes, que eram feitos na presença de todos que quisessem observar. Tratava-se então, para Ellenberger (1970), de um evento público. A atitude paternalista e despótica de Charcot em relação a seus próprios estudantes desmotivava críticas destes para com seu mestre, que também se comportavam diante de seu grande professor conforme eles acreditavam que o satisfaria, exatamente como as histéricas faziam. Como se tudo isso não bastasse, Charcot ainda era famoso por discutir os casos clínicos de suas pacientes na presença das mesmas, que naturalmente ouviam (e provavelmente prestavam muita atenção) a toda a discussão. Com isso, estava formada toda uma atmosfera mútua de sugestão que ocorria entre Charcot, os estudantes e as pacientes, num contexto que se retroalimentava. Um elemento particularmente interessante nessa discussão é que Charcot, embora estivesse ele mesmo envolvido nesse “espetáculo” de influências sem perceber, por outro lado tinha percepção de que eram as histéricas as únicas e verdadeiramente influenciadas:

É indiscutivelmente verdadeiro que, o que quer que seja que forçosamente atinja a mente, o que quer que seja que impressione a imaginação, isso será singularmente favorável, em sujeitos predispostos, ao desenvolvimento da histeria. Entre todas as diferentes formas de se afetar as funções cerebrais talvez nada seja mais eficaz, e nada cujas ações não possam ser frequentemente detectadas, do que a crença no maravilhoso e no sobrenatural, que é promovida e exagerada por excessivas práticas religiosas, e outras ideias relacionadas, o espiritualismo e suas práticas (CHARCOT, 1889, p. 198)¹¹

¹¹ “It is undoubtedly true that whatever forcibly strikes the mind, whatever strongly impresses the imagination, is singularly favorable, in subjects predisposed, to the development of hysteria. Among all the different means of affecting the cerebral functions perhaps nothing is more

Nesse aspecto Charcot expressa sua percepção de como o contexto e a cultura influenciam as experiências psicológicas, o que é dito pelo autor de forma exemplificada pelo espiritualismo e as práticas religiosas, mas que também é deixado claro poder se tratar “do que quer que seja”, desde que seja algo que fortemente cause uma impressão (sugestão), uma influência irresistível no indivíduo, e isso será suficiente para “afetar as funções cerebrais”, explanando que as histéris apenas são mais susceptíveis a tal processo mas, mesmo nesse caso, ainda sim não haviam provas “físicas” para comprovar sua teoria de que as práticas religiosas pudessem favorecer o desenvolvimento da histeria.

A discussão anterior sobre diagnósticos mentais serem feitos com base em diagnósticos físicos e toda a influência que tal perspectiva exerceu sobre os profissionais no final do século XIX pode também ser dita sobre o diagnóstico de múltipla personalidade que, de acordo com Hacking (2000), é até os dias atuais questionado em relação a sua veracidade, pois há investigadores que afirmam ser essa uma doença verdadeira (pode ser identificada) e há outros que, com a mesma veemência, afirmam exatamente o oposto, porém nenhum dos grupos consegue trazer elementos tangíveis para defender seu posicionamento de forma inquestionável. Ainda de acordo com o autor, isso pode dizer muito sobre a forma como as doenças são compreendidas pois o diagnóstico de múltipla personalidade é simplesmente o mais contestado diagnóstico de toda a psiquiatria.

De acordo com Ellenberger (1970), acrescentando ao que já foi citado por Hacking no parágrafo anterior, ao final do século XVIII e durante todo o século XIX o número de ocorrências de personalidades divididas ou múltiplas era algo extremamente raro, senão até mesmo lendário, porém, depois de 1840 o problema passou a ser tratado de forma mais objetiva e por volta de 1880 o problema já estava entre os mais discutidos entre psiquiatras e filósofos. Alvarado (1991b) complementa essa discussão sobre altos e baixos no número de diagnósticos de múltiplas personalidades ao comentar que para alguns profissionais da área, como Pierre Janet, o possível perigo da influência do médico sobre o paciente seria algo real (assim como ele já havia percebido na relação entre seu

efficacious, and nothing whose action may not be more frequently detected, than the belief in the marvellous and the supernatural which is fostered and exaggerated by excessive religious exercises, and the related order of ideas, spiritualism and its practices”.

mestre Charcot e suas pacientes histéricas), chamando atenção de seus colegas profissionais da área lembrando-os que, durante o transe, pelo fato de os indivíduos estarem muito susceptíveis a sugestões, isso poderia levar ao surgimento de outras personalidades. William James também expressava sensibilidade a esse respeito ao falar da necessidade de discernir entre pessoas que apresentavam duplas personalidades daquelas que temporariamente agiam na crença de que deveriam se comportar como se tivessem os duplos. De forma geral, portanto, já era evidente para alguns pioneiros do final do século XIX e início do século XX que o *rapport* entre terapeuta e cliente era real e isso poderia expor o segundo a sugestões (mesmo que inconscientes), do primeiro, mas o que talvez não fosse tão discutido é a influência que essa relação poderia ter em relação ao “surgimento” de casos de múltiplas personalidades, a partir do momento em que os médicos, por acreditarem em tal doença, poderiam vir a instiga-la em seus pacientes. Aparentemente Pierre Janet e William James representavam uma minoria, e pode ser uma discussão interessante quando o tema é a iatrogenia, pois torna claro como em menos de um século um problema praticamente inexistente passou a ser lugar comum nas discussões científicas. Ocorre que, diferente de doenças e moléstias que efetivamente podem ser tornar epidemia, como gripes, é difícil compreender como houve uma “epidemia” de múltiplas personalidades a não pela influência dos profissionais em relação a seus próprios pacientes, o que também é importante quando se levanta a questão de que a rivalidade teórica entre investigadores, como Freud e Janet, apontam para o fato de que as perspectivas individuais desses pesquisadores influenciam diretamente a oferta de sintomas e quem interpreta esses sintomas (FOUCAULT, 2006), já que há diferentes perspectivas interpretativas a respeito da origem dos transtornos dissociativos e também como eles deveriam ser tratados (HACKING, 2000), o que significa que um mesmo paciente, se fosse tratado por Freud e em seguida por Janet (ou vice-versa), definitivamente ouviria explicações diferentes para seu sofrimento e também receberia tratamentos diferentes.

De acordo com Foucault (1975, p. 08) a construção da doença mental “... é uma essência, uma entidade específica indicada pelos sintomas que a manifestam, mas anterior a eles, e de certo modo independente deles.” Sendo assim, ao se pensar a natureza psicológica do sintoma, é importante que seja lembrado que o raciocínio que muitas vezes é emprestado da medicina pode não ser o mais eficaz para o fim que se busca:

Se se define doença mental com os mesmos métodos conceituais que a doença orgânica, se se isolam e se reúnem os sintomas psicológicos como os sintomas fisiológicos, é porque antes de tudo se considera a doença, mental ou orgânica, como uma essência natural manifestada por sintomas específicos. Entre estas duas formas de patologia, não há então unidade real, mas semente, e por intermediário desses dois postulados, um paralelismo abstrato. Ora o problema da unidade humana e da totalidade psicossomática permanece inteiramente aberto.” (FOUCAULT, 1975, p.09)

Nesse ponto Foucault expressa um problema ainda atual e que diz respeito à natureza daquilo que se entende como sendo doença mental, cujas bases filosóficas, de ordem naturalista, objetificam a existência “per se” da doença mental, como se ela fosse algo efetivamente encontrado ou identificado corporalmente, o que naturalmente se estende para nossa discussão acerca dos fenômenos dissociativos. Entra aqui um componente de natureza ideológica muito importante para esta discussão, conforme apontado por Fernandes (2005, p.39) ao refletir que ocorre uma “...hegemonia que a racionalidade científica vem assumindo e consiste na transformação dos problemas éticos e políticos em problemas técnicos”, ou seja, o caminho que a saúde mental segue privilegia muitas vezes não necessariamente o que é a doença mental em si, mas o que historicamente acreditamos que ela seja, ou, mais especificamente, o que determinadas ideias que se sobrepõem a outras ao longo do tempo determinam que seja, o que também remete à colocação feita por Maraldi (2014): “...quando o estudo da dissociação foi retomado com força no final do século XX, o modelo do trauma (Charcot) voltou a reinar, e pode-se dizer que ainda detém a supremacia - senão em relação à controvérsia científica sobre o tema, ao menos no que tange o poder exercido sobre os profissionais da saúde mental, a começar pela participação de muitos autores desse modelo na elaboração do DSM” o que remete a uma prática já antiga no meio acadêmico, como lembrado por Alvarado (1989, p. 165), que é a dos investigadores lançarem mão de diferentes modelos de funcionamento da mente para defender ou ilustrar seus paradigmas favoritos (ALVARADO, 1989, p. 165). De uma forma geral, pelo menos no que diz respeito à dissociação, a supremacia do modelo psicopatológico foi a que prevaleceu.

O DSM é o Manual Diagnóstico e Estatístico de transtornos Mentais (*Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* no original, em inglês), e é utilizado por profissionais da área da saúde para a realização de diagnóstico de transtornos mentais. O

manual é editado pela Associação Americana de Psiquiatria (*American Psychiatric Association*) desde 1952, ano em que foi publicada sua primeira edição, que sofreu atualizações ao longo do tempo e atualmente encontra-se na quinta revisão, desde 2013. Vale à pena entender o contexto histórico no qual surgiu esse manual, pois esse dado se desdobra na forma como os diagnósticos passaram a ser feitos:

Ao longo da história da psiquiatria, isto é, desde 1800, tem havido duas formas distintas de classificar a doença mental. Um modelo organiza a matéria conforme os grupos de sintomas; os distúrbios são classificados de acordo com sua aparência. Outro a ordena conforme as causas subjacentes; os distúrbios são classificados de acordo com as teorias sobre eles. Em função da enorme variedade de doutrinas entre os psiquiatras americanos, pareceu necessário criar uma classificação meramente sintomática. A ideia era que pessoas de diferentes escolas podiam concordar sobre os sintomas, mesmo que discordassem sobre as causas ou o tratamento. Desde o início, os *DSMs* americanos tentaram ser puramente sintomáticos. É essa uma das razões da limitada relevância que eles davam à questão da múltipla personalidade ser ou não real. Uma mera coleção de sintomas pode nos dar a sensação de que os sintomas podem ter causas diferentes. (HACKING, 2000, p. 22)

Atualmente, o DSM em sua quinta edição, a mais recente (DSM-V) apresenta a seguinte perspectiva a respeito das experiências dissociativas:

Transtornos dissociativos são caracterizados por uma interrupção e/ou descontinuidade na integração normal da consciência, memória, identidade, emoção, percepção, representação corporal, controle motor e comportamento. Sintomas dissociativos podem potencialmente interromper todas as áreas do funcionamento psicológico.

[...] Sintomas dissociativos são experienciados como a) intrusões espontâneas na consciência e comportamento, com perdas contínuas da continuidade da experiência subjetiva (exemplos: sintomas dissociativos “positivos” como fragmentações da identidade, despersonalização e desrealização) e/ou b) incapacidade de acessar informações ou controlar funções mentais que normalmente estão imediatamente disponíveis para acesso ou controle (exemplo: sintomas dissociativos “negativos” como a amnésia). (DSM-V, 2013, p. 291)¹²

¹² “Dissociative disorders are characterized by a disruption of and-or discontinuity in the normal integration of consciousness, memory, identity, emotion, perception, body representation, motor control and behavior. Dissociative symptoms can potentially disrupt every area of psychological functioning.

[...] Dissociative symptoms are experienced as a) unbidden intrusions into awareness and behavior, with accompanying losses of continuity in subjective experience (i.e., “positive” dissociative symptoms such as fragmentations of identity, depersonalization, and derealization) and \or b) inability to access information or to control mental functions that normally are readily amenable to access or control (i.e., “negative” dissociative symptoms such as amnesia”.

É possível perceber a partir da citação acima que “sintomas dissociativos” são descritos, a partir do DSM-V, como experiências nas quais o indivíduo perde controle de forma intrusiva, ou seja, à revelia do indivíduo. Naturalmente essa descrição nos remete à patologia, como nos casos das possessões demoníacas, e é interessante notar que a perspectiva que embasa nossos manuais médicos a respeito do transtorno dissociativo de identidade também foi consolidado nessa percepção de que a multiplicidade das personalidades existe como um mecanismo de defesa psicológico, sendo uma reação a algum trauma de infância repetido, em geral de natureza sexual (HACKING, 2000, p.22 e 50-51). Ainda de acordo com o autor, por conta de experiências nas quais os múltiplos foram encorajados a lembrarem-se de cenas do passado que estariam ligadas ao trauma, em geral através de um estado hipnótico, desde aquelas envolvendo abuso sexual por parte de familiares até cenas envolvendo rituais satânicos, tudo isso acabou colocando em cheque a credibilidade da estrutura da memória desses pacientes, de forma tal que as várias personalidades passaram a ser vistas como uma forma de expressar fantasias. Tudo isso pode ajudar a compreender porque o tema das memórias falsas e da hipnose passou a ser associado ao tema do transtorno dissociativo, principalmente porque os profissionais, sejam eles médicos ou psicólogos, que sugeriam aos seus clientes que eles poderiam ter passado por uma experiência de abuso acabavam, mesmo sem se dar conta e com a melhor das intenções, plantando uma semente que daria frutos amargos, justamente por não entenderem claramente o poder que exerciam sobre seus clientes.

Para Spanos e Burgess (1994), os diagnósticos de múltiplas personalidades eram relativamente infreqüentes durante os primeiros três quartos do século XIX, aumentando dramaticamente sua freqüência entre 1876 e 1920, tornando-se irrisórios entre 1920 e 1970 e aumentando astronômicamente a partir daí, porém esse aumento a partir de 1970 ocorreu exclusivamente nos Estados Unidos, enquanto poucos casos foram diagnosticados no Japão, Índia, França, Inglaterra, Suíça ou mesmo na Rússia. Ainda mais curioso é que os pacientes diagnosticados com múltipla personalidade não apresentavam sintomas de multiplicidade antes de começarem tratamento e não se davam conta de possuírem outras personalidades até que os terapeutas tivessem descoberto isso e as avisassem. A partir de uma perspectiva sócio-cognitiva, esses achados, tomados juntos, sugerem que os terapeutas com muito mais freqüência criam a multiplicidade do que a descobrem.

Spanos e Burgess (1994) também apresentam sua própria perspectiva a respeito da natureza iatrogênica das patologias dissociativas ao discutirem que diversos dados experimentais disponíveis advindos de diversos experimentos indicam que múltiplas identidades são criações sociais que podem ser facilmente eliciadas em pessoas normais, e que são determinadas pelas compreensões que os indivíduos tem a respeito das múltiplas identidades a partir de informações às quais são expostos, como por exemplo os casos de vidas passadas, nos quais os sujeitos se valem de informações de muitas fontes diferentes (programas de TV e filmes, novelas de época, informações esquecidas sobre seu próprios passados – a criptomnésia -, desejos e fantasias, etc), tudo isso para dar vida às novas identidades alternativas (as da vida passada) e preenchê-las com uma história e características próprias. Tudo isso indica para os autores, entre outras coisas, que as pessoas que alegam experiências de vidas passadas não apresentam psicopatologia, e que homens são tão propensos a criarem tais identidades como as mulheres. Além disso, a ênfase da causação das múltiplas personalidades na infância por conta de traumas causados por abuso como explicação para problemas emocionais na vida adulta, bem como a noção de que os sintomas seriam o reflexo de defesas inconscientes, tudo isso minimiza demais a importância da natureza social das múltiplas personalidades e também os papéis desempenhados dentro dos contextos institucionais nos quais tais perspectivas são motivadas, moduladas e legitimadas, o que de certa forma também dispersa a atenção do papel dos próprios terapeutas em moldar e legitimar manifestações de multiplicidade. É importante e interessante ressaltar que no século XIX os pacientes de forma geral apresentavam duas ou três personalidades e ao longo do tempo esse número saltou para dezenas e em alguns casos até centenas. Essa discussão se afiniza com a proposta de Foucault (1975 e 2006) de que a influência e poder exercido pelos médicos é inegavelmente relevante na percepção e criação dos diagnósticos, percepção essa que é imediatamente aplicável também à profissão do psicólogo e que, na pior das hipóteses, apenas mostra como nenhuma profissão da área da saúde está livre da influência hipnótica entre profissionais e pacientes, e que uma consciência maior sobre essa possibilidade, que é real, definitivamente pode ajudar a melhorar a qualidade do trabalho de todos os envolvidos na área da saúde. Finalmente, os autores concluem que os teóricos das múltiplas personalidades estão corretos ao defenderem que alguns dos processos psicológicos subjacentes da hipnose e da múltipla personalidade são semelhantes (o que

torna essa percepção semelhante à de muitos pioneiros que trabalharam com o modelo hipnótico da mente) e que em ambos os casos, dados experimentais demonstraram que as múltiplas identidades são construções sociais que, por sua vez, são criadas, legitimadas, mantidas e alteradas através das interações sociais. Sendo assim, os pacientes aprendem a se interpretar como possuindo múltiplos eus, aprendem também a se reconhecer e se apresentarem de acordo com essa percepção e também aprendem a organizar e elaborar sua própria história de vida de forma a tornarem congruente o que eles entendem significar a manifestação das múltiplas personalidades, paralelamente ao papel dos terapeutas que é o de encorajarem seus pacientes a construírem uma percepção pessoal de si mesmos possuindo múltiplas personalidades, bem como dando informações que legitimam essa construção e como se comportarem como tais (sendo portanto um processo que se retroalimenta).

Para Lynn e Green (20001), também numa perspectiva sócio-cognitiva, o entendimento é o de que a hipnose tem muito em comum com os comportamentos mais simples dos indivíduos no dia-a-dia, no sentido de serem direcionados conscientemente. Então, indivíduos hipnotizados agiriam de acordo com seus próprios objetivos e de acordo com seus próprios pontos de vista, demonstrando um controle primoroso de seus pensamentos, sentimentos e comportamentos, independente do fato de suas experiências enquanto hipnotizados terem uma característica automática ou involuntária, o que remete ao efeito da sugestionabilidade no sentido de o participante da experiência agir de acordo com aquilo que ele acredita ser o que se espera dele. Os autores ainda comentam que, de acordo com pesquisas embasadas numa perspectiva sócio-cognitiva, é muito grande a participação da motivação, dos papéis e das expectativas no comportamento dos indivíduos de forma geral, tanto naqueles hipnotizados como naqueles que não o foram, além de criticarem o conceito de responsividade hipnótica (também conhecido como hipnotizabilidade, ou susceptibilidade hipnótica) pois tal conceito parte do princípio de que os indivíduos seriam estáveis a esse respeito (o grau de hipnotizabilidade de um indivíduo seria algo sempre relativamente constante), o que não corresponderia à realidade pois os indivíduos poderiam aprender a incrementar sua responsividade, seja por exemplo através da participação em cursos e programas que treinem a hipnose, seja auxiliando os indivíduos a interpretar melhor sugestões recebidas, enfim, para os autores é possível que pessoas interessadas se tornem mais sugestionáveis.

A perspectiva sócio-cognitivas de uma forma geral aponta para o fato de que muitos comportamentos são socialmente construídos, mesmo quando não são percebidos conscientemente pelos indivíduos como tal, sendo justamente esse tipo de mecanismo que se encontra atuando de maneira intensa no contexto clínico, pois a relação psicólogo-paciente (ou médico-paciente) é uma relação também construída socialmente e completamente embasada no *rappor*t entre os envolvidos. Sendo assim, mesmo que não se dêem conta, profissionais da área psicológica e médica são muito susceptíveis a influenciarem hipnoticamente seus pacientes (ou clientes), assim como já apontado por pioneiros como Pierre Janet e William James.

Nesse ponto é conveniente que uma pergunta seja feita: O transtorno dissociativo de personalidade existe? Vejamos:

A múltipla personalidade é um distúrbio real em oposição a um tipo de comportamento trabalhado pelo médico e o paciente? Se tivermos de responder sim ou não, a resposta será sim, ela é real - isto é, a múltipla personalidade em geral não é “iatrogênica.” Essa resposta naturalmente dá margem a algum ceticismo, pois pode ser que muitas das mais floreadas partes do comportamento múltiplo sejam iatrogênicas. (HACKING, 2000, p. 21)

De acordo com Ian Hacking, embora a múltipla personalidade (ou transtorno dissociativo de identidade) seja um fato, também é um fato que muito do que se diz a respeito da múltipla personalidade pode ser, sim, contextual (iatrogênico), o que significa que o sofrimento ocasionado por tal transtorno é real, mas o surgimento do transtorno, se ocasionado por trauma ou se modulado socialmente, este é o aspecto que ainda não foi resolvido, como já discutido anteriormente:

Pode-se pensar que as experiências falam por si sós, pelo menos para as vítimas. Sim - porém os acontecimentos, por mais sofridos ou terríveis que sejam, foram experimentados ou recordados *como abuso infantil* apenas depois da tomada de consciência. Isso requer a criação de novas descrições, de novas formas de ver os atos antigos - e uma grande quantidade de movimentação social. (HACKING, 2000, p.66)

Conforme proposto por Hacking (2000), a múltipla personalidade é real, porém há aspectos dela (como as lembranças de memórias de abusos infantis) que podem ser iatrogênicos. Não há, portanto, uma resposta definitiva, e de acordo com o autor ambos

os pontos de vista estão corretos até certo ponto (porém também estão errados quando se propõem a explicar toda a problemática envolvendo a questão).

Segundo Alvarado (2010a), Alfred Binet em seu livro *Alterations of Personality* (1896) compreendia que em alguns casos a unidade normal da consciência é quebrada e diversas consciências são formadas a partir dessa unicidade, cada uma com suas próprias percepções, memórias, e até mesmo moralidade. Por outro lado, de forma geral, ele tinha uma opinião formada de que os indivíduos podiam sofrer com as quebras de consciência (dissociação) tanto por motivos relacionados à doença como também por participarem como sujeitos de experimentos e, em alguns casos, até mesmo por sugestão, o que aproxima Binet muito mais de Bernheim do que Charcot (por valorizar mais a sugestão do que o estado hipnótico, ou transe), e também mais à escola de Nancy do que à de Salpêtrière. Nesse ponto Foucault também tem algo deveras interessante para acrescentar a respeito da iatrogenia:

A hipnose não serviu a Charcot para multiplicar os fenômenos histéricos; ela foi, analogicamente, como a eletrização localizada de Duchenne, uma maneira, uma maneira de limitar os fenômenos da histeria e poder deflagrá-los com exatidão à vontade. Ora, a partir do momento em que se deflagrava à vontade, por meio da hipnose, um sintoma histérico, e só um, não iria o médico tropeçar nesta dificuldade: se eu provoquei, se eu disse a um doente hipnotizado “você não consegue andar”, e ele ficou paralisado, “você não consegue falar”, e ele ficou afásico, será que é mesmo uma doença? Será que não é simplesmente o inverso, no corpo do doente, do que lhe impus? Por conseguinte, se a hipnose é uma boa técnica para isolar os fenômenos histéricos, é um meio perigoso, porque corre o risco de não ser mais que o efeito de uma instrução dada - o efeito, e não a resposta”. (FOUCAULT, 2006, p.405-406)

A esse respeito convém lembrarmos sobre a dissociação tendencial (patológica) e contextual (saudável), pois para alguns autores a diferença entre uma e outra se encontra justamente no contexto em que ela acontece, como colocado acima por Foucault, pois se uma doença realmente existisse por si mesma, não poderia ser deflagrada através de sugestões, sejam hipnóticas ou não. Ou será que poderia? Segundo Ellenberger (1970, p. 127) o fenômeno da possessão pode hoje em dia facilmente ser considerado uma variedade das múltiplas personalidades, e mais; assim como uma possessão pode ser manifesta ou latente, o fenômeno da múltipla personalidade (ou dissociação) pode ser manifesta (ou seja, surgir espontaneamente, sem controle) ou latente (ou seja, surgir de forma provocada, por exemplo através da influência de práticas hipnóticas). Seguindo

esse mesmo raciocínio, quando já discutimos que a dissociação pode ser tendencial ou contextual, é relativamente simples percebermos o paralelo entre todos esses conceitos, quer dizer, onde temos possessões ou múltiplas personalidades manifestas, podemos ter dissociações tendenciais e, onde temos possessões ou múltiplas personalidades latentes, podemos ter dissociações contextuais, de forma que todas essas manifestações, tanto as provocadas como as espontâneas podem se influenciar umas às outras.

4.2. Multiplicidade e Identidade

Uma leitura psicossocial é importante para a estrutura da discussão feita em todo esse trabalho, por considerar que a compreensão que temos em relação a determinadas experiências e fenômenos pode sim ir se alterando e ser influenciada por fatores ambientais, culturais, sociais, contextuais, e todos esses elementos juntos colaboram e influenciam (portanto, nos sugestionam) a respeito de como a mente funciona. Um exemplo notável a esse respeito diz respeito a discussões ideológicas que o termo “dissociação” tem gerado ao longo da história e que, até os dias atuais, não foram plenamente resolvidos, como o embate histórico entre as escolas francesas de Salpêtrière e Nancy (ALVARADO, et al, 2007), em que a primeira defendia a natureza psicopatológica dos fenômenos dissociativos, hipnóticos, e a segunda defendia a origem social e contextual (sugestiva, portanto) dos mesmos. Para tornar tudo mais complexo, vários pesquisadores pioneiros, como Alfred Binet, defendiam e insistiam na ideia de que nem todos os casos de divisão de personalidade eram ou deveriam ser traumáticos (ELLENBERGER, 1970, p. 167), quer dizer, eles não necessariamente apresentariam as características tipicamente associadas ao fenômeno das múltiplas personalidades que são as mudanças radicais entre uma personalidade e outra, nas quais muitas vezes elas sequer se conhecem ou se opõem abertamente umas às outras, além do fenômeno da amnésia que costuma ocorrer entre as transições; todos esses são casos didáticos, porém extremos e psicopatológicos. Vários autores entendiam que as mudanças ocorreriam através de estágios transitórios, como num *continuum*, que se estenderia desde as divisões mais radicais e problemáticas até as transições mais normais e indefesas, que são aquelas que ocorrem entre diferentes facetas da personalidade no dia-a-dia, uma percepção similar

àquela que William James discute em seu livro *Principles of Psychology* (1890a, p, 161-166) ao apresentar seu conceito de *self* social (*social self*) ou ainda aquela apresentada por Platão com seu princípio da Tripartição da Alma, conforme apresentou em seu livro “A República”, dividindo a alma humana em três partes distintas: Racional (a que pensa), Apetitiva (a que deseja) e Irascível (a que se irrita):

[...]mas já é difícil saber se executamos cada ação por efeito do mesmo elemento, ou cada ação por meio de seu elemento, visto que são três. Compreendemos, graças a um; irritamo-nos, por outro dos que temos em nós; desejamos, por um terceiro, o que toca aos prazeres da alimentação, da geração e quantos há gêmeos destes; ou então praticamos cada uma dessas ações com a alma inteira quando somos impulsionados. (PLATÃO apud SILVA, 2008, p.64)

Platão falava sobre diferentes partes da alma que representariam diferentes experiências, muitas vezes opostas ou concorrentes, como por exemplo desejar algo e ao mesmo tempo analisar que aquilo não é o mais adequado (por exemplo, alguém numa dieta ter um desejo por um doce e ao mesmo tempo racionalizar o mal que tal atitude pode causar), gerando uma tensão entre diferentes partes da psique.

Para alguns pesquisadores, como Morton Prince, uma visão exclusivamente psicológica pode ser limitada para que se tenha um entendimento concreto da nossa natureza múltipla, mas admite a possibilidade de um *self* central, como um eixo, de toda a personalidade, que independe de condições exteriores:

[...] aproximando-se do tema [da multiplicidade] a partir de um ponto de vista puramente psicológico, tem sido sustentado que dos vários possíveis eus que podem ser formados a partir da “massa de consciência” que pertencem a qualquer pessoa, não há particularmente um *self* normal ou real; qualquer um pode ser tão normal ou real como qualquer outro, exceto quando um ou outro está melhor adaptado a algum ambiente em particular. Se o ambiente mudar, outro *self* pode ser considerado o normal. Mas o ponto de vista psicológico é muito limitado. Qual teste nós temos para medir a adaptação? Há também um ponto de vista fisiológico, e também um ponto de vista biológico, a partir dos quais a personalidade deve ser considerada. Um *self* normal deve ser capaz de ajustar-se fisiologicamente ao seu ambiente, caso contrário surgem toda sorte de reações pervertidas a partir do corpo (anestesia, instabilidade, sintomas neurastênicos etc) bem como os sinais fisiológicos (amnésia, sugestibilidade, etc) e torna-se uma pessoa doente. A experiência mostra que podemos filosofar o quanto quisermos,

pois há um *self* empírico que pode ser considerado como o *self* real. (PRINCE, 1906, p. 233)¹³

Para Frederic Myers, a natureza da mente também se mostrava múltipla, o que inegavelmente podia ser identificado quando os indivíduos estavam hipnotizados:

Sustento a ideia de que o hipnotismo (que em si mesmo é uma palavra que cobre uma grande variedade de diferentes estados) pode ser considerado como constituindo um caso especial que por sua vez recai sobre uma categoria muito mais larga – a categoria, a saber, do desenvolvimento das personalidades secundárias. Mantenho que cada um de nós contém o potencial de muitos diferentes arranjos de elementos da nossa personalidade, cada arranjo sendo distinguível do resto pelas diferenças na cadeia de memórias que lhe dizem respeito. O arranjo com o qual nós habitualmente nos identificamos, - o que nós chamamos de *self* normal ou primário – consiste, em minha visão, dos elementos selecionados para nós na luta pela existência com uma referência em especial à manutenção das necessidades físicas ordinárias, e não é necessariamente superior em nenhum outro respeito às personalidades latentes que estão ali próximas, - a combinação fresca de elementos pessoais que podem ser evocados, por acidente ou necessidade, numa variedade para a qual nós no presente não podemos identificar um limite. Eu considero que os sonhos, assim como o sonambulismo, escrita automática, com o alegado transe mediúnico, bem como certas intoxicações, epilepsias, histerias, e insanidades recorrentes, fornecem exemplos do que eu tenho chamado cadeias mnemônicas secundárias – personalidades novas, mais ou menos completas, paralelamente ao estado normal. E eu acrescentaria que o hipnotismo é o único nome dado a um grupo de métodos empíricos para se induzir estas personalidades novas – de mudar os centros de energia máxima, e começarmos uma nova cadeia mnemônica. (MYERS, 1888, p. 387)¹⁴

¹³ “...approaching the subject from a purely psychological point of view, it has been held that of the various possible selves which may be formed out of the “mass of consciousness” belonging to any given individual, there is no particular real or normal self; one may be just as real and just as normal as another, excepting so far one or the other is best adapted to a particular environment. If the environment were changed, another self might be the normal one. But the psychological point of view is too limited. What test have we of adaptation? There is a physiological point of view as well, and also a biological point of view, from which personality must be considered. A normal self must be able to adjust itself physiologically to its environment, otherwise all sorts of perverted reactions of the body arise (anesthesia, instability, neurasthenic symptoms, etc), along with psychological stigmata (amnesia, suggestibility, etc), and it becomes a sick self. Common experience shows that, philosophize as you will, there is and empirical self which may be designated the real normal self”.

¹⁴ “I hold that hypnotism (itself a word covering a vast variety of different states) may be regarded as constituting one special case which falls under a far wider category, - the category, namely, of developments of a secondary personality. I hold that each of us contain the potentialities of many different arrangements of the elements of our personality, each arrangement being distinguishable from the rest by differences in the chain of memories which pertains to it. The arrangement with which we habitually identify ourselves, - what we call the normal or primary self, - consists, in

Esse argumento de Myers pode ser identificado no seguinte argumento sintético feito por Maraldi (2011, p. 130: “Seria possível [para Myers] agrupar os elementos formadores da personalidade, segundo numerosas combinações, tanto por acidente – sonambulismo espontâneo, múltiplas personalidades, traumas etc. – quanto por *design* intencional – hipnose, sugestão, etc”, e tal arranjo, aos olhos de Myers, poderia fazer com que surgirem personalidades secundárias saudáveis, às vezes até mais saudáveis do que a personalidade “original”:

Até o momento os estados secundários que temos considerado, por mais surpreendentes que tenham sido de acordo com ideias antiquadas sobre a personalidade, podem, de qualquer forma, serem considerados como formas de perturbação ou decadência. Agora, no entanto, nos aproximamos dos grupos de casos para os quais é difícil fazer com que tais definições se apliquem. São casos nos quais os estados secundários *não* são obviamente uma degeneração; - onde pode até de certa forma parecer que houve uma *melhoria* antes de qualquer outra coisa; de forma que é possível se perguntar como aconteceu que um homem, originalmente, era o que era, ou – sendo o que era – de repente tornou-se algo tão diferente. Foi feita uma agitação no caleidoscópio, e ninguém sabe dizer qual novo arranjo das peças deve ter prioridade. (MYERS, 1903a, p. 62).¹⁵

Morton Prince (1906, p.299) também apresentou seu ponto de vista a respeito da dissociação, com uma percepção muito compatível e provavelmente influenciada pelas ideias de Myers, ao afirmar que: “O fenômeno da personalidade desintegrada sugere que

my view, of the elements selected for us in the struggle for existence with special reference to the maintenance of ordinary physical needs, and is not necessarily superior in any other respect to the latent personalities which lie alongside it, - the fresh combinations of our personal elements which may be evoked, by accident or design, in a variety to which we can at present assign no limit. I consider that dreams, with natural somnambulism, automatic writing, with so-called mediumistic trance, as well as certain intoxications, epilepsies, hysterias, and recurrent insanities, afford examples of the development of what I have called secondary mnemonic chains – fresh personalities, more or less complete, alongside the normal state. And I would add that hypnotism is only the name given to a group of empirical methods of inducing these fresh personalities – of shifting the centers of maximum energy, and starting a new mnemonic chain”.

¹⁵ “Up to this point the secondary states which we have considered, however startling to old-fashioned ideas of personality, may, at any rate, be regarded as forms of mental derangement or decay – varieties on a theme already know. Now, however, we approach a group of cases to which it is difficult to make any such definition apply. They are cases where the secondary state is *not* obviously a degeneration; - where it may even appear to be in some ways an *improvement* on the primary; so that one is left wondering how it came about that the man either originally was what he was, or – being what he was – suddenly became something so very different. There has been a shake given to the kaleidoscope, and no one can say why either arrangement of the component pieces should have had the priority”.

nossas personalidades são apenas uma questão de associações cerebrais, e que elas podem ser alteradas para a saúde ou para a doença, por qualquer coisa que faça um rearranjo dessas associações”¹⁶, de maneira que, falando a respeito dessa possibilidade de rearranjo, ele comenta o seguinte:

Teoricamente, a consciência de uma pessoa normal pode ser desintegrada das mais diversas maneiras, de forma que qualquer grupo de memórias, e até mesmo funções e faculdades, podem ser perdidos; e todo tipo de combinações de memórias, funções e faculdades podem ser formados. Em termos práticos, identificamos que aquilo que é teoricamente possível efetivamente acontece [...] novas personalidades ou novos estados hipnóticos podem ser formados a partir de cada um dos demais. (PRINCE, 1906, p. 475)¹⁷

Carl Gustav Jung, famoso psiquiatra suíço e idealizador da Psicologia Analítica, amigo de Theodore Flournoy e inspirado tanto por Pierre Janet como Frederic Myers, expõe sua própria compreensão a respeito do processo múltiplo e dissociativo:

Embora essa peculiaridade [a divisão da consciência / dissociação] seja mais claramente observável na psicopatologia, ela é fundamentalmente um fenômeno normal, que pode ser reconhecido com muita facilidade nas projeções feitas pelas psiques primitivas. A tendência à divisão significa que partes da psique se separam da consciência a tal ponto que elas parecem não apenas externas a ela mas também levam uma vida autônoma própria. Não precisa ser uma questão de personalidade múltipla histórica, ou alterações esquizofrênicas da personalidade, mas meramente os assim chamados “complexos” que se apresentam inteiramente dentro do escopo do que é normal. Complexos são fragmentos psíquicos que se separaram devido a tendências traumáticas ou certas tendências incompatíveis. Assim como o experimento com as associações comprova, os complexos interferem com as intenções da vontade e perturbam a performance da consciência; eles produzem perturbações na memória e bloqueios no fluxo de associações; eles aparecem e desaparecem de acordo com suas próprias leis; eles podem obsediar temporariamente a consciência, ou influenciar a fala e as ações de uma forma inconsciente. De forma geral, complexos se comportam como seres independentes, um fato especialmente evidente nos estados anormais da mente. Nas vozes ouvidas pelos insanos eles até mesmo assumem uma personalidade

¹⁶ “The phenomena of disintegrated personality suggest that our characters are wholly a matter of brain associations, and that they may be altered for good or for ill, by anything that will bring about a rearrangement of these associations”.

¹⁷ “Theoretically, a normal personal consciousness may be disintegrated in all sorts of ways, so that any group of memories, and even functions and faculties, may be lost; and all sorts of combinations of memories, functions, and faculties may be formed. Practically, we find that what is theoretically possible actually takes place, and thus it happened that in the case of Miss Beauchamp, new personalities or new hypnotic states could be formed out of each of the others.”

egóica como a dos espíritos que se manifestam através da escrita automática e outras técnicas similares. Uma intensificação dos complexos leva a estados mórbidos, que são as extensivas múltiplas dissociações dotadas de uma imbatível vida própria. (JUNG, 1975, p. 116)¹⁸

Jung expõe sua própria percepção a respeito da experiência dissociativa, defendendo tratar-se de uma experiência absolutamente normal, porém que pode, dependendo da circunstância, assumir formas patológicas. A teoria dos complexos, conforme desenvolvida por Jung, foi também abarcada pelo senso comum na ideia dos mais diferentes “complexos” (como o complexo de inferioridade) e tantos outros, que são encarados como comportamentos de natureza compulsiva (inconsciente) fora do controle, tornando o ego refém e revelando aspectos da personalidade à revelia do indivíduo. Na base da ideia dos complexos está, portanto, a premissa da dissociação da mente, o que revela como o processo dissociativo está entremeado e é importante na construção da teoria junguiana.

William James também fez uma contribuição importante para o entendimento das diferentes “partes” que compõem o ser humano, bem como a relação disso com o processo dissociativo. Em seu importante livro “Princípios de Psicologia” (*Principles of Psychology*, 1890a), James entende e divide a personalidade humana em partes distintas (p. 293), sendo elas a) O “eu” material, que basicamente está relacionado a aspectos básicos da sobrevivência como o próprio corpo, casa, roupas e também relações com entes familiares próximos, ou seja, todos aqueles que seriam elementos primordiais para a vida prática, mais “concreta”; b) O “eu” social, que diz respeito ao reconhecimento que o

¹⁸ “Although this peculiarity is most clearly observable in psychopathology, fundamentally it is a normal phenomenon, which can be recognized with the greatest ease in the projections made by the primitive psyche. The tendency to split means that parts of the psyche detach themselves from consciousness to such an extent that they not only appear foreign but lead an autonomous life of their own. It need not be a question of hysterical multiple personality, or schizophrenic alterations of personality, but merely of so-called “complexes” that come entirely within the scope of normal. Complexes are psychic fragments which have split off owing to traumatic influences or certain incompatible tendencies. As the association experiments prove, complexes interfere with the intentions of the will and disturb the conscious performance; they produce disturbances of memory and blockages in the flow associations; they appear and disappear according to their own laws; they can temporarily obsess consciousness, or influence speech and action in an unconscious way. In a word, complexes behave like independent beings, a fact especially evident in abnormal states of mind. In the voices heard by the insane they even take on a personal ego-character like that of the spirits who manifest themselves through automatic writing and similar techniques. An intensification of complexes lead to morbid states, which are extensive multiple dissociations endowed with an indomitable life of their own”.

indivíduo recebe de seus pares, pois, por sermos gregários, é importante que possamos ser notados e percebidos (principalmente de forma favorável) por nossos pares e, de forma geral, o homem apresenta tantos “eus sociais” quanto relações estabelecidas com outras pessoas, e ferir qualquer uma dessas imagens é o mesmo que ferir o indivíduo como um todo; e) o “eu” espiritual, que diz respeito aos valores, sentimentos, ideias nobres e até mesmo religiosas, bem como a compaixão e a amizade, enfim, características íntimas de cada indivíduo e que de forma geral dizem respeito ao seu grau de consciência, diz respeito à intimidade, e; o “Ego puro”, que seria um princípio de unidade pessoal, nosso eu “pensante”, indivisível, sendo aquilo no homem que o difere de todos os outros e que também “observa” e percebe todos os outros eus, que estariam “abaixo” dele e se relacionariam com ele. James comenta que para outros autores como Kant, por exemplo, esse “Ego puro” seria sinônimo de alma, porém William James não se preocupa em discutir a ontologia do que seria o “Ego Puro”, deixando isso para os filósofos, limitando sua discussão àquilo que o interessa enquanto psicologia prática e experimental. De acordo com Dentello (2009, p. 17), os egos material, social e espiritual são princípios empíricos e o ego puro seria um princípio mais filosófico do que científico, porém, William James deixa claro seu ponto de vista de que a psicologia pode tratar desse tipo de questão sem precisar se apoiar em explicações metafísicas.

O conceito de Ego Puro em William James inspirou o conceito de *Self* em Carl Jung e ambos autores ao longo de suas obras partem do princípio de que existiria um aspecto da psique que por sua vez é indivisível, central e hierarquicamente abrangente em relação a todos os demais. De uma forma geral, para James (1890a) deveria haver uma certa hierarquia entre os “eus”, com o eu material na base, o eu social num patamar intermediário e o eu espiritual no topo, de forma que o *self* material, por exemplo, deveria ser subordinado a todos os demais, o que, naturalmente, gera conflito, pois o eu material expressa desejos e instintos não-rationais, que poderiam entrar em desarranjo com relação aos valores do eu social, inclusive lembrando o indivíduo de que ele provavelmente não é tão moralmente íntegro como gostaria, de maneira que o indivíduo acabaria por permanecer num estado de tensão mais ou menos constante (o que se quer versus o que se gostaria de querer), como no caso de um cavalheiro cujo eu material deseja uma certa dama que por sua vez é compromissada, fazendo com que o *self* social do indivíduo lembre-o constantemente de que ele possui uma posição respeitável na

sociedade e essa posição deve ser preservada, mais do que seus desejos carnis. O indivíduo então, deveria se esforçar para sustentar essa hierarquia de eus.

James (1890a) discute o fato de cada pessoa sempre mostrar um lado diferente de si em cada grupo com o qual se relaciona, atitude tal que é compreendida pelo autor como sendo a manifestação de eus diferentes em cada um desses contextos, de maneira tal que ninguém nunca costuma ser o mesmo perante os próprios filhos e colegas de trabalho, por exemplo, ou ainda perante amigos íntimo e clientes ou mesmo funcionários, chegando com sua argumentação a um ponto particularmente relevante para a discussão. Ocorre, de acordo com o autor (p.293-295), que essas diferentes facetas que aparecem em diferentes contextos fazem com que surja uma divisão do homem em diversos “eus”, e entre essas divisões podem surgir aquelas que são discordantes entre si, ao ponto de um determinado eu não se sentir bem com a forma como um outro se comporta. Porém, podem existir divisões plenamente harmoniosas, nas quais um indivíduo pode ser ao mesmo tempo, por exemplo, ser plenamente afetuoso com seus filhos num momento e no instante seguinte ser absolutamente severo com prisioneiros que estão sob seu comando, sendo que esses eus convivem de forma completamente harmoniosa entre si, ou seja, aqui nesse exemplo, o que algum determinado eu realiza não entra em desacordo ou conflito com algo realizado por um outro.

Cada um dos diferentes eus, de acordo com a proposta de James (1890a), age de acordo com normas e valores próprios, a tal ponto que um homem comum poderia abandonar uma cidade infestada com uma doença como a cólera sem nenhum peso na consciência, enquanto que um padre ou médico jamais se sentiriam bem pois tal ato afetaria imediatamente a integridade desses eus, da mesma forma que um soldado lutaria até a morte de muito bom grado numa situação da qual qualquer outra pessoa fugiria sem pensar duas vezes, e sentindo-se bem em fazê-lo. Também é comum que os indivíduos tenham plena consciência do diferente posicionamento de seus diferentes eus, como correria por exemplo numa situação tal em que alguém poderia dizer: “Como pessoa eu tenho pena de você, mas como um oficial não devo mostrar misericórdia”, ou, ainda: “Como político eu respeito uma determinada pessoa como um grande aliado, mas do ponto de vista moral eu simplesmente o desprezo” etc. Ocorre que a moral vigente na sociedade de uma certa forma aceita e permite determinadas posturas e acusa com veemência diversas outras, e o papel do eu no contexto social é servir da melhor forma

possível a essas determinações externas, o que significa na prática, a título de exemplo, que em tese ninguém deveria mentir, pois é moralmente reprovável uma pessoa acusada de ser mentirosa, mas se alguém lhe perguntar algo que diz respeito a sua vida pessoal e íntima, como por exemplo o relacionamento com outra pessoa, mentiras podem ser contadas à vontade. Todos esses exemplos são dados por James para esclarecer seu ponto de vista a respeito dos diferentes “eus” que constituem todos os seres humanos. De acordo com ele, (1890a, p. 309-310) a natureza restringe nossa possibilidade de escolhas na vida e, com isso, não é possível, por exemplo, ser um rico empresário milionário e ao mesmo tempo um santo eremita pois a atitude de um em tese é oposta à do outro, não é possível ser as duas coisas, seria simplesmente impossível, assim como não é possível ser ao mesmo tempo rico, homem de negócios, atleta, *bom-vivant*, filósofo, guerreiro, explorador viajante. Não é possível ser tudo ao mesmo tempo e muitas coisas que somos se opõem diretamente a outras, mas todas elas são possíveis ao homem. Ocorre, então, que para tornar uma delas real e factível, o restante deve ser mais ou menos suprimido, de forma que todos os “eus” que não vieram ao mundo concreto se tornam irreais, sendo sacrificados em nome de alguma opção (ou imposição).

Além dos aspectos que envolvem a divisão da mente do indivíduo em diferentes partes, James (1890a) fala também do senso de identidade, discutindo que a continuidade de nossos pensamentos e a conexão entre eles (mesmo que eles não estejam de acordo), são importantes nesse fluxo, de forma que alguém possa reconhecer em determinado momento que é hoje a mesma pessoa que foi ontem, de maneira tal que possa olhar para trás e lembrar de seus mais diferentes pensamentos (ou eus) e, com isso, a personalidade como um todo implicaria dois elementos: tanto a existência da pessoa objetivamente falando como também os pensamentos reconhecidos como tendo uma continuidade no tempo. Com isso ele conclui, em outro lugar (1892, p.216), que “...os pensamentos são eles mesmos os pensadores”, ou seja, são os diferentes “eus” pensando através do ego puro, que por sua vez capta esse fluxo de pensamentos e com ele constrói a memória, que, também por sua vez, permite a constituição da identidade.

Finalmente, James termina sua argumentação sobre as diferentes facetas da personalidade em indivíduos normais e apresenta então as possibilidade daquilo que ele chama de “mutações do *self*” (1890a, p. 373-400), que seriam os estados anormais da mente, sejam essas manifestações as mais simples como aquelas ligadas às falsas

memória (como quando um indivíduo conta para alguém sobre uma experiência que ocorreu há muito tempo e esse relato pode tanto omitir detalhes que simplesmente não são lembrados como podem ser acrescentados outros que não são fatuais porém fazem parte da “lembrança”), até alterações mais intensas e até mesmo patológicas, que são divididas em três tipos (e que às vezes podem se misturar) e são: a) ilusões insanas; b) eus alternados, e; c) mediunidade ou possessão. Do tipo da insanidade, James fala de desilusões projetadas no passado, que podem ser melancólicas ou coléricas. O fenômeno da personalidade alternante no seu caso mais simples é baseado em lapsos de memória, e nos casos patológicos conhecidos como múltipla personalidade o lapso de memória é abrupto, muitas vezes precedido por um momento de inconsciência. Nos contextos hipnóticos também podem ser produzidas alterações de personalidade, seja sugerindo à pessoa o esquecimento de fatos, seja regredindo a uma idade infantil, ou mesmo convencendo essa pessoa de que ela é simplesmente uma outra, imaginária, de forma que durante o transe ela vive um lapso de memória sobre quem é e mergulha totalmente num novo personagem com uma vivacidade proporcional à imaginação que ela possui. Porém, nos casos patológicos a transformação é espontânea e aqui James (p. 375-379) cita o famoso caso de Félida X, tratada pelo médico Dr. Étienne Eugène Azam (1822-1899) de Bordeaux, sobre uma mulher que durante anos viveu duas personalidades que se alternavam espontaneamente e eram muito diferentes uma da outra. Em estado de transe, pessoas que sofrem com personalidades alternadas podem ter suas sensibilidades e memórias “reconectadas”, pois estavam “dissociadas” e, assim, podem voltar a ser pessoas normais. Nos casos de mediunidade e possessão, a mudança para o segundo estado é relativamente abrupta e a duração do estado é relativamente curta (de minutos a horas) e esses casos são caracterizados, de acordo com James, pelo contexto religioso no qual estão inseridos.

Se a discussão atual pôde apresentar o ponto de vista de diversos autores sobre a natureza múltipla da mente, cabe agora perguntarmos como essa multiplicidade se organiza de forma a permitir que um indivíduo possa remeter-se a si mesmo como “eu”. Afinal, somos vários ou somos um só? Se houver uma identidade, qual é ela? Ciampa (2006) propõe como desafio explicar quem somos a partir de uma simples questão: “Quem é você?”, que se desdobra num pensar sobre a identidade e seus limites, e se mostra como a descrição de uma personagem (como em uma novela de TV), cuja vida,

cuja biografia aparece numa narrativa (uma história com enredo, personagens, cenários, etc.), ou seja, como personagem que surge num discurso (nossa resposta, nossa história). De acordo com o autor (p. 60): “...qualquer discurso, qualquer história costuma ter um autor, que constrói a personagem. Cabe perguntar então: você é a personagem do seu discurso, ou o autor que cria essa personagem, ao fazer o discurso? [...]Se nas histórias da vida real não existe o autor da história, será que não são todas as personagens que montam a história?”. Para o autor, todos nós somos autores e personagens ao mesmo tempo, e a multiplicidade é um aspecto natural dessa transição entre os diferentes papéis representados socialmente:

Podemos imaginar as mais diversas combinações para configurar uma identidade como uma totalidade. Uma totalidade contraditória, múltipla e mutável, no entanto uma. Por mais contraditório, por mais mutável que seja, sei que sou eu que sou assim, ou seja, sou uma unidade de contrários, sou uno na multiplicidade e na mudança. (CIAMPA, 2006, p.61)

O autor o desafio de sermos unos e múltiplos ao mesmo tempo. Temos uma identidade que é contínua ao longo do tempo, mas que é permeada por diferentes possibilidades, que por sua vez são construídas socialmente, além de discutir também a formação da identidade através dos substantivos que designam os grupos aos quais os indivíduos pertencem (por exemplo: funcionário, estudante) e também os verbos que designam as ações que constituem o indivíduo (trabalhar, estudar), considerando que efetivamente é apenas o verbo que realmente reflete a realidade através da prática e do agir, enquanto que o substantivo não possui “substância” alguma (já que alguém pode ser chamado de “estudante” sem que aja como tal, ou que alguém possa ser chamado de funcionário sem que efetivamente trabalhe!). Ocorre que a identidade é entendida num senso comum como algo *dado* (alguém é alguma coisa) quando na verdade ela ocorre num *se dando* que se atualiza à medida em que o indivíduo age, conforme o autor apresenta (p.67): “Cada posição minha me determina, fazendo com que minha existência concreta seja a unidade da multiplicidade, que se realiza pelo desenvolvimento dessas determinações.”. O autor então apresenta sua solução para o aparente paradoxo entre a unidade e a multiplicidade:

Em cada momento de minha existência, embora eu seja uma totalidade, manifesta-se uma parte de mim como desdobramento das múltiplas

determinações a que estou sujeito. Quando estou frente a meu filho, relaciono-me como pai; com meu pai, como filho; e assim por diante. Contudo, meu filho não me vê apenas como pai, nem meu pai apenas me vê como filho; nem eu compareço frente aos outros apenas como portador de um único papel, mas sim como o *representante* de mim, com todas minhas determinações que me tornam um indivíduo concreto. Desta forma, estabelece-se uma intrincada rede de representações que permeia todas as relações, onde cada identidade reflete outra identidade, desaparecendo qualquer possibilidade de se estabelecer um fundamento originário para cada uma delas. (CIAMPA, 2006, p. 67)

As ideias defendidas pelos autores Pierre Janet, Morton Prince, Carl Jung, Frederic Myers e William James mostram uma concordância a respeito tanto da divisão da mente em diferentes níveis, o que se reflete na multiplicidade de diferentes aspectos do indivíduo que são expressos em todos esses diferentes níveis, bem como a possibilidade da dissociação, através da hipnose ou não, como instrumento clínico para “desconectar” e “reconectar” esses elementos inconscientes. Essas são as ideias que refletem a grande escola de pensamento chamada por Ellenberger (1970) de “Psiquiatria Dinâmica” e também as ideias defendidas por Ciampa (2006) de que a multiplicidade existe como uma faceta da individualidade, perfeitamente ajustado à cultura.

4.3. Perspectivas Neodissociativas e Sócio-Cognitivas

Ernest Hilgard, psicólogo estadunidense, propôs no final dos anos 1970 uma teoria que pode ser considerada como uma atualização da teoria de Janet (ELLENBERGER, 1970), batizada de Neodissociativa (HILGARD, 1994, p. 36), na qual apresentou a ideia do “observador oculto” (*hidden observer*) como uma parte da mente que permanece ativa e lúcida a respeito de tudo o que acontece com o hipnotizado, mesmo que conscientemente o indivíduo não perceba isso. Hilgard idealizou sua teoria ao realizar um experimento no qual submeteu um indivíduo ao estado hipnótico e então sugeriu a um aluno hipnotizado que ele não iria escutar mais nada enquanto permanecesse naquela condição (o experimento foi realizado numa sala de aula com vários alunos presentes). Os estudantes começaram a fazer perguntas e também produziram sons, às vezes bem próximo do estudante, para os quais não havia nenhuma reação. Um estudante em particular perguntou se haveria a possibilidade de que alguma parte do indivíduo

hipnotizado poderia estar escutando tudo o que conversavam e os sons que produziam, ao que Hilgard dirigiu-se ao estudante e perguntou se haveria alguma outra parte que, embora não estivesse acessível conscientemente, poderia estar escutando a conversa, inclusive a pergunta que acabara de ser feita e, em caso positivo, um dedo indicador seria levantado. Imediatamente o dedo levantou e o estudante começou a falar, dizendo que estava achando estranho toda a sala estar em silêncio e seu dedo levantar espontaneamente sem nenhum motivo aparente, e queria voltar a ouvir para saber o que seu professor havia feito. Hilgard então encostou sua mão no ombro direito do estudante para retirá-lo do estado hipnótico e o estudante então relatou que após a instrução inicial de que ficaria surdo ele simplesmente permaneceu sentado e que tudo parecia chato pois não havia som algum, até que seu dedo simplesmente levantou e isso chamou demais sua atenção, fazendo com que ele fizesse o pedido para voltar a escutar.

Posteriormente, Hilgard descobriu que alguma outra parte do indivíduo continuava registrando todos os sons pois tudo o que foi conversado durante a sugestão da surdez pôde ser acessado em estado hipnótico, mesmo com o indivíduo no estado de vigília não tendo acesso a essas informações. Após essa experiência surgiu a hipótese de que um indivíduo em estado hipnótico poderia ter acesso a informações cujo processo de registro das mesmas não seria consciente, surgindo com isso a metáfora explicativa do “observador oculto”, que causou polêmica entre diversos estudiosos pois sugeria a existência de algum tipo de segunda personalidade em cada pessoa, como se fosse um homúnculo, que habitaria algum lugar da mente e faria registros, porém o autor se defendeu afirmando que essa descrição servia apenas como uma forma de rotular sua descoberta e que não se tratava de outra pessoa no sentido literal do termo, pois sua real intenção era apenas a de apresentar o conceito que propunha a existência de um nível cognitivo de processamento de informações que não estaria conscientemente sob controle dos indivíduos. Segundo o autor, a dissociação é um processo psicológico como qualquer outro, sendo ela a espinha dorsal de sua proposta teórica, pois é através dela que o indivíduo acessa os conteúdos existentes nos diferentes níveis ou espaços cognitivos. O observador oculto seria aquele aspecto da mente que tem acesso a todos os níveis e a todos os registros, porém sem ele mesmo ser um registro.

Hilgard apresentou três premissas para elaborar sua teoria da neodissociação. A primeira delas é a de que existem sistemas cognitivos subordinados, cada qual com seu

grau de unidade, persistência e autonomia funcional. Esses sistemas interagem, mas ocasionalmente, sob circunstâncias especiais, podem se tornar isolados uns dos outros. Para o autor (p. 38), “O conceito de uma consciência unificada pode ser atraente, mas não se sustenta se colocado à prova”. Muitas mudanças cognitivas ocorrem ao longo de um dia comum, como por exemplo entre o sono e o acordar, bem como lapsos de consciência que ocorrem nos hábitos (dirigindo um carro, tocando instrumento musical, recitar alfabeto, etc) de forma que tais atividades, já aprendidas no passado, podem ser levadas a cabo com um mínimo de controle consciente depois que atividade já foi iniciada. A segunda premissa é a de que existe algum controle hierárquico que administra a interação ou competição entre as estruturas, de forma que se tal gerência não existisse haveria uma inundação de pensamentos e ações tentando acontecer todas ao mesmo tempo. Uma terceira premissa é a de que deve haver alguma estrutura de natureza abrangente que tudo monitora e controla, de forma que, em sua ausência, a hierarquia passa a ser determinada pela força das estruturas concorrentes. Então, aqui ele sugere a existência de um “ego executivo” (estrutura central de controle) que planeja, monitora e administra as funções da pessoa como um todo, para que ela possa atuar no mundo de forma apropriada. Importante levar em consideração a interação existente entre as funções monitoras e as funções executoras, que em geral se encontram harmoniosas, de forma que se uma ação é planejada e ao ser executada não dá o resultado esperado, outro plano pode ser feito e uma nova execução colocada à prova. Segundo o autor, se as funções monitoras e executoras estiverem desequilibradas, como no caso por exemplo do comportamento obsessivo compulsivo, mesmo com um planejamento bem determinado a função executora age à sua revelia (o indivíduo sujou as mãos e só consegue se sentir tranquilo se lavá-las durante 30 minutos usando todos os produtos de limpeza ao seu alcance, mesmo que isso pareça incoerente e exagerado). Em outras situações pode ocorrer o contrário. Uma pessoa pode se sentir impelida a executar algum comportamento anti-social e sua função monitora consegue evitar que tal comportamento seja realizado (um indivíduo descobre o assassino de sua família e, embora sintasse impelido a realizar justiça com suas próprias mãos, entrega o assassino à justiça).

Interessante notar que, para Hilgard, a função da hipnose é a de possibilitar, através de sugestões efetivas feitas pelo hipnotizador, tomar parte do controle que os indivíduos tem de si mesmos, de forma a influenciar as funções executivas e também

alterar os arranjos hierárquicos de suas estruturas cognitivas. Para o autor, é isso que ocorre quando, no contexto hipnótico, funções motoras são alteradas, a percepção e a memória são distorcidas, e alucinações são percebidas como realidade externa (ou seja, Hilgard entende a função da hipnose como Pierre Janet e outros a entendiam, como um mecanismo para “dissociar” e depois “associar”).

Spanos e Burgess (1994, p. 140) criticam a teoria neodissociativa, em especial quanto à existência do “eu escondido”, pois, de um ponto de vista sócio-cognitivo o “eu escondido” seria um simples reflexo das expectativas que os sujeitos reproduzem a respeito da possibilidade de possuírem tal instância psíquica, de forma que então a experiência ocorreria conforme esperado pois os sujeitos já teriam sido instruídos a respeito do que deveriam gerar em termos de interpretações, experiências e comportamentos que apenas confirmariam as expectativas transmitidas pelas instruções. Segundo Crabtree (2007), a perspectiva sócio-cognitiva a respeito dos automatismos é a de eles que são ações involuntárias produzidas como resultado de uma combinação de sugestões e demandas colocadas sobre os indivíduos que as manifestam, de forma que tais indivíduos podem acreditar que as ações deles não são levadas a cabo de maneira voluntária, ou que a experiência simplesmente “acontece”, porém, ocorre que estão executando um papel que é sugerido a eles de maneira a ajustarem sua experiência de modo a satisfazerem as demandas do papel em questão. Para o autor, a perspectiva sócio-cognitiva sobre a multiplicidade é a de que os indivíduos são levados a acreditar que possuem diferentes centros de consciência dentro de si e a comportarem-se de acordo com essa crença, pois efetivamente a consciência é efetivamente única e qualquer outra percepção além dessa seria resultante de condicionamento social. Então, se durante experiências dissociativas os indivíduos reportam automatismos, esses automatismos seriam parte da experiência volitiva e direcionada do indivíduo que se comporta “como se” tivesse um comportamento autônomo (portanto fora do controle e intenção do experimentador), mas para o autor a teoria sócio-cognitiva tem dificuldade em explicar esse tipo de experiência e considera que essa abordagem não é compatível com a teoria dissociativa conforme proposta por pioneiros como Janet e Myers.

Lynn e Green (2011, p. 280) por sua vez entendem ser possível uma compatibilidade entre perspectivas sócio-cognitivas e neodissociativas (algo reconhecido por alguns autores que defendem a proposta sócio-cognitiva, como Spanos), através do

reconhecimento de que ambas podem se enriquecer mutuamente, seja através do reconhecimento de que há comportamentos inteligentes e direcionados de natureza inconsciente no processo hipnótico e também de que há a influência perspicaz de processos inconscientes nos pensamentos e atitudes no dia-a-dia. Para os autores, ocorre que os proponentes das duas perspectivas costumam focar seus esforços mais em descrever as diferenças do que as semelhanças. Segundo Ciampa (2006), o grande problema consiste no fato de que não é possível dissociar o indivíduo da sociedade, o que significa que qualquer estudo que se faça sobre ele e sua identidade obrigatoriamente deve considerar a sociedade na qual aquele indivíduo está inserido, bem como as diferentes configurações sociais atuantes. Sendo assim, é sustentável (portanto) uma proposta na qual a psique seja múltipla porque o mundo no qual ela se manifesta tem múltiplas demandas que exigem múltiplas configurações cognitivas que se organizam e se apresentam à medida em que são solicitadas, de forma ser razoável supor haver centros de controle que não estão disponíveis o tempo todo ao indivíduo, tamanha a dificuldade que seria organizar tantas informações ao mesmo tempo, mesmo que esses centros de controle sejam dotados de vontade e arbítrio.

Alfred Binet, após trabalhar com Charcot e realizar seus próprios experimentos em psicologia, chegou a algumas conclusões que se remetem à futura pesquisa de Hilgard no que diz respeito tanto à figura do observador oculto como também da influência da sugestão no tratamento com a hipnose:

É provável que a personalidade inconsciente que se faz presente em todos os pacientes histéricos perceba muito rapidamente os pensamentos do experimentador; ele ouve o experimentador questionar o hipnotizado pedindo que este pense num número; ao mesmo tempo percebe que o experimentador dá um certo número de picadas na mão insensível. Com um pouco de perspicácia ele acaba por perceber o objetivo da pesquisa; então ele entra no jogo e influencia a consciência normal do indivíduo. (BINET, 1896, p. 210)¹⁹

¹⁹ “It is probable that the unconscious personality which is in all hysterical patients will very quickly understand the experimenter’s thought; it hears him question the subject and ask him to think of a number; at the same time it perceives that the experimenter gives a number determined by pricks to the insensible hand. With a little perspicacy he ought to understand the aim of the research; then he enters into it and endeavours to influence the normal consciousness of the subject”.

A reflexão apresentada por Alfred Binet remete à possibilidade de que a proposta do “observador oculto”, mesmo que não sirva aos olhos de muitos críticos como uma metáfora válida, ainda assim remeta a experiências psicológicas reais.

Woody e Bowers (1994) contribuem para essa discussão ao atestarem que, de acordo com concepções contemporâneas, a mente inconsciente é composta por inúmeros módulos, especializados e devidamente distribuídos, trabalhando todos em paralelo, tipicamente inconscientes e em conjunto possuem enorme capacidade de processamento de informação. Em contraste, a consciência envolve um único fluxo contínuo de informação de capacidade mais limitada (analogamente a um aparelho televisor, no qual vários eventos ocorrem simultaneamente em vários canais diferentes mas o aparelho sintoniza um de cada vez - ou poucos, dependendo do modelo - mas ainda sim um número reduzido frente à totalidade de canais existentes. Esse processo foi explicado como “barreira amnésica” e diz respeito a essas camadas de processamento inconsciente e constantes, que não são lembrados justamente por serem inconscientes, à parte de um processamento consciente. Sendo assim, a experiência consciente de um indivíduo sobre a causa de qualquer comportamento que ele tenha é necessariamente incompleta e frequentemente incorreta. Essa tensão entre uma mente inconsciente de módulos múltiplos e razoavelmente independentes e uma mente consciente que de alguma forma integra esses diversos módulos e os experienciam como se fossem um fluxo constante de uma só coisa é de grande importância. Sendo assim, a mente é naturalmente dividida e múltipla em vários módulos paralelos e um funcionamento mental superior serve para conectar esses módulos, de forma que a função principal da consciência seria a de ajudar a integrar funções que de outra forma estaria desintegradas (dissociadas). Conclui-se, então, que se esse funcionamento da mente consciente for enfraquecido, a natureza múltipla e dissociada da mente se torna mais aparente (lembrando que ela só não está lá porque a mente consciente integra os módulos, causando uma ilusão de que a multiplicidade seria uma unicidade). Interessante notar que o processo hipnótico tem essa função de “libertar” os processos desses módulos inconscientes do controle consciente, então, nessa analogia, a hipnose funcionaria como esse elemento que permite o surgimento de algo que antes já estaria lá porém não era consciente. Também é curioso notar que a perspectiva de Wood e Bowers sobre a hipnose libertar módulos inconscientes do controle consciente é análoga à percepção de Queiroz (2017) de que a música

permitiria aos módulos mentais se mobilizarem mais facilmente através do processo chamado pelo autor de “força solvente integradora”.

4.4. Diagnóstico e Psicodiagnóstico

Quando são tratadas as diferenças entre fenômenos dissociativos patológicos ou não, como tem sido feito através da discussão apresentada ao longo desse trabalho, há um ponto muito claro a respeito do qual não há mais dúvida: O alto grau de complexidade na busca por diagnósticos, especificamente quando se trabalha sob a égide do diagnóstico diferencial (o procedimento através do qual são levantadas hipóteses a partir de elementos como os sintomas apresentados, exames, entrevistas, histórico, etc). Pesquisas mais atuais propõem análises que podem ajudar na busca por respostas mais exatas, como a perspectiva apontada por Zangari (2003): “A análise [...] oferece a possibilidade de compreender que a diferença entre a dissociação patológica e a dissociação não-patológica reside na cultura”, portanto, se na percepção do DSM a patologia é algo que existe como algo em si - como algo concreto e a priori – ideia que, de acordo com Hacking (2000), é fortalecida pela relação histórica entre abuso infantil e múltiplas personalidades (o modelo do trauma), que é considerado para muitos autores nada mais que um desdobramento natural e esperado de experiências negativas, ao mesmo passo que, para muitos outros autores, são outros os modelos que explicariam essas mesmas experiências (como o modelo sócio-cognitivo). De qualquer forma, embora a literatura traga como nomenclatura o termo “diagnóstico”, opto aqui por remeter o leitor à importância do termo “psicodiagnóstico” - que considero ser o mais adequado - pois ao discutirmos dissociação estamos lidando com um fenômeno psíquico, que é, portanto, avaliado a partir de um diagnóstico psíquico (psicodiagnóstico).

Se pesquisas atuais apontam para a importância de que seja levada em consideração a cultura e contexto social na análise de experiências dissociativas, o mesmo pode ser dito sobre a última versão do DSM (DSM-V):

Compreender o contexto cultural no qual a experiência da doença ocorre é essencial para uma avaliação diagnóstica efetiva e também para administração clínica. A cultura se refere a sistemas de conhecimento, conceitos, regras e práticas que são

aprendidas e transmitidas através de gerações. A cultura inclui a linguagem, religião, espiritualidade, estruturas familiares, estágios de ciclos de vida, rituais cerimoniais e também os costumes, bem como sistemas de moral e leis. Culturas são sistemas abertos e dinâmicos que sofrem mudanças contínuas ao longo do tempo; no mundo contemporâneo, a maioria dos indivíduos e grupos estão expostos a múltiplas culturas, que eles usam para moldar suas próprias identidades e darem sentido para suas experiências. Essas características da cultura tornam crucial não supergeneralizar tanto as informações culturais como estereotipar grupos em termos de traços culturais fixos. (DSM-V, 2013, p. 749)²⁰

De acordo com a proposta feita no DSM-V, fica subentendido que há uma consideração por parte do manual de se entender o papel da cultura na validação de um sintoma, mas não fica claro como isso poderia ou deveria ser feito, algo que pode ser fator complicador se for levado em consideração que quem fará a avaliação do que é ou não patologia está também inserido num caldo cultural, indivíduo esse que portanto tem suas próprias compreensões, considerações e mesmo ressalvas a respeito do que é ou não patologia. Esse aspecto pode ser complicador porque ele dá margem a diagnósticos que podem ser iatrogênicos:

Ao invés de verem [DSM e CID] os distúrbios dissociativos como uma espécie de transe local e específico, eles [DSM e CID] sugerem que o transe é um subtipo de doença ocidental, um distúrbio dissociativo. Pior ainda, eles transformam as partes centrais e significativas de outras civilizações em patologias. E isso não é feito de forma inocente. David Spiegel, o presidente do comitê que recomendou a entrada dos verbetes sobre distúrbios dissociativos no DSM-IV, justificou a inserção de transe afirmando que enquanto nós ocidentais conhecemos a múltipla personalidade, a maioria do mundo conhece o transe. E isso é verdade. Porém não é uma razão para tornar o transe um distúrbio semelhante ao que foi considerado daí em diante uma doença mental inusitada e peculiarmente ocidental, os distúrbios dissociativos. (HACKING, 2000, p. 159)

A percepção de que o DSM possa, conforme dito por Ian Hacking, dar um significado de doença para experiências que em seus próprios contextos possam ter os mais diferentes sentidos, inclusive o sentido da cura, serve para mostrar entre outros

²⁰ “Understanding the cultural context of illness experience is essential for effective diagnostic assessment and clinical management. Culture refers to systems of knowledge, concepts, rules, and practices that are learned and transmitted across generations, Culture includes language, religion, and spirituality, family structures, life cycle stages, ceremonial rituals, and customs, as well as moral and legal systems. Cultures are open, dynamic systems that undergo continuous change over time; in the contemporary world, most individuals and groups are exposed to multiple cultures, which they use to fashion their own identities and make sense of experience. These features of culture make it crucial not to overgeneralize cultural information or stereotype groups in terms of fixed cultural traits”.

aspectos aquele que é político, portanto, aquele que procura defender uma determinada visão de mundo, que procura fortalecer sua própria percepção sacrificando as demais (porque o DSM representa a ciência e, portanto, deve saber o que diz), aspecto esse que é criticado por Foucault (2006, p. 346) pois “... não é do diagnóstico diferencial que se trata no diagnóstico psiquiátrico, mas sim, digamos, da decisão ou, então, do diagnóstico absoluto. A psiquiatria funciona, portanto, segundo o modelo do diagnóstico absoluto e não do diagnóstico diferencial”, porque a psiquiatria não possui exames ou imagens que ajudem na decisão do diagnóstico, tratando-se exclusivamente da decisão tomada (trata-se de um transtorno dissociativo, portanto patológico, porque foi decidido que assim o seria). Então, se o DSM propõe que a cultura seja levada em consideração na construção de diagnósticos, mas não considera que diferentes profissionais em diferentes países podem ter convicções diferentes sobre onde termina a normalidade e onde começa a doença, isso configura o processo como sendo decisório, mais do que técnico (que deveria ser o caso, desde o princípio), além disso, como dito anteriormente por Hacking, o transe é encarado pelo DSM como algum tipo de doença, mas segundo Spanos e Burgess (1994), não havia, pelo menos até o início dos anos 1990, nenhum sinal comportamental, fisiológico ou subjetivo que conclusivamente poderia afirmar que exista um único “estado hipnótico”, algo que alguém poderia ter apontado e confirmado, com absoluta certeza, tratar-se por exemplo de um estado de transe. Os autores também discutem a existência de vários estudos que apontam o fato de que muitos comportamentos associados com o estado hipnótico (sinais de analgesia e amnésia, por exemplo) podem ser conseguidos por sujeitos devidamente motivados para os quais nenhum procedimento de indução hipnótica houvesse sido executado e que não aparentavam estar num “estado de transe”. Essa argumentação acrescenta à presente discussão a possibilidade de que, embora o DSM entenda o transe como sendo potencialmente problemático (doença), a abordagem sócio-histórica lembra que muitas das experiências e fenômenos costumeiramente presenciados enquanto indivíduos estão nesses estados também podem ser perfeitamente eliciados em indivíduos fora dele, desde que estejam devidamente motivados para tal, o que sugere que o transe, ao ser associado à doença - de acordo com Hacking - por um processo decisório absolutista - conforme Foucault - desconsidera experiências análogas a esse “transe” mas que não dependeriam desse “estado” para acontecerem e, portanto, poderiam ser perfeitamente normais e até mesmo comuns - conforme Spanos e Burgess.

Sendo assim, o transe por si só não parece ser um elemento suficiente para determinar patologia e, portanto, sua inclusão em qualquer processo que envolva diagnóstico diferencial precisa ser muito cuidadosa.

Especificamente a respeito do Transtorno Dissociativo de Identidade, encontra-se, no DSM-V (p. 295), que nas mais diferentes culturas as identidades fragmentadas podem assumir diferentes formas (animais, demônios, espíritos, deidades etc), sustentando aqui, portanto, a ideia de que o transtorno se manifesta culturalmente através de facetas diferentes, porém, e isso é importante, ele permanece sendo um transtorno, uma desordem, mesmo em face de uma proposta de se levar em consideração o aspecto cultural na feitura do diagnóstico, proposta essa que contemplaria todas as idiossincrasias do contexto e da cultura, porém essa ideia parece efetivamente mais concreta em outras perspectivas, como aquela apresentada em Zangari (2003, p.16): “ O ritual de possessão por espíritos existe, concretamente, em um grupo, em uma dada comunidade. Este grupo define o papel do médium de incorporação, define os critérios de aceitação deste tipo de médium, apoia a atividade mediúnica e impõe a ele os limites de sua atividade.” É possível perceber a diferença na perspectiva que leva em consideração a realidade concreta de experiências de possessão entendendo-as como experiências humanas sem necessariamente associá-las a transtornos ou outras patologias. Se já sabemos que um consenso a respeito do que são efetivamente as experiências dissociativas não existe, as perspectivas anteriormente apresentadas podem servir para representar bem essa realidade.

Se existe a normalidade e também a patologia, discernir uma coisa da outra quando não há métodos efetivamente infalíveis para isso pode representar um grande desafio. Segundo Hacking (2000, p.52), há uma estimativa de que os médicos em geral atendam apenas um ou dois casos de transtorno dissociativo genuinamente patológicos em toda sua vida profissional, o que também foi verdadeiro mesmo nos 1970 nos Estados Unidos quando houve uma epidemia de diagnóstico de múltiplas personalidades, por conta de alegados abusos ocorridos na infância, o que para o autor poderia perfeitamente em verdade ser “história de gente infeliz que cultivava sintomas para sentir-se importante”, além do fato de que esse comportamento dos pacientes foi alimentado pela classe médica, o que novamente remete à iatrogenia, mesmo quando ela ocorre com a melhor das intenções. Surge aqui um exemplo plausível daquilo que Foucault entende como sendo o

poder que os médicos exercem sobre seus pacientes e estes, de forma complementar, exercem sobre seus médicos. Então, temos um sistema de retroalimentação no qual todas as partes envolvidas ganham efetivamente alguma coisa, o que remete à crítica de Pierre Janet em relação a seu mestre Charcot por conta do tratamento que este último oferecia às histéricas, todas devidamente “treinadas” sobre o que deveriam fazer e como se comportar.

Spanos e Burgess (1994, p. 138) afirmam, partindo de uma perspectiva sócio-cognitiva, que há muitos dados que dão suporte à hipótese de que os comportamentos hipnóticos seriam efetivamente como que “decretos” orientados a um determinado fim, de forma que os indivíduos mais sensíveis e perspicazes se manteriam conectados aos mais sutis sinais interpessoais, como numa sintonia fina, para responderem às demandas de experiências hipnóticas nas quais estivessem envolvidos, de forma a serem considerados “bons sujeitos hipnóticos”, até porque as sugestões hipnóticas seriam um tipo de comunicação, e como tal elas convidariam os sujeitos a se submeterem a situações de tipos “como se”, ou seja, em circunstâncias nas quais ocorresse um convite para uma levitação do braço, por exemplo, bem como alucinações ou mesmo amnésia, tais sugestões são processadas pelos sujeitos como pedidos para que habilidades cognitivas como a imaginação sejam usadas de forma que o indivíduo se comporte “como se” o braço estivesse levitando por vontade própria, “como se” alguém estivesse vendo algo que efetivamente não estaria ali, ou ainda se comporte “como se” não se lembrasse de alguma coisa, o que também remete aos comportamentos no qual o indivíduo se comportaria “como se” tivesse múltiplas personalidades. Não se trata de fingimento, no entanto, pois todas essas experiências são reais e legítimas, e sim, do fato de que mecanismos cognitivos precisam agir para compor a experiência e a experiência, de forma que a experiência seja percebida pelo indivíduo “como se” fosse espontânea. Lynn e Green (2011, p.284) comentam que pessoas que experimentam estados hipnóticos tendem a ser mais responsivas do que as pessoas que simplesmente recebem sugestões imaginativas sem nenhum tipo de indução hipnótica, e a explicação disso não é a de que os sujeitos hipnotizados teriam mais reações “involuntárias” ou “automáticas”, mas sim que a indução hipnótica e as ideias existentes a respeito do que é a hipnose e de como ela funciona (o que inclui maior responsividade a sugestões) podem motivar e preparar respostas e comportamentos padronizados que facilitariam a experiência concreta da

eficácia das sugestões como ocorrências involuntárias, ou seja, aquilo que o indivíduo espera que seja a hipnose facilita que esse indivíduo possa estar num estado de maior sugestionabilidade do que a hipnose em si. Essas perspectivas indicam que o transe em si (independente da definição ou compreensão que possa ser dada para a palavra transe) possa não ser necessário para que experiências hipnóticas/dissociativas ocorram, o que também remete à discussão feita por Ian Hacking de que o DSM considera o transe como um problema ou sinal (sintoma) de patologia. Essa perspectiva, por sua vez, remete à perspectiva da escola de hipnose de Salpêtrière de que a hipnose ocorreria mais facilmente e naturalmente em histéricas(os), sendo portanto uma experiência típica de doentes.

A importância da problemática social é também sustentada por Ellenberger (1970, p.127) quando o autor reflete sobre o fato de que a múltipla personalidade possivelmente já existia antigamente no papel dos fenômenos de possessão, mas passava despercebida enquanto tal, porém, quando a possessão deu lugar ao mesmerismo foi aí que a múltipla personalidade passou a ser efetivamente notada, o que reafirma a ideia do diagnóstico absoluto como procedimento padrão, ao invés do diagnóstico diferencial. A dificuldade maior se apresenta na forma como diagnósticos são feitos (e, portanto, como a dissociação pode ser identificada clinicamente), através de leituras que patologizam porque essa forma de diagnosticar é eficaz para justificar o papel de quem diagnostica:

Na medicina orgânica o médico formula obscuramente essa demanda: mostre seus sintomas e eu direi que doente você é. Na prova psiquiátrica, a demanda do psiquiatra é muito mais pesada, é muito mais sobrecarregada, é a seguinte: com o que você é, com a sua vida, com o que se queixa a seu respeito [...], com o que você faz e o que você diz, forneça-me sintomas, não para que eu saiba que doente você é, mas para que eu possa ser um médico diante de você.” (FOUCAULT, 2006, pág 349)

O indivíduo então é transformado em paciente, como num ato mágico, para que essa transformação prove a todos que estiverem observando quão poderoso é aquele que faz a magia. De acordo com Hacking (2000, p.108): “A psiquiatria não descobriu que os repetidos abusos infantis causam a múltipla personalidade. A psiquiatria forjou essa interligação, da mesma forma que um ferreiro transforma metal derretido em aço temperado”. Relevante dizer que essa forma iatrogênica de diagnóstico pode também ser útil para muitos pacientes, pois no momento em que eles fornecem sintomas e são “considerados” como tendo o transtorno dissociativo de identidade (ou que sejam loucos,

na visão de Foucault), passam então a receber um tratamento diferente por todos à volta, o ganho secundário do sintoma, mesmo que esse paciente não se dê conta conscientemente de tal processo. Aqui, no caso, a identidade do paciente se reformula, conforme Ciampa (2006) aponta com o fato daquele indivíduo *estar sendo* um doente, o que altera toda sua rede de relacionamentos, não só com o médico como colocado por Foucault mas também amigos e familiares, de maneira que toda uma trama de novas identidades, de novos “eus”, se fazem presentes.

4.5. Espectro Dissociativo

Para os autores West e Martin (1994), os fenômenos dissociativos não seriam sintomáticos tais como doenças, e seriam representados através de um certo continuum (desde aquilo que é normal até aquilo que é patológico), e lembram da importância de, no extremo psicopatológico, ocorrerem as comorbidades, ou seja, a possibilidade de que os transtornos dissociativos se manifestem de forma conjugada a outras doenças tais como a esquizofrenia, o que infelizmente só dificulta ainda mais a organização do diagnóstico diferencial, pois agora o louco de Foucault pode ter várias personalidades, cada uma delas louca de um modo diferente. Uma outra contribuição muito importante desses pesquisadores foi assumirem a dissociação como um processo que pode ser, devido a condições contextuais bem específicas, facilitado de forma a surgirem pseudo-identidades que tomariam o lugar da identidade principal. Trata-se de fenômeno decorrente de stress causado pelo ambiente, ou exposição a situações de vida muito diferentes das habituais às quais o indivíduo está acostumado, de forma que as funções normalmente integradas da personalidade se desfazem para que uma nova personalidade surja e se adapte à nova condição, de forma que ocorre literalmente a substituição da personalidade antiga pela nova, como se o indivíduo efetivamente se tornasse outra pessoa. Assim, ocorre a adaptação de forma dissociativa, na geração dessa nova *persona*, ou pseudo-identidade, cuja função é permitir ao indivíduo em questão se adaptar às novas demandas da situação na qual se encontra. Um exemplo típico de situações desse tipo são as pessoas cooptadas por cultos religiosos, que aos olhos dos familiares “se tornam pessoas diferentes”, embora também possa ocorrer em vítimas de sequestro prolongado ou mesmo prisioneiros de

guerra. São condições nas quais os indivíduos muitas vezes passam a experimentar sentimentos de afeto pelos sequestradores, identificam-se com os agressores, e muitas vezes até concordam com o *modus operandi* dos mesmos, quando não simplesmente resolvem se juntar a eles, e mais assombroso: fazem isso de maneira absolutamente natural e espontânea. Esse tipo de fenômeno também recebe o nome de “Síndrome de Estocolmo” (*Stockholm Syndrome*), ilustrado pelos autores com o caso de Patricia Hearts, que foi sequestrada em 1974, sendo brutalizada, estuprada, torturada e finalmente participando de atos ilegais como roubo a banco (de acordo com os autores ela foi convencida a isso). Para os autores, o fato de ter sido sequestrada e permanecido 2 meses sendo continuamente torturada geraram nela um estado mental de subserviência em relação às demandas e expectativas dos sequestradores, o que fez com que houvesse uma alternância de Patrícia para Tania (uma personalidade transitória) e, subsequentemente, ocorreu a chegada de Pearl (a nova personalidade), que efetivamente tinha as características de pseudo-identidade que estava em comunhão com aqueles que a capturaram, de forma que Pearl apoiava a causa do bando e estava em pleno acordo com suas motivações, então ela efetivamente havia se tornado um deles, o novo membro.

Embora o caso de Patricia e Pearl possa ser considerado extremo, sendo citado mais para fins didáticos, a análise dos autores recai efetivamente sobre casos nos quais elementos psicossociais mais comuns e sutis estão atuando, como nas situações em que as pessoas podem ser deliberadamente manipuladas, influenciadas e controladas, de forma a expressarem crenças e comportamentos que poderiam ser considerados muito diferentes daqueles habituais esperados para essas mesmas pessoas, como nos casos dos cultos religiosos que, para aumentarem sua influência, usam para isso uma miríade de estratégias como por exemplo isolar seus membros de seus próprios familiares e amigos e os obrigarem a adorar seus líderes e/ou ideias, sempre com o objetivo de aumentar a sugestibilidade e subserviência dos envolvidos através de pressão grupal, criando dependência emocional dos membros em relação ao culto ou mesmo conseguindo essa subserviência através de ameaças em relação a possíveis desertores (o que também causa medo por parte dos indivíduos pois muitas vezes as ameaças recaem sobre os próprios familiares). Curioso que os novos membros desses cultos, de forma geral, acabam participando de forma voluntária pelo menos num primeiro momento das atividades do grupo, ou como comentam os autores, “ninguém apontou um revólver na cabeça do

indivíduo e o obrigou a nada”, de forma que após isso a doutrinação passa a ser intensa e contínua, legítima lavagem-cerebral. Com o tempo os membros aceitam a doutrina e passam a se identificar com ela, deixando para trás sua “outra vida” e assumindo a nova persona, que costuma ser muito diferente da anterior. Alguns exemplos notáveis de grupos com esse perfil podem ser citados, como a a Igreja da Cientologia (de L. Ron Hubbard) e o Templo do Povo (de Jim Jones). A título de curiosidade, os membros dessas e outras formas de culto muitas vezes precisam passar por um processo chamado “desprogramação” para reassumirem seu *self* anterior, processo esse que é difícil e muitas vezes envolve recaídas (e que também assume que, na adoção da nova personalidade, a anterior permaneceu submersa porém ainda existente, no inconsciente, de maneira que a desprogramação nada mais seria do que o resgate dessa personalidade, das profundezas da mente, trazendo-a para a luz da consciência mais uma vez).

Finalmente, West e Martin (1994) comentam que o fenômeno da pseudo-identidade tem muitas relações com o fenômeno da sugestão hipnótica, que pode criar distorções temporárias em valores, pontos de vista e percepções da realidade, que seriam suficientes para induzir pessoas a terem comportamentos que seriam considerados inaceitáveis para aquelas mesmas pessoas em outros contextos. Alguns hipnoterapeutas como Harold Rosen e Milton Erickson eram especialistas em hipnotizarem pessoas sem que isso envolvesse qualquer tipo de indução ao transe ou mesmo induções consideradas mais tradicionais como aquelas em que acontece o fechar de olhos. Além disso, a literatura apresenta muitos exemplos de situações semelhantes nas quais os indivíduos podem apresentar sinais hipnóticos sem que para isso tenham sido submetidos a algum procedimento forma, seja pelo uso de substâncias, ou manipulações do ambiente, isolamento sensorial ou ainda emoções poderosas eliciadas por dinâmicas grupais (principalmente em grupos grandes), cerimônias religiosas ou outras circunstâncias especiais. Sendo assim, os autores concluem que a pseudo-identidade seria um “alter”, como no caso das clássicas múltiplas personalidades, porém com importantes diferenças, entre elas o fato de: a) não ser patogênica, pois não se originou na infância e sim como uma instigação do ambiente, podendo surgir inclusive em pessoas que jamais apresentaram transtorno psiquiátrico de qualquer natureza em suas vidas e seriam, portanto, absolutamente “normais” de um ponto de vista clínico; b) não ser patológica, pois pacientes com transtorno dissociativo de identidade comumente possuem mais do

que um alter mas no caso da pseudo-identidade, a mudança da identidade envolve a geração de apenas um alter, sem o indivíduo perceber que há alterações entre uma personalidade e a outra, e também não perceber que exista alguma separação entre as duas, além de lembrarem que nos casos patológicos os alters refletem aspectos inconscientes do indivíduo, mas na pseudo-identidade o alter reflete aspectos do ambiente e do grupo com o qual ocorreu o envolvimento e, por fim, nos casos patológicos a identidade original costuma ficar inconsciente da existência dos alters, ocorrendo muitas vezes a amnésia, mas no caso da pseudo-identidade a persona original ainda existe mas foi totalmente subjugada pela personalidade nova; c) Prognóstico: Enquanto que transtornos dissociativos são complexos em relação ao tratamento, a pseudo-identidade de forma geral se mostra mais simples, muitas vezes bastando que o indivíduo retorne à sua vida familiar anterior à participação no culto ou pelo menos que vá para um ambiente neutro, para que o indivíduo possa reassumir sua personalidade original e reestruturar sua vida em face da experiência com o alter; d) Tratamento: De forma geral o tratamento de transtornos dissociativos de identidade tem como objetivo a reconciliação e reintegração das personalidades e o tratamento da pseudo-identidade é a restauração da identidade original, porém muitas vezes isso também significa lidar com sintomas de estresse pós-traumático. Os autores também enfatizam um ponto particularmente interessante a respeito da pseudo-identidade, que é o fato dela surgir em indivíduos absolutamente normais do ponto de vista clínico e também em famílias que não poderiam ser consideradas disfuncionais, ou seja, indivíduos pertencentes a famílias consideradas absolutamente saudáveis, em contextos acolhedores e amorosos também podem desenvolver pseudo-identidades.

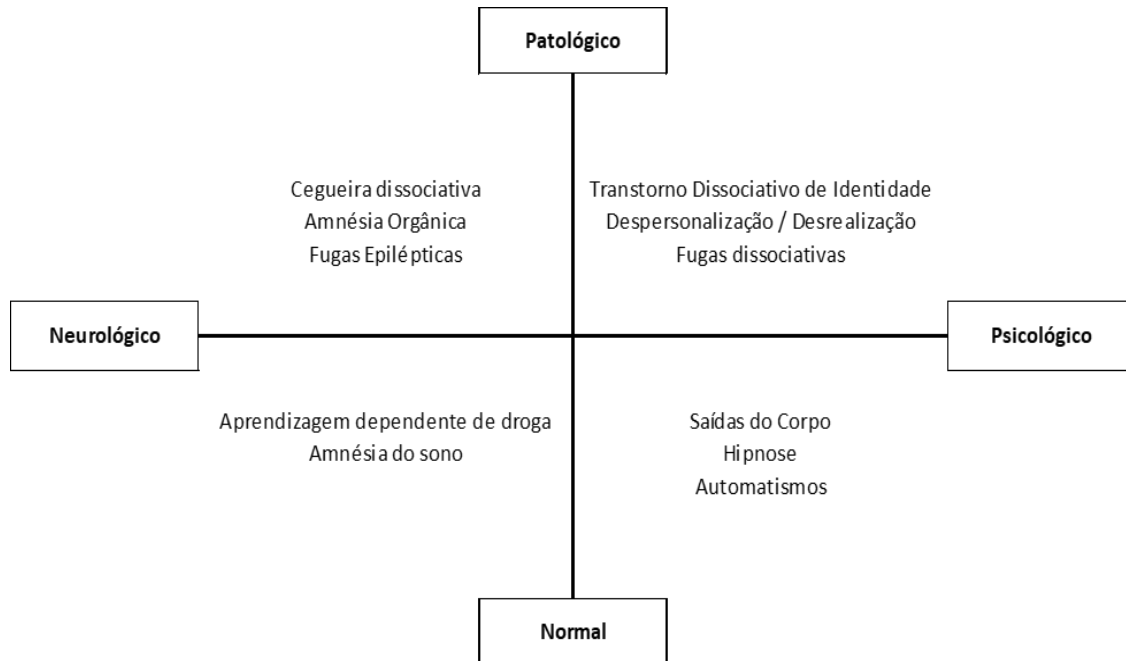
De acordo com Carlson e Armstrong (1994), o significado e a utilidade dos conceitos de dissociação e multiplicidade psicológica, bem como o papel da sugestão, o efeito da iatrogenia no diagnóstico ou na falha do diagnóstico de transtornos dissociativos, bem como a validade dos relatos dos pacientes sobre abusos na infância ou mesmo amnésia completa a respeito de possíveis casos de abuso, são todos elementos que podem trazer complicações efetivas na realização de um diagnóstico diferencial. Deve-se levar em consideração que, no caso de pacientes com suspeita de transtorno dissociativo de identidade, alguns princípios gerais para um bom atendimento clínico são sugeridos. Pode-se começar pelo elemento universal que é primordial para qualquer bom

atendimento psicoterapêutico, que é o bom *rapport*, seguido pela sustentação de um distanciamento neutro ao longo do trabalho (de forma que o profissional não se envolva com o sofrimento de seu cliente ou se torne excessivamente distante, o que pode ser sentido pelo cliente como desinteresse), além de o profissional respeitar processos padronizados (como naqueles em que ocorrem a aplicação de testes, escalas, etc), e finalmente, a anotação de tudo aquilo que chamar a atenção. No caso específico de transtorno dissociativo de identidade, instrumentos como a escala de dissociação (DES), podem ser relevantes como ferramenta auxiliar mas não como instrumento diagnóstico, pois nem mesmo a utilização de escalas já conhecidas e conceituadas (como a já citada DES) é suficiente para que estabeleçam diagnósticos absolutos por si só. Krippner (1994), por sua vez, entende que a dissociação pode ocorrer numa grande variedade de níveis, dos quais apenas alguns são disfuncionais, lembrando que tal *continuum* dos fenômenos varia desde fenômenos absolutamente normais como a hipnose de estrada e o fenômeno do “observador oculto” (conforme proposto pelas teorias neodissociativas), até os fenômenos psicopatológicos como o transtorno dissociativo de identidade. O autor defende que, se as experiências dissociativas ocorrem ao longo dos mais diferentes níveis, então os tratamentos psicoterapêuticos que ocorrem ao redor do mundo deveriam levar isso em consideração, para que então as intervenções não sejam aplicadas de maneira uniforme em contextos culturais diferentes (postura essa que respeita uma visão psicossocial). Isso significa na prática que determinadas abordagens poderiam ter melhor resultado em determinados contextos do que em outros (o que está perfeitamente de acordo com o princípio da sugestão hipnótica, já que o melhor e mais bem-sucedido terapeuta numa determinada cultura pode ter péssimos resultados numa outra).

A ideia da continuidade (*continuum*) entre os fenômenos dissociativos encontra eco em Cardeña (1994, p. 27-28), quando o autor expõe que essa é uma das maneiras através da qual a dissociação pode ser estudada (entre tantas outras como temos visto), que vai desde experiências dissociativas normais (como a hipnose e automatismos), passando por episódios dissociativos mais pronunciados (como as fugas dissociativas), até as manifestações severamente patológicas (como o transtorno dissociativo de identidade). Para permitir uma melhor visualização, o autor propõe um modelo gráfico que apresenta diversos fenômenos dissociativos, dividindo-os em fenômenos normais ou

patológicos e também em fenômenos psicológicos ou neurológicos, conforme reproduzido a seguir:

Figura 1 – Modelo gráfico para o *continuum* dissociativo



Fonte: Cardeña (1994, p. 28, tradução nossa)

Além da continuidade entre experiências dissociativas das mais normais às mais patológicas, interessante notar a partir do gráfico acima que o transtorno dissociativo de Identidade é considerado por Cardeña como o ápice psicopatológico das manifestações dissociativas psicológicas, o que sugere aqui uma percepção do autor de que tal problema não ocorre devido a problemas de ordem biológica/genética/neurológica.

Hilgard também expressa sua própria percepção a respeito do aspecto de continuidade entre experiências dissociativas:

A dissociação existe num continuum, com diversos indivíduos manifestando eventos curtos, normalmente relacionados a situações específicas, como o “sonhar acordado”. [...] Alguns indivíduos podem experimentar episódios dissociativos mais frequentes ou duradouros que podem interferir no seu funcionamento padrão e significativamente alterar com isso seu senso de identidade. Em casos extremos, indivíduos podem desenvolver desordens dissociativas, tais como o transtorno de múltiplas personalidades, que por sua vez produzem profundas perturbações na identidade e o acesso a informações e

memórias. Embora muitas definições sobre dissociação se foquem no fracasso do indivíduo em poder integrar informações de uma forma usual, pesquisas sugerem que a dissociação possui diversas dimensões subjacentes. Entre elas se incluem as alterações de memória, distúrbios de identidade, experiências em estados de passividade, e fenômenos de estados de transe. (PUTNAM, 1994, p.175-176)²¹

Também convém notar, ainda de acordo com Putnam (1994, p. 179), que o continuum através do qual ocorrem as experiências dissociativas pode tornar difícil o diagnóstico em crianças e adolescentes pelo fato de que muitas das experiências que são normalmente comuns nesses indivíduos, como o sonhar acordado e o fantasiar, poderiam ser considerados patológicos em adultos, enquanto que seriam considerados como sinais de expressão de criatividade em crianças, o que torna o diagnóstico ainda mais complexo. Um exemplo prático é o dos amigos imaginários, um evento considerado absolutamente normal em crianças mas considerado anormal em adultos.

Maraldi (2014, p. 140) lança uma pergunta muito pertinente a respeito de variações e outras alterações cotidianas de emoções poderem constituir modalidades de dissociação, analisando o fato de que a alternância entre os diferentes papéis sociais ao longo de um mesmo dia (como o papel de músico e o papel de pesquisador, por exemplo) não constituem dissociação, pois estes papéis estão todos conectados à identidade do indivíduo que, por sua vez, está integrado à consciência, que não se altera para que esses diferentes papéis possam se alternar, ou seja, tais papéis não dividem a identidade do indivíduo, de forma que ele permanece sendo o mesmo indivíduo em todas essas situações e, portanto, não há fragmentações ou dissociações ou, ainda como coloca o autor, não há resposta ‘dissociada’ do Eu. De qualquer forma, ainda de acordo com Maraldi (2014), embora alterações emocionais não constituam estados dissociativos, elas podem ocasionar tais estados, o que pode explicar o fato de experiências dissociativas serem relativamente comuns em pacientes com transtornos afetivos e do humor, já que a tensão

²¹ “Dissociation exists on a continuum, with most individuals manifesting short, often situation-dependent, episodes of normative dissociation such as daydreaming[...]. Some individuals may experience prolonged or frequente episodes of dissociation that interfere with their functioning and significantly alter their sense of self. In extreme cases, individuals may develop a dissociative disorder, such as multiple perosnality disorder (MPD), that produces profound disturbances in self and availability of information and memories. Although most definitions of dissociation focus on the failure of the individual to integrate information in a normal way, research suggests that dissociation has several underlying deimensions. These include alterations in memory, disturbances of identity, passive influence experiences, and trance/absorption phenomena”.

emocional pode desencadear dissociações. O autor finalmente esclarece em relação a este ponto em particular que (p.142): “A questão, portanto, é sempre a de saber quando as oscilações emocionais e as alternâncias de papel serão suficientemente estranhas, impositivas e incompatíveis com o Eu para gerarem uma efetiva ruptura na identidade”

Finalmente, Krippner (1994) lembra que o próprio termo “dissociação” significa nada mais do que uma tentativa de membros de um determinado grupo de explicarem ou descreverem fenômenos que tem sido construído de formas diferentes em culturas diferentes, portanto, se há diferentes maneiras de se compreender o que significa “dissociação”, é natural que também possam haver diferentes maneiras de se trabalhar com ela em termos psicoterapêuticos. Então, a forma que uma terapia voltada para o tratamento de transtornos dissociativos de identidade assume depende diretamente do ponto de vista que o psicoterapeuta possui em relação ao fenômeno (que por sua vez é diretamente influenciado pela cultura na qual psicoterapeuta e cliente estão inseridos). O autor dá como exemplo o caso de profissionais cujo objetivo é o de “fundir” os alters num só, ou aqueles que buscam alcançar algum tipo de “harmonia” entre os alters, de forma que as personalidades deixariam de ser entidades separadas para se tornarem “estados de ego” do indivíduo (estados esses que passariam a cooperar entre si), ao passo que há uma certa recusa à visão do exorcismo pois ela considera que uma parte do indivíduo será “tirada” dele. Em termos clínicos, portanto, a maioria dos profissionais dá preferência para psicoterapias que integram ou unem os diferentes alters ao invés de eliminarem ou expulsarem tais partes. Outra orientação possível envolve o encorajamento da colaboração entre os alters e a personalidade principal do indivíduo, que para Krippner lembra muito a relação de médiuns em contextos religiosos com os espíritos, ou seja, aqui as personalidades tornam-se auxiliares do indivíduo e servem como recurso, assim como no contexto espiritual as entidades atuariam como guias espirituais oferecendo conselhos, por exemplo.

A questão, nesse ponto, é sobre o que se entende historicamente tratar-se “doença” e “saúde”, proposta essa que ao longo do tempo foi construída por cada civilização de maneira muito particular, conforme Foucault (1975, p.49) expressa: “...um fato tornou-se, há muito tempo, o lugar comum da sociologia e da patologia mental; a doença só tem realidade e valor de doença no interior de uma cultura que a reconhece como tal”, o que não quer dizer que “sofrimento” e “bem-estar” não existam, mas que ambos não podem

ser confundidos com “doença” e “saúde”, respectivamente. A título de exemplo, em Manaus há uma tribo indígena chamada Sateré-Mawé que preserva um ritual de iniciação masculina no qual a criança coloca e mantém suas mãos numa luva forrada com formigas tucandeiras cujas ferroadas são muito dolorosas, ritual esse que ocorre paralelamente a danças e cânticos (BOTELHO; WEIGEL, 2011). O adulto dessa tribo passa pelo ritual cerca de 20 vezes durante a vida adulta e cada rito tem um significado diferente. Para os homens da tribo, o ritual traz cura física, fortalece o organismo e prepara-os psicologicamente para diferentes desafios; em suma, o ritual é vivido como um sofrimento temporário que traz posterior bem-estar, pois foi assim compreendido pela própria tribo ao longo do tempo, o que é análogo ao processo da experiência da doença psíquica conforme nos apresenta novamente Foucault (1975): “A doença tem como conteúdo o conjunto das reações de fuga e de defesa através das quais o doente responde à situação na qual se encontra”, significando, portanto, que não se pode reduzir doença a sofrimento nem mesmo bem-estar a saúde. Há contextos, como já vimos, nos quais esses elementos estão misturados, pois é precisamente no desconforto do jejum, por exemplo, que muitos religiosos encontram paz de espírito e bem-aventurança.

Por volta do início do século XX havia duas propostas em relação à maneira como fenômenos dissociativos surgem e desaparecem:

Uma, como as ideias de Bernheim e Brown, defende a cessação artificial dos fenômenos dissociativos, de forma geral. Outra, como a de Sidwick, sugere que fenômenos dissociativos são modulados (mas não necessariamente criados) pelo terapeuta ou por outros indivíduos. Na primeira forma de entendimento, fenômenos tais como o Transtorno de Múltiplas Personalidades não existe sem intervenção iatrogênica. Na segunda forma de entendimento (p.ex. comportamentos dos alters) entende-se que são afetados pelo contexto no qual eles se apresentam independente de sua etiologia. Ou seja, a forma como os alters ou “espíritos” se comunicam, e o que eles dizem, ou mesmo a frequência com a qual surgem podem ser moduladas pelas demandas características de uma determinada situação, mesmo se as características do fenômeno que são independentes do contexto estiverem presentes. (Alvarado, 1991a, p. 37)²²

²² “One, like the ideas of Bernheim and Brown, argues for the artificial cessation of dissociative phenomena in general. Another, such as Sidwick’s, suggests that dissociative phenomena are shaped (but not necessarily created) by the therapist or by other individuals. In the first view phenomena such as Multiple Personality Disorder do not exist without iatrogenic intervention. In the second view the phenomena (e.g. behavior of alters) are thought to be affected by the context in which they are presented regardless of their etiology. That is, the way alters or “spirits” communicate, what they say, or even the frequency of their appearance may be shaped by the

As duas formas apresentadas podem ser entendidas como derivadas do processo hipnótico e sugestivo, sendo que a primeira delas atribui doença e cura a processos iatrogênicos (a relação entre profissional e paciente) e a segunda, que atribui os mesmos elementos à influência direta do contexto e ambiente, ideias essas que se afinizam com aquilo que Hacking (2000, p.31-32) apresenta sobre o fato de que em geral as pessoas tendem a se comportar como os outros desejam, especialmente em relação a figuras de autoridade, por exemplo os médicos. O autor lembra que médicos já atendiam pacientes diagnosticados com múltiplas personalidades desde 1840, mas o quadro que esses pacientes apresentavam era claramente diferente daqueles dos pacientes do ano 1990, o que aponta para o fato de haverem duas perspectivas médicas diferentes atuantes em cada uma dessas épocas a respeito do tema e, conseqüentemente, haviam comportamentos também diferentes por parte dos pacientes, inclusive porque as descrições dos sintomas também eram diferentes. Sendo assim, fica aberta uma lacuna pois muito daquilo que as profissões cuidadoras na atualidade entendem como sendo processos patológicos (pois há descrições do que sejam as patologias) podem se tratar de processos de uma certa natureza que, dependendo do olhar que recebem, podem se desenvolver como normais e saudáveis ou como patológicos.

De uma certa forma, toda a problemática tratada até aqui sobre a dificuldade tanto em se estabelecer diagnósticos como prognósticos deve-se a um outro problema, anterior e mais fundamental - que já pode ter ficado mais ou menos esclarecido para o leitor - que é o de não existirem compreensões definitivas para os processos de funcionamento da mente, reflexão essa trazida à tona feita por Fernandes (2005, p.41): “Retirar a saúde mental do eixo terapêutico implica ressignificá-la no eixo da saúde social e conduzir a discussão à dimensão da subjetividade enquanto expressão das diferentes modalidades de subjetivação de nossa cultura e das singularidades próprias do movimento de constituição do sujeito psíquico”, o que remete ao fato de que muitas vezes podemos estar lidando com processos psicológicos perfeitamente saudáveis como se fossem patológicos, o que remete à expressão popular de se “jogar fora o bebê junto com a água do banho”. É precisamente aquilo que foi apresentado por Foucault (1975, p.62) ao dizer que “o reconhecimento que permite dizer: este é um louco, não é um ato simples nem imediato.

demand characteristics of a particular situation even if the context-independent nature of the phenomena is granted”.

Repousa, de fato, num certo número de operações prévias e sobretudo neste recorte do espaço social segundo as linhas da valorização e da exclusão”. As linhas de valorização e exclusão a que se referem Foucault têm relação com aquilo que é definido culturalmente como saúde e doença, sobre o que deveríamos ou poderíamos entender como diagnósticos e psicodiagnósticos, ou simplesmente o que deveria ser considerado como doença e como saúde, algo que naturalmente também se estende às manifestações dissociativas, como abordado por Alvarado (2012b), ao argumentar que as manifestações dissociativas, já desde o século XIX, sofreram várias tentativas de patologização, sendo a mediunidade por exemplo um desses processos que mais sofreu dessas tentativas, sendo essa percepção compatível com aquela de Hacking (2000, p.42) ao dizer que estados de transe sempre foram denominadores comuns de indivíduos que nos últimos duzentos anos preencheram os critérios para transtornos dissociativos. Já sabemos que dispositivos médicos atuais como o DSM têm sua própria compreensão a respeito do que são transtornos dissociativos e como os diagnósticos deveriam ser feitos, porém o autor ressalta que essas compreensões a respeito dessas manifestações são especificamente ocidentais e típicas do mundo industrializado, e que, se essas fronteiras pudessem ser ultrapassadas, seria possível perceber que a dissociação nada mais é do que a manifestação local (ocidental, em nosso caso) de algo mais universal, que no ocidente foi batizado de transe mas que em outras culturas recebe outras denominações:

O estado de transe existe em quase todas as sociedades. Precisamos ser cautelosos sobre isso, pois “transe” é uma palavra ocidental, um conceito europeu usado por antropólogos. [...] Talvez o “transe” em si seja apenas um sintoma da forma de os ocidentais verem o mundo. O que “é” o transe, ou se há realmente um comportamento ou um estado universal classificado como transe, é uma questão em aberto. (HACKING, 2000, p. 158).

Se não existe uma definição final sobre o que é o transe, atualmente pode-se, pelo menos, ser dito com certeza que não se trata de algo que em si represente patologia ou saúde. Como discutido anteriormente, esses conceitos são desenvolvidos socialmente, e uma mesma experiência pode ser rotulada de formas diferentes dentro de uma mesma cultura, porém em momentos históricos diferentes. Em Zangari (2003), por exemplo, encontra-se a discussão de que a mediunidade dentro do contexto religioso é disciplinada para atender expectativas e demandas de um determinado grupo, porém, a afirmação a respeito de isso em si representar saúde ou doença é algo que pode mudar dependendo de

quem dá a resposta. Então, o próprio grupo no qual ocorre o fenômeno pode apresentar sua definição, enquanto um outro grupo, externo àquele, pode apresentar uma outra.

De acordo com Foucault (2006, p. 350), a psiquiatria em seus 60 primeiros anos do século XIX valeu-se de um processo subdividido em 3 partes que legitimavam o psiquiatra como médico e o sintoma como demanda, processo esse que Foucault chamou de ritual psiquiátrico: o interrogatório, a droga e a hipnose. O interrogatório (ou confissão, ou anamnese), servia resumidamente para vincular o indivíduo à sua própria identidade e, a partir daí, à realização concreta da loucura. Isso quer dizer que, pela falta do substrato orgânico da doença (o diagnóstico diferencial), a prova concreta - por assim dizer - da existência da doença (diagnóstico absoluto) era procurada no discurso e na memória do indivíduo que contava a história. Em seguida, o aspecto da droga tem a função de intoxicar ou reproduzir os sintomas no paciente, de forma que os médicos usavam doses maciças de diferentes drogas (como ópio, haxixe, clorofórmio e éter) para reproduzirem ou quem sabe identificarem os mais diferentes estados mentais que fossem análogos à loucura (inclusive como maneira de confirmá-la). A hipnose, por sua vez, era a ferramenta ou instrumento que permitia ao médico impor sua vontade ao hipnotizado, o que reforçava - e muito - o poder que os psiquiatras queriam atribuir a si próprios, inclusive, aqui no caso, através tanto da reprodução de sintomas em estado hipnótico como de sua supressão, submetendo o paciente inteiramente à vontade daquele que o atendia. A hipnose então seria ótima para disciplinar, primeiro porque pode ser sedativa (assim como uma droga pode ser), e também por permitir ao médico dispor de seu paciente como bem entender (seja impedindo ou sugerindo comportamentos), entregando a esse médico aquilo que sempre faltou para a psiquiatria mas que sempre foi desejado por ela (e agora finalmente encontrado) - a possibilidade de atuação direta no corpo. Porém, já sabemos que o que recebe crédito como algo “encontrado” pode na verdade ser um algo “construído”:

A clínica neurológica vai dar, pelo menos num certo domínio, a possibilidade de aplicar um diagnóstico diferencial, do mesmo modo que a medicina orgânica, só que a partir de um dispositivo totalmente diferente. Em linhas gerais, o neurologista diz: obedeça às minhas ordens, mas cale-se, e seu corpo responderá por você, dando respostas que só eu, por seu médico, poderei decifrar e analisar em termos de verdade... (FOUCAULT, 2006, p. 396)

Como a verdade é aquela que será construída a partir dos referenciais de quem a encontra sem que a outra parte tenha direito de expressar também sua própria verdade,

surge um mecanismo para o qual se deu o nome de “histeria” que de alguma forma irá procurar reorganizar essas forças. Oras, dentro da discussão presente sobre múltiplas personalidades e dissociação, é possível a construção da ideia de que, como o indivíduo (ou sua personalidade habitual), perdeu o direito à fala e à expressão (pois um poder externo a retirou), essa força que “surge”, inconsciente, possa ser um aspecto da multiplicidade inconsciente do indivíduo que coloca-se à frente para enfrentar esse poder imposto. A histeria, como Foucault aponta, são movimentos de resistência, não do indivíduo contra si mesmo, mas do indivíduo contra aquele que o quer dominar. O autor (2006, p. 401) expande mais um pouco essa reflexão ao acrescentar que houve toda uma epidemia de históricas a partir do momento em que os neurologistas iniciaram uma nova era de tratamentos usando o método da hipnose, e que os(as) histéricos(as) “adquiriram” o direito de não serem loucos mas sim doentes graças justamente à regularidade dos sintomas, quase como se essa nova fase dos tratamentos médicos tivesse oferecido tanto aos médicos como aos próprios pacientes um certo tipo de “upgrade”, pois os primeiros superavam o magnetismo e instalavam a hipnose e os segundos superavam a loucura e instalavam a histeria, porém, rapidamente percebeu-se que uma mudança de métodos e explicações não mudou o fato de que o “problema” continuava se fazendo presente. Vejamos o que um dos maiores representantes do tratamento da histeria pelo método da hipnose tem a dizer em sua defesa:

Você vai se deparar com ela [a simulação] a cada passo que der na história da histeria, e se perceber algumas vezes admirando a surpreendente construção, sagacidade e perseverança que as mulheres, sob a influência dessa grande neurose, vão exercer para o propósito de enganarem – **especialmente** quando a vítima é um médico. [...] Por outro lado, é incostestável que, em vários outros casos, elas sentiram prazer em distorcer, através de exageros, as principais circunstâncias de suas desordens, de forma a fazê-las parecerem extraordinárias e maravilhosas. (CHARCOT, 1877, p. 230, negrito meu)²³

²³ “You’ll meet with it [simulation] at every step in the history of hysteria, and one finds himself sometimes admiring the amazing craft, sagacity, and perseverance which women, under the influence of this great neuroses, will put in play for the purposes of deception – especially when a physician is to be the victim. As to the case in point, however, it does not seem to me demonstrated that the *erratic paruria* of hysteria has ever been wholly simulated and, as it were, created by these patients. On the other hand, it is incontestable that, in a multitude of cases, they have taken pleasure in distorting, by exaggerations, the principal circumstances of their disorder, in order to make them appear extraordinary and wonderful”.

E também:

Vocês estão bem cientes, senhores, de que ao se tratar a histeria, o médico deveria sempre ter em sua mente a possibilidade da simulação, sob a qual os pacientes exageram seus reais sintomas, ou às vezes até mesmo criam uma sintomatologia totalmente imaginária. Todos sabem que o desejo de mentir, de enganar, às vezes até mesmo sem motivo, por um cultivo desinteressado da arte pela arte, algumas vezes com o interesse de se causar alguma sensação, uma piedade emocionada, é uma característica comum o suficiente na histeria. É um elemento encontrado a cada passo na história das neuroses, e que lança uma certa dose de desagrado em seu estudo. (CHARCOT, 1889, p. 94)²⁴

É possível perceber que havia sim um entendimento por parte dos próprios médicos a respeito da manipulação que muitas vezes os pacientes exerciam nas sessões hipnóticas, remetendo àquilo que Foucault (2006) denominou ao longo de sua obra como sendo um “suplemento de poder”, no qual os(as) histéricos(as) sentiam prazer ao oferecer aos médicos tantos sintomas quanto lhes fossem solicitados, aumentando seu sobrepoder em relação aos próprios médicos e, conseqüentemente, a dependência que os médicos tinham em relação aos “doentes”. Para alguns pesquisadores como Bernheim, a deflagração de sintomas nessa guerra não-declarada entre médicos e histéricas era apenas e tão somente resultado do *rapport* (ou do não-*rapport*) entre eles, mais uma vez, o efeito da sugestão.

Há um evento histórico muito pertinente à presente discussão sobre diagnósticos e a influência que os agentes de saúde exercem sobre seus próprios pacientes, mesmo quando eles têm a melhor das intenções. A história, assim como contada por Ellenberger (1970, p. 99), traz o caso clínico de Blanche Wittman, uma famosa paciente de Charcot que apresentava de forma muito didática as três fases da hipnose, conforme o próprio Charcot as concebia. Por algum motivo que foge aos registros, Blanche saiu de Salpêtrière e foi admitida em outra clínica, Hôtel-Dieu, em que esteve sob responsabilidade de Jules Janet, irmão de Pierre Janet e passou a ser tratada pelo método hipnótico. Assim que Blanche chegou à primeira fase da hipnose (a letargia, de acordo com o sistema de

²⁴ “You are well aware, gentlemen, that when we are treating of hysteria, the physician should always have present in his mind the possibility of simulation, under which the patients either exaggerate real symptoms, or sometimes even create and entirely imaginary symptomatology. Everyone knows that the desire to lie, to deceive, sometimes even without motive, by a disinterested cultivation of art for art’s sake, sometimes with the view of making a sensation, of exciting pity, is a characteristic common enough in hysteria. It is an element that is met with each step in the history of this neuroses, and which throws a certain amount of disfavour on the study of it”.

Charcot), Jules Janet modificou o procedimento usual da técnica hipnótica e com isso a paciente demonstrou algo diferente do esperado, pois surgiu ali uma nova personalidade, que foi chamada de Blanche II e que, inclusive, parecia ser muito mais equilibrada do que Blanche I, a personalidade “principal”, conhecida até então. Blanche II alegou que sempre esteve presente e consciente, “por trás” de Blanche I, lúcida de tudo o que se passava durante as muitas demonstrações nas quais Blanche I experimentava inconsciente os três estágios da hipnose nas mãos de Charcot. Posteriormente, Frederic Myers, a respeito desse caso, teria comentado achar curioso como é que durante tantos anos Blanche II esteve “espertamente” auxiliando nos experimentos de Charcot enquanto Blanche I simplesmente se submetia de forma complacente. Aparentemente, quando Jules Janet mudou o procedimento hipnótico com o qual Blanche II estava acostumada, ela foi pega de surpresa e, pode-se dizer, “desmascarada”. É particularmente interessante ser notado que o caso de Blanche remete à ideia de Hilgard sobre o observador oculto, perspectiva que defende a existência de uma parte da mente que permanece totalmente consciente mesmo quando o indivíduo está hipnotizado e registra todos os eventos ocorridos durante o estado hipnótico, independente de hipnotizado e hipnotizador se darem conta disso. Por último, o caso de Blanche Wittman é particularmente importante para a presente discussão pois trata-se de uma paciente que recebeu tratamento em contextos clínicos diferentes, de forma que tal mudança resultou em tratamentos psicológicos diferentes e, conseqüentemente, resultados diferentes (o que remete à sugestão e à iatrogenia) que, por sua vez, remetem à perspectiva psicossocial como fator de influência na manifestação dos fenômenos dissociativos.

4.6. Hipnose e *Rapport*

A última discussão girou em torno da construção do diagnóstico numa abordagem psicossocial focada ao processo dissociativo, o que remete à influência que o entendimento a respeito da dissociação como uma patologia tem sobre o próprio processo da realização de tal percepção como uma verdade concreta. A partir desse ponto a discussão será direcionada para o processo da construção da saúde, que segue um caminho muito parecido, senão idêntico, ao da patologia, porém num outro sentido:

...a análise dos mecanismos normais da doença permite, de fato, melhor discernir o impacto do dano mórbido, e, com as virtualidades normais do organismo, sua capacidade de cura: do mesmo modo que a doença está inscrita no interior das virtualidades fisiológicas normais, a possibilidade da cura está escrita no interior dos processos de doença.[...] Do lado da patologia mental, a realidade do doente não permite uma abstração semelhante e cada individualidade mórbida deve ser entendida através das práticas do meio a seu respeito. A situação de internamento e de tutela imposta ao alienado desde o fim do século XVIII, sua dependência total com relação à decisão médica contribuíram, sem dúvida, para fixar, no fim do século XIX, a personagem do histérico. (FOUCAULT, 1975, p. 13-14)

Foucault propõe que a patologia existe para representar aquilo que é a história do paciente, e aquilo que ele chama de regressões patológicas (os sintomas), são as representações ou consequências dessa história, e é interessante essa maneira de entender pois ela não se apóia nos aspectos fisiológicos (independente ou não de eles existirem, é aqui a mudança do foco para além do óbvio). Sendo assim, da mesma maneira como pode-se entender a experiência dissociativa como um problema que foi atualizado, pode-se entendê-la também como a prescrição da saúde, percepção essa reforçada em Fernandes (2005) ao dizer que: “A relação entre doença mental e estrutura social tem sido objeto de investigação de uma psicologia social que, embora reconhecendo os fatores biológicos, não os opõe às determinações sociais”. Então, a discussão atual de que a dissociação pode tanto representar a saúde como a patologia se insere na ideia de que ela pode não ser, em essência, algo “bom” ou “ruim”. Ela é, antes de mais nada, simplesmente o que ela é, e nosso modo de compreender é que ditará nosso julgamento a respeito, até porque os sinais que ela dá não são sinais evidentes por si só, não são sinais de “problemas”; eles podem ser apenas sinais de algo que aponta para um lugar diferente daquele que se convencionou a olhar historicamente. A esse respeito Foucault tem mais a acrescentar:

Gostaríamos de mostrar [...] que a patologia mental exige métodos de análise diferentes dos da patologia orgânica, e que é somente por um artifício de linguagem que se pode emprestar o mesmo sentido as “doenças do corpo” e as “doenças do espírito”. Uma patologia unitária que utilizasse os mesmos métodos e os conceitos nos domínios psicológico e fisiológico é, atualmente, da ordem do mito, mesmo que a unidade do corpo e do espírito seja da ordem da realidade. (FOUCAULT, 1975, p.11)

Em termos de vivências dissociativas, não se trata de possíveis estranhamentos advindos de aspectos da mente pouco compreendidos para o próprio indivíduo, quiçá para aqueles à sua volta. Trata-se, antes, da constatação de que diferentes aspectos daquilo que compõem o indivíduo, psicologicamente falando, tem a dizer, em seus próprios termos, algo a respeito da totalidade psíquica que muitas vezes é reconhecida simplesmente como sendo a “personalidade”:

Não se deve então ler a patologia mental no texto demasiado simples das funções perdidas: a doença não é somente perda da consciência, entorpecimento de tal função, obnubilação de tal faculdade. No seu corte abstrato, a psicologia do século XIX incitava esta descrição puramente negativa da doença; e a semiologia de cada uma era fácil: limitava-se a descrever as aptidões desaparecidas; a enumerar, nas amnésias, as lembranças esquecidas, a pormenorizar nos desdobramentos de personalidades as sínteses tornadas impossíveis. De fato, a doença apaga, mas sublinha; abole de um lado, mas é para exaltar do outro; a essência da doença não está somente no vazio criado, mas também na plenitude positiva das atividades de substituição que vem preenchê-lo. (p. 16)

Seguindo o raciocínio proposto por Foucault, poderia ser dito em outras palavras que há elementos da psique funcionando em termos dissociados (como na forma junguiana de se compreender, através dos complexos), que se opõem ao ego para ficarem em maior evidência, causando incômodo justamente para serem percebidos e, com maior probabilidade, reconhecidos (pois se assim não o fosse sequer seriam notados). Esse mecanismo que remete à discussão anterior sobre a histeria, cujo processo é o mesmo, reflete a ideia de que algo precisou, digamos, “falar” o que não estava sendo dito, e se a maneira que poderia ser a esperada não pôde cumprir seu papel (através da voz do ego), aquela “voz” que precisava se expôr acabou por encontrar uma outra maneira. Então, esse processo psíquico para o qual se pode dar o nome “dissociação” também traz embutido em si a ideia de que aquilo que dissocia é percebido com maior facilidade pois fica em melhor evidência (pode ser percebido por outro ponto de vista), diferente daquilo que permanece associado e, em tese, pode ser mais facilmente encoberto.

Quando se discute a possibilidade de que elementos dissociados da mente podem se manifestar das mais diversas e até inesperadas formas, convém ser lembrado, conforme expresso por Alvarado (2009), que justamente a investigação dos ‘fenômenos psíquicos’ (de natureza desconhecida) contribuiu para o desenvolvimento de conceitos como dissociação e mente subconsciente”. Então, se já se sabe que o estudo dos fenômenos anômalos (psíquicos) contribuiu para compreendermos a hipnose e a dissociação, isso

evidencia que estão conectados de alguma forma. Isso abre a possibilidade de discutirmos o papel e a importância da hipnose nesse contexto, já que fenômenos dissociativos puderam ao longo da história ser reproduzidos enquanto sujeitos eram submetidos a estados hipnóticos. Se a discussão anterior a respeito de como diagnósticos tem sido feito for coerente (ou seja, a ideia de que a doença ou o mal-estar são processos influenciados socialmente e que, dissociados, podem representar diferentes aspectos da individualidade como que pedindo atenção), os estados hipnóticos então podem também ser usados para que uma nova associação ocorra. Nesse ponto podemos retomar a discussão a respeito da tradição hipnótica, conforme apresentada ao longo da discussão desse trabalho:

A experiência acumulada de diversas gerações de magnetizadores e hipnotizadores resultou no lento desenvolvimento de um sistema equilibrado de psiquiatria dinâmica. Esses pioneiros assumiram com grande audácia a exploração e a utilização terapêutica de energias psicológicas inconscientes. Baseado naquilo que encontraram, eles elaboraram novas teorias sobre a mente humana e a psicogênese da doença. (ELLENBERGER, 1970, p. 110)²⁵

Ellenberger fala aqui do que foi chamado por ele de psiquiatria dinâmica (p. 289-290), tratando-se da psiquiatria que agregou para si o termo “dinâmico”, justificando o emprego desse termo através do significado que pode ser associado a tal palavra, como por exemplo, o de “poder mobilizador de imagens”, muito provavelmente cunhado pelo filósofo Malebranche e seus sucessores. Bernheim adotou essa definição para sua própria escola de hipnose batizando-o como “lei do ideodinamismo”, que significa o fato de qualquer ideia, uma vez sugerida e aceita, transformar-se em ato (que ele chamava popularmente apenas de “sugestão”). A dinâmica aqui, no caso, diz respeito à imagem que ganhou “vida” e também ganhou movimento, de forma que uma ideia sugerida e não aceita não teria vida e, portanto, mobilidade, ficando estática, como se fosse uma estátua. Por outro lado, a ideia aceita mobiliza a imagem e dá a ela movimento, e esse movimento é precisamente o resultado do processo hipnótico (a realização concreta da sugestão, uma ideia que foi colocada em movimento, ganhando *momentum*). Ellenberger fala também de outro significado atribuído à palavra dinamismo e que também é interessante para a

²⁵ “The cumulative experience of several generations of magnetizers and hypnotists resulted in the slow development of a well-rounded system of dynamic psychiatry. These pioneers undertook with great audacity the exploration and the therapeutic utilization of unconscious psychological energies. On the basis of their findings, they elaborated new theories about the human mind and the psychogenesis of illness”.

discussão presente: trata-se do conceito de evolução e regressão, termos usados pelo psiquiatra francês Jacques-Joseph Moreau (também conhecido simplesmente como “Moreau de Tours”) para, em psiquiatria, designar os processos patológicos da mente entendendo-os como de certa forma semelhante a sonhos mas tirando elementos da realidade concreta. Assim, ocorreria uma diminuição das funções mentais e um consequente desenvolvimento de atividades doentias da mente (como se o doente estivesse “sonhando acordado”, o que representa a perda de contato com a realidade e a conexão com uma outra realidade). Ocorre que Moreau de Tours influenciou diretamente e profundamente Pierre Janet com seu princípio que, por sua vez, insistia que seu próprio modelo de funcionamento da mente foi inspirado naquilo que veio a chamar de o “princípio fundamental da doença mental” de Moreau. Para Janet, a dissociação ocorria quando as forças coercitivas da mente se enfraqueciam, e os elementos que a compunham de desintegravam. A solução? A hipnose.

Ellenberger estende sua discussão deixando claro que os pioneiros da psiquiatria dinâmica primeiramente tinham experiências “clínicas” para depois teorizarem a respeito das mesmas, ou seja, os psiquiatras daquela época (século XIX e início do século XX) percebiam que a mente era múltipla (assim como os xamãs, magnetizadores, exorcistas já haviam feito antes deles) e também que essa mente se dissociava, de forma que procedimentos deveriam ser utilizados para ressociá-la, de forma que cada um desses grupos acabou por desenvolver seu próprio método, porém, todos eles, de acordo com o autor - e esse aspecto é interessante - derivados da hipnose. Para o autor, basicamente todas as grandes correntes terapêuticas ao longo da história trabalharam com o dinamismo da mente, e podemos acrescentar que cada uma delas, de acordo com suas próprias referências e cultura, vestiu essa realidade dinâmica com suas próprias ideias (então os antigos xamãs entendiam que as almas haviam sido sequestradas por seres de outras dimensões e precisavam ser resgatadas, enquanto os exorcistas entendiam por sua vez que a alma havia sido feita refém por um demônio e precisava ser liberta, enquanto os psicólogos e psiquiatras entendiam que elementos inconscientes haviam se dissociado da consciência e o ego precisava ser reorganizado). Todas essas perspectivas têm em comum a percepção de que há elementos diferentes com diferentes graus de consciência e autonomia atuando no psiquismo.

De acordo com Ellenberger (1970, p. 111), o movimento da “primeira psiquiatria dinâmica”, já comentado anteriormente, embora tenha passado por mudanças ao longo de seu desenvolvimento, manteve um certo número de características constantes, sendo elas, de uma forma geral, a utilização da hipnose como o mecanismo terapêutico padrão, bem como o desenvolvimento de princípios teóricos que dividiam a mente numa parte consciente e outra inconsciente (que posteriormente foi alterado para dar conta de um sistema de subpersonalidades coexistindo abaixo da mente consciente), além de uma conceituação que dava conta da existência autônoma de partes da personalidade, bem como um uma função da mente chamada “mitopoética” (mais sobre esse elemento no próximo parágrafo), e, finalmente, a percepção da importância do *rapport* entre paciente e magnetizador, que já sabemos ser algo de extrema importância, primordial para um resultado efetivo de todo o trabalho, também chamado de sugestão.

Dos elementos anteriormente citados, não havia ainda surgido a oportunidade de que a função mitopoética da mente fosse apresentada, o que será feito agora: entende-se por função mitopoética a capacidade natural e criativa da mente em criar fantasias, mitos, ficções e/ou romances baseado em seus próprios conteúdos, que seriam organizados de forma automática, ininterrupta e inconsciente, sendo posteriormente apresentados à consciência como um material pronto, seja através de sonhos, devaneios, experiências em estado hipnótico etc (os conteúdos com os quais a mente consciente pode se relacionar de alguma forma). Atribui-se a Frederic Myers a criação de tal conceito, absolutamente essencial para o entendimento de mecanismos como a mediunidade, cuja influência foi grande em outros pesquisadores como Theodore Flournoy e Carl Jung (Ellenberger, 1970; Crabtree, 2007). A respeito dessa função, vejamos o que seu próprio idealizador pode dizer a respeito:

Pode-se imaginar até que ponto esta estranha manufatura de romances internos pode ser levada. Existe, posso dizer, uma quantidade muito maior disso no mundo do que é comumente suspeitado. Eu mesmo recebi vários casos desses discursos dramatizados – como se vários espíritos estivessem escrevendo de forma sucessiva através das mãos de um autômato – que eu acabei por reconhecer a operação de alguma lei dos sonhos, por assim dizer, ainda reconhecida de forma obscura. As personalidades alegadas são na maior parte das vezes não apenas não-identificadas, mas propositalmente não-identificadas.; elas dão a si mesmas

nomes românticos ou caricatos, e elas são produzidas e desaparecem tão facilmente como fantoches num palco. (MYERS, 1903b, p. 130)²⁶

Como já sabemos o estudo das experiências mediúnicas permitiu aos investigadores o desenvolvimento de ideias a respeito da multiplicidade e divisões da mente. A percepção de que os médiuns estariam em contato com espíritos é influenciada contextualmente, como lembrado por Alvarado (1991b), ao acrescentar que essa influência também pode se dar em termos grupais, algo que já havia sido apontado por William James, quando este autor lembra que nos círculos espiritualistas o comportamento de cada envolvido retroalimenta e influencia o comportamento dos demais, inclusive o próprio médium, de quem aliás se espera um comportamento particular. Essa percepção é muito semelhante tanto à de Theodore Flournoy após trabalhar com a médium Hélène Smith como a de Eleanor Sidwick, após trabalhar com a médium Leonora Piper. Outros estudiosos da época, como o médico psiquiatra suíço Auguste Forel (ALVARADO, 2010b) exaltavam inclusive o efeito da autossugestão, ou seja, o fato de que qualquer sugestão verbal seria sempre “completada” por uma autossugestão do hipnotizado, o que quer dizer que toda sugestão é entendida, sentida e “completada” de alguma forma pelo indivíduo que está sendo hipnotizado, processo que é produzido espontaneamente, não sendo possível aqui separar quem recebe a mensagem de quem envia, pois é na relação que se manifesta o fenômeno.

O mesmo problema recebeu a atenção de Woody e Bowers (1994), cuja compreensão é a de que, em condições ordinárias, quando uma pessoa faz o que lhe pedimos, isso não é hipnose, é simplesmente cooperação. De acordo com os autores, há hipnose se houver o chamado “efeito clássico da sugestão”, que nada mais é do que um sujeito receber uma sugestão e responder de forma involuntária, sendo esta também a percepção de Binet (1896, p.341), ao afirmar que o fenômeno que ocorre com os médiuns durante as sessões espíritas pode ser explicado pela concentração e convicção destes

²⁶ “One wonders to what extent this strange manufacture of inward romances can be carried. There is, I may say, a great deal more of it in the world than is commonly suspected. I have myself received so many cases of these dramatized utterances – as though a number of different spirits were writing in turn through some automatist’s hand – that I have come to recognize the operation of some law of dream, so to call it, as yet but obscurely understood. The alleged personalities are for the most part not only unidentified, but purposely unidentifiable; they give themselves romantic or ludicrous names, and they are produced and disappear as lightly as puppets on a mimic stage”.

médiuns no pensamento de que uma segunda inteligência tomará posse de sua mão, ou seja, o efeito da autossugestão à qual estas pessoas estão imersas. Para Binet, ainda é possível reproduzir exatamente as mesmas condições de um médium incorporado num paciente histérico através do processo hipnótico e, finalmente, defende que os processos dissociativos poderiam ocorrer tanto por motivos patológicos como sugestivos:

Resumindo, vimos que uma ruptura genuína de consciência ocorre tanto em casos de doença como também nos indivíduos expostos a uma situação experimental; e de vez em quando, frequentemente com ajuda de uma leve sugestão, uma dessas consciências consegue alcançar a dignidade de uma genuína personalidade. (BINET, 1896, p. 347)²⁷

É possível perceber que diversos autores do final do século XIX e início do século XX tinham a convicção de que processos dissociativos poderiam ser influenciados pela sugestão, como dito acima por Alfred Binet. Quando esses autores admitem essa possibilidade, eles também admitem, mesmo que indiretamente, o contexto e o meio como elementos que influenciam o processo dissociativo, pois como já visto anteriormente, a sugestão depende de todos esses fatores (crença, cultura, contexto, ambiente, etc). Retornando a Bernheim e Ellenberger, o dinamismo da mente é colocado em movimento quando uma ideia se transforma em ação (sugestão), e para isso acontecer, o indivíduo precisa estar devidamente motivado, e quem contribuiu para essa motivação é justamente o grupo, como já discutido por investigadores como William James, Alfred Binet, Theodore Flournoy e outros.

Para Frankel (1994, p.90-91), há uma complexidade muito grande no processo hipnótico já que ele é constituído por vários mecanismos diferentes (sugestionabilidade, dissociação, imaginação, absorção, propensão à fantasia e também fatores psicossociais como expectativa e antecipação) e critica os hipnotizadores que por vezes se utilizam de técnicas formais de indução como se elas fossem precisas por si só enquanto etapas que se forem seguidas vão garantir um determinado resultado, lembrando que fatores psicossociais (relacionais), em adição aos fatores intrapsíquicos (específicos do indivíduo) são uma parte muito importante do evento hipnótico, principalmente porque,

²⁷ “To sum up, we have seen that a genuine breaking up of consciousness occurs both in cases of disease and also of subjects under experiment; and now and then, often with the assistance of a slight suggestion, one of these consciousnesses has succeeded in attaining the dignity of a veritable personality”.

de acordo com o autor, ninguém conseguiu ainda definir qual o momento exato em que o transe começa, além do fato de que para sujeitos altamente hipnotizáveis uma indução formal é até mesmo irrelevante, de modo que comportamentos hipnóticos podem ocorrer mesmo quando métodos formais de indução não são usados, bastando alguns fatores contextuais como um bom *rapport*.

Ao longo desse trabalho tem sido discutido o modelo da mente humana que postula a dissociação como um processo ou mecanismo da mente e que, por sua vez, pode ser patológico ou saudável, tendencial (espontâneo) ou contextual (provocado). O fato de pessoas buscarem livremente vivências dissociativas (hipnóticas, dentro desse modelo com o qual trabalhamos) para expressarem, comunicarem e reorganizarem aspectos de suas psiques que comumente se encontram fora de acesso consciente, tudo isso são evidências de que experiências dissociativas possam ser fonte de saúde psíquica. Esse modelo também assume que muitas experiências dissociativas têm uma natureza ontológica desconhecida (sendo, portanto, considerados anômalos), de maneira tal que ele não é suficiente para confirmar ou rechaçar as explicações e sentidos que os indivíduos que vivenciam tais experiências atribuem àquilo que experimentaram. Conforme já discutido em capítulos anteriores, cada época e cultura fez atribuições às suas experiências hipnóticas e dissociativas dentro dos próprios termos de sua própria cultura, e o modelo discutido aqui pressupõe, portanto, que a dissociação - sendo um mecanismo ou processo - pode estar subjacente às experiências, contudo sem explicar as experiências em si, muito menos seus conteúdos.

De acordo com Queiroz (2017, p.197), “A dissociação é marcada por uma quebra ou cisão entre diferentes identidades de um sujeito. As articulações entre as identidades não são a dissociação; as articulações são condição saudável da personalidade...”. Então, em situações desse tipo, os indivíduos poderiam dissociar para perceberem volitivamente suas próprias articulações. O autor expressa sua percepção sobre a dissociação e as articulações a partir do referencial do elemento musical, que é utilizado aqui como facilitador do processo:

Neste sentido, a música não ajudaria o sujeito a dissociar, mas mais acuradamente dialogaria com os muitos níveis em camada do sujeito, de modo a torna-los mais móveis. O conjunto do sujeito se sentiria mais disposto ou aberto a considerar ou dar expressão a qualquer um desses níveis, dentro de certos limites, o que tornaria a música uma facilitadora – mais do que uma desencadeadora – de uma

predisposição (não creio ser correto dizer, de um 'estado') do sujeito para se sentir *acolhido na música* em todos os seus níveis em camada. Disso resultaria não o desencadear de um processo de dissociação, mas a presença de outra disposição para considerar ou estabelecer relação com todas as partes articuladas de sua totalidade, como que relaxando as hierarquias que mantêm seus ramos de identidade em determinada organização fixa. (QUEIROZ, 2017, p. 205)

Seguindo raciocínio semelhante ao do autor, é possível supor que pessoas com estruturas psicológicas mais patologicamente dissociadas, portanto adoecidas, que poderiam chegar ao ponto de vivenciarem estados dissociativos à revelia, poderiam buscar vivências dissociativas (no caso, hipnóticas) justamente para reorganizarem tais elementos ou aspectos de sua psique que permanecem agindo autonomamente, por assim dizer, concentrando tais elementos em torno de uma estrutura mais saudavelmente organizada. Se a música tem o papel de facilitar a reorganização, já sabemos ao longo de toda a discussão ao longo desse trabalho que a hipnose exerce papel semelhante. A título de ilustração, podemos nos referir ao caso da paciente Estelle, que introduziu o estudo das múltiplas personalidades na França, pelo médico Despine (ELLENBERGER, 1970, p.129-131). O caso de Estelle era particularmente curioso pois seu estado "normal" era o estado efetivamente patológico, enquanto que sua condição no segundo estado (estado magnético ou hipnótico) era o da condição saudável. Sendo assim, Despine começou a expandir o domínio da segunda condição - a saudável - ao ponto de fundí-la com a primeira - a patológica - de forma que num determinado momento elas se fundiram e a personalidade saudável, que estava sendo fortalecida, finalmente tomou a frente, digamos assim, permanecendo como estado único. Esse exemplo, embora trate de um caso extremo, serve para ilustrar o raciocínio apresentado anteriormente, que é o de a hipnose ter a capacidade de reorganizar a psique. Quando se fala do tratamento das múltiplas personalidades, por exemplo (o transtorno dissociativo de identidade, no espectro patológico da dissociação), aparentemente não há consenso a respeito de qual seria o melhor procedimento clínico a ser utilizado em tais casos (HACKING, 2000, p.22), havendo aqueles profissionais que preferem integrar as diferentes personalidades de alguma maneira em torno de um eixo saudável, enquanto outros optam por auxiliar seus pacientes concentrando-se no indivíduo como um todo, auxiliando-os a lidarem com a crise. O autor não especifica, mas é possível que a hipnose esteja presente em ambas as estratégias.

De acordo com Queiroz (2017) a música tem a capacidade de influenciar a estrutura das partes internas dos indivíduos, através daquilo que ele chamou de ‘força solvente integradora’, ou seja, uma força que seria capaz de acomodar as tensões existentes entre essas diferentes camadas da psique, atuando como um solvente, por assim dizer, de forma que elas possam compor novos conjuntos ou se articularem de formas diferentes em outros, atuando como uma seiva líquida possível ao processo de ramificação da personalidade, lembrando porém que (p. 205-206): “como qualquer água num processo, sua presença excessiva seria prejudicial à construção, pois amoleceria os conjuntos construídos. No entanto, na medida certa, é imprescindível para a expansão dos ramos da personalidade”, já que a música relaxaria as ‘forças de interação’ entre as diversas partes do sujeito, pois dialoga com elas, permitindo que essas partes também dialoguem entre si e possam se relacionar de maneiras outras, seja se recompondo, momentânea ou definitivamente, ou ainda se reaglutinando em novos pólos e de outras formas, quem sabe até mesmo de ordem transformadora.

Como se vê, a música, assim como a hipnose, tem esse poder de reorganizar a psique, cada uma a seu modo, porém de maneiras compatíveis. Naturalmente, tanto a hipnose como a música, dependendo de suas respectivas intensidades, podem tanto ser dissociativas como associativas. Woody e Bowers (1994, p.74) lembram que em muitas circunstâncias, tais como tocar música, o controle consciente de tal atividade pode ser extremamente contraprodutivo e levar o indivíduo a um controle excessivo, o que pode efetivamente causar um efeito de deteriorização da performance na atividade que está sendo executada. A relação disso com a hipnose é a de que a hipnose é uma atividade que permite à mente consciente ceder ou relaxar alguns controles de forma a poder se aprofundar em outros, de uma forma mais paralela e menos centralizada, já que o controle consciente constante pode em muitas atividades retardar esse processo, causando um efeito contrário àquele que esperava-se que tivesse – o de aumentar a produtividade justamente por se manter um sistema cognitivo supervisionando a atividade. Por outro lado, ainda de acordo com os autores, o hipnotista pode promover ou eliciar novas respostas ajudando o hipnotizado a “juntar as peças do quebra-cabeças”, permitindo a conexão de novas ideias e possibilidades que antes não haviam sido consideradas pois o sistema de controle agora está relaxado, proposta essa que se afiniza com a ideia de “força solvente integradora”, cujo papel é o de relaxar justamente o sistema de controle, de forma

que as conexões possam ser alcançadas, trabalhadas, e novas conexões possam surgir a partir daí.

A ideia central é a de que é possível entender desorganização (dissociação patológica) simplesmente como um estado no qual as partes do sujeito estão se relacionando de maneira disfuncional, ou simplesmente que há “partes soltas”, desconectadas das demais, como se estivessem perdidas, e o processo terapêutico que utiliza elementos hipnóticos tem a função de reunir essas partes, fortalecendo aqui a ideia aparentemente paradoxal de que a dissociação é usada para se alcançar a associação, assim como poderia ser dito, de maneira análoga, a um médico cirurgião que “abre” (dissocia) um paciente para em seguida “fechar” (associar), chegando com isso à cura. Então, um paciente que não foi primeiramente dissociado não poderia (ou teria mais dificuldade) de ser ressociado. Ideia semelhante é expressa por Queiroz (2017, p.201): “Equivale a dizer que o processo dissociativo é um dos processos por meio dos quais se formam e se articulam as identidades do sujeito. Dissociação é função psíquica que propende à saúde, não é em si condição patológica, embora possa colaborar também para que esta se instale”.

Se todas as “partes” são nossas, como num quebra-cabeças, definitivamente qualquer uma delas faria falta se não estivesse alí (ou por estar perdida, ou quem sabe até mesmo porque teve seu lugar original modificado, etc). Por outro lado, pode-se entender a organização (saúde) simplesmente como um contexto no qual as peças estão unidas de forma funcional, organizada, harmoniosa. O leitor pode perceber que não se trata de discutirmos estruturas psíquicas perfeitas, utópicas, pois isso envolveria debates filosóficos que não são o foco da presente discussão, mas, isso sim, assumirmos que os estados dissociativos são como que processos de montagem e desmontagem, organização e desorganização, associação ou dissociação. Ela é o processo e não a experiência. Então, afirmar que alguém está dissociado significa tão somente que aquele indivíduo se encontra numa experiência em que elementos que normalmente estariam organizados em volta de um núcleo identitário se encontram atuando de maneira autônoma, e isso pode ser saudável ou patológico, dependendo do encaminhamento e desdobramento da experiência em questão.

Vale à pena nesse ponto ser recapitulado que Pierre Janet, um dos maiores pioneiros no estudo da dissociação, já defendia que uma “terapia geral de hipnotismo”

seria a melhor maneira de se trabalhar memórias e emoções que precisavam ser solucionadas (HACKING, 2000, p.160), o que apresenta um quadro geral de que já se percebia o valor do instrumento para se reorganizar (associar) memórias e emoções que estariam desorganizados(dissociados). De acordo com Ellenberger (1970, p. 385-386), a hipnose foi o método que Janet jamais abandonou para trabalhar com o inconsciente (portanto para trabalhar de forma psicoterapêutica em geral), porém, ela era especificamente a única indicada para os casos à época considerados histéricos (as desorganizações mais severas). Para ele, o objetivo da hipnose era o de “regular a energia mental dos pacientes que sofriam com distribuições desiguais dessa energia”, além de também levar em alta consideração o valor do *rapport* em seu trabalho, reconhecendo, portanto, a importância da sugestão. Janet dizia que, mais cedo ou mais tarde, apareceria - e de forma inesperada - uma mudança impressionante na relação entre o médico e o paciente, de forma que o paciente acabaria por apresentar um comportamento em relação a seu terapeuta de uma ordem tal que não teria com ninguém mais. Para esse paciente, o terapeuta seria como que um “ser excepcional”, que o entenderia e o levaria a sério como ninguém mais poderia fazê-lo. Para Janet isso significava o momento em que o paciente *realmente* iria falar seriamente sobre si mesmo e seus próprios sentimentos. Esse sentimento perante o terapeuta foi chamado por Janet como “adoção” (*adoption*), e significaria que tal atitude perante seu terapeuta seria uma mistura de vários tipos de inclinações mais ou menos parecidas que ele já teve com outras pessoas, porém agora sintetizadas de uma forma muito particular. Então, essas atitudes do paciente, expressadas pela “adoção”, dariam a ele uma maior auto-estima e permitindo a ele expressar atitudes que não teria conseguido até então, permitindo ao terapeuta aproveitar esse contexto em benefício do próprio paciente. Curioso notar como a definição de Janet para a adoção é muito semelhante, senão idêntica, à definição de Bernheim sobre a sugestão. Esse argumento é complementado por PEREIRA (2008), quando o autor comenta que, do ponto de vista terapêutico, Janet propunha o uso da hipnose e da sugestão para obter um efeito catártico das ideias e representações separadas da personalidade em função de traumas e de vivências pessoais não suficientemente elaboradas. Nesse contexto, sua proposta de uma “análise psicológica” sistemática, realizada em um contexto de intimidade com o paciente, com atenção rigorosa nas palavras efetivamente pronunciadas e buscando restituir detalhadamente os antecedentes pessoais e a história da doença,

constituía ao mesmo tempo um elemento importante da pesquisa psicopatológica e uma dimensão decisiva para a instituição da terapêutica psicológica. Janet definitivamente defendia a terapia hipnótica como uma função de dois elementos: O estado hipnótico em si, conseguido através de técnicas de indução, e a sugestão, conseguido através do *rapport*. Essa organização influenciou diversos adeptos da técnica hipnótica após Janet, pois ele (assim como outros pesquisadores, como Boris Sidis), entendiam a contribuição tanto da escola de Nancy (a sugestão) como da escola de Salpêtrière (a técnica). Além de se inspirar em diferentes mestres, importante também lembrar que o método que Janet desenvolveu para trabalhar com a hipnose introduziu alguns elementos inéditos, como o de se nomear as diferentes personalidades dissociadas de forma a ajudá-las a se desenvolverem mais facilmente no sentido de uma personificação (ELLENBERGER, 1970; MARALDI, 2014; PLAS, 2000).

Métodos de cura praticados em tempos antigos como a cura pela confissão, cura mágica ou a cura ritual podem ser vistos como mecanismos de cura que envolvem o que se desenvolveu com o tempo até chegarmos à hipnose, método que também era usado pelos antigos curadores (ELLENBERGER, 1970, p. 34) no quais a abordagem costumava ser a de causar alucinações nos indivíduos, que os levariam à cura (ou àquilo que hoje nós poderíamos chamar de hipnose, pois estamos falando da cura mágica primitiva até o magnetismo, do magnetismo até a hipnose, e da da hipnose até as escolas modernas de psiquiatria e psicologia. O aspecto mágico das curas primitivas, que estava presente muito provavelmente em todas as práticas xamanísticas, é particularmente interessante para nossa discussão:

Magia pode ser definida como uma técnica inadequada de poder do homem sobre a natureza...[...] Magia também pode ser descrito como um sistema no qual os atributos da vida social são indevidamente projetados no mundo material. (ELLENBERGER, 1970, p. 35)²⁸

Dizer que a magia é a projeção dos atributos da vida social no mundo material é equivalente a dizer que a cultura (vida social) influencia a vida prática (mundo material),

²⁸ “Magic can best be defined as na inadequate technique of power of man over nature and a fallacious anticipation of science [...]. Magic has also been described as a system in which the features of social life are unduly projected onto the material world”.

e o mecanismo psicológico que permite entender como a cultura influencia a vida prática é chamado de sugestão:

Sugestão é provavelmente de longe o agente mais importante da prática mágica. Um procedimento mágico pode alcançar seu objetivo especificamente porque o indivíduo que o pratica acredita na sua eficácia; o mago acredita em seu próprio poder, e toda a comunidade acredita na existência e eficácia da arte mágica porque essa arte é sentida como necessária para a coesão social. (ELLENBERGER, 1970, p. 35)²⁹

Sendo assim, o atributo sugestivo da hipnose aparentemente tem sido usado como um dos elementos intrínsecos da cura desde sempre (atributo esse que adotou roupagens e explicações as mais diversas, de acordo com a época ou cultura na qual foi praticado, porém mantendo em todas essas aparições o seu elemento universal e indivisível - a sugestão em si).

De uma forma geral, entre as características mais marcantes dos antigos curadores, uma das mais importantes, senão a mais importante de todas, é a “pessoa” do curador (ELLENBERGER, 1970, p. 38). Nesse sentido, o doente coloca suas esperanças e confiança na figura do curador, muito mais do que nos medicamentos ou outras técnicas, quer dizer, a habilidade do curador em tese conta mais do que os elementos que ele usa para realizar a cura (o que também faz certo sentido quando se imagina que um curador que tivesse acesso a diversas técnicas teria menos probabilidade de curar do que um curador que tivesse acesso a apenas uma única técnica, mas que, porém, tivesse total confiança do doente). Aqui, a personalidade do curador - pelo atributo hipnótico da sugestão - é o principal agente da cura, enquanto que suas técnicas e procedimentos, meros coadjuvantes. Ainda segundo Ellenberger (1970, p. 68), na época do magnetismo era exatamente essa prática mágica (e tudo o que ela trazia embutido enquanto campo de relações entre magnetizador e magnetizado – o *rapport*) que realizava a cura, e nunca os medicamentos ou procedimentos médicos.

De acordo com Ellenberger (1970), tanto a prática do magnetismo como a da hipnose levaram os pesquisadores a desenvolverem teorias a respeito da constituição da

²⁹ “Suggestion is probably by far the most important agente at work in the practise of magic. A magic procedure may actually attain its goal because the individual submitting to it firmly believes in its efficacy; the magician believes in his own power, and the entire community believes in the existence and efficacy of magic art because this art is felt to be necessary for social cohesion”.

mente, de forma que dois modelos básicos surgiram e cada pesquisador criou seu próprio subsistema a partir dessas premissas mais universais. O primeiro modelo é o do Dispsiquismo (*Dispsychism*), ou “ego duplo” que postula a existência de duas mentes em cada ser humano e a forma como elas se relacionam entre si. Em tese, uma mente estaria “aberta” enquanto a outra estaria “fechada”, de forma que a fechada se comunicaria com a aberta através de memórias ou percepções, por exemplo, mas em alguns casos essa segunda personalidade poderia assumir uma existência independente e até mesmo competir pela predominância em relação à outra. A hipnose nada mais seria do que a ferramenta que permitiria a alternância entre as mentes, de forma que a fechada ficaria aberta e vice-versa, sendo que para alguns autores (como Frederic Myers), a mente que normalmente está “fechada” é aquela que está, por outro lado, “aberta” para outras possibilidades de comunicação, como acesso ao mundo espiritual, vidas passadas, captação de informação além dos sentidos físicos usuais, mas esse entendimento naturalmente servia apenas para os investigadores que acreditavam na possibilidade de tais experiências serem potencialmente reais. Dessoir também foi um dos seguidores do modelo dispsíquico, bem como os antigos magnetizadores em geral e até mesmo Freud (em sua primeira tópica, com a ideia de que uma mente inconsciente seria agregadora de memórias reprimidas), além de Janet e outros teóricos que de forma geral segmentavam a mente em consciente e inconsciente (modelo esse que existe até os dias atuais).

O segundo modelo é o do Polipsiquismo (*Polypsiquism*), que postula a existência de diferentes camadas na psique, cada uma delas possuindo um ego próprio, todas elas estando sujeitas a um ego principal, este último sendo nossa consciência habitual, consciente. Cada um desses sub-egos guarda e organiza informações seguindo um padrão próprio, e todas essas estruturas somadas seriam a mente inconsciente. Esse sistema pode ajudar a entender as experiências tanto dos xamãs, que se comunicavam com diferentes espíritos, como a dos possuídos, que eram controlados por diferentes demônios. Jung e Freud (em sua segunda tópica com a proposta do Id, Ego e Superego) foram seguidores desse modelo, e é interessante notar que o modelo polipsíquico, usado aqui para explicar a estrutura da mente, é metaforicamente compatível com a estrutura musical, conforme explicado por Queiroz (2017, p.204), ao especificar que “...não é despropositado comparar os níveis em camadas que compõem o indivíduo humano com os níveis em camadas encontrados na música[...]A integração das camadas mais do que a eleição de

uma delas como sendo a principal, mais importante ou ‘mais saudável’ é o que este autores indicam.”

De uma forma geral, as práticas hipnóticas, pelo menos até o século XIX, se resumiam na negociação que ocorria a exemplo dos exorcismos, nas quais o exorcista barganhava com os demônios e procurava chegar a algum tipo de acordo, ou ainda a cura magnética na qual o indivíduo em estado magnético conseguia prescrever seu próprio tratamento bem como muitas vezes prever a data de sua cura, ou ainda a provocação de catarses (como as que ocorriam no magnetismo animal de Mesmer), ou o sono sonambúlico de Puységur, no qual o paciente se beneficiava por conta de um estado de concentração e relaxamento muito profundos, ou ainda através da hipnose, com os respectivos métodos de Nancy e Salpêtrière, através do qual eram implantadas ideias diretamente na mente dos indivíduos, e, finalmente, o método da sugestão no estado acordado, praticado especificamente pelos seguidores da escola de Nancy, no qual eram dadas sugestões para o indivíduo enquanto ele permanecia em vigília (ELLENBERGER, 1970, p.150-151). Se durante todo o século XIX a hipnose foi o procedimento básico de contato com a mente inconsciente, foi a partir da segunda metade desse século que ela começou a se mesclar com outras técnicas e procedimentos, gerando variações de técnicas hipnóticas, outras de uma nova natureza, porém mantendo os mesmos princípios que dizem respeito à hipnose de forma geral.

Segundo Ellenberger, a hipnose teve um auge com Charcot e Bernheim e suas respectivas escolas, seguido por um declínio, entre outros motivos, pelo fato de que haviam estudos demais usando a hipnose, de forma que a academia simplesmente ficou saturada, inclusive pelo fato incômodo para muitos de que nem todos poderiam ser bons hipnoterapeutas, e mesmo aqueles que eram considerados como sendo os melhores simplesmente não conseguiam hipnotizar todas as pessoas, sem contar o fato muito presente à época de pacientes que apenas representavam o estado hipnótico sem de fato estarem hipnotizados, muitas vezes apenas para agradar (o que remete diretamente a Charcot e suas histéricas, por exemplo).

De acordo com Maraldi (2014), os motivos do desinteresse pelo tema da dissociação nas primeiras décadas do século XX são, em linhas gerais: a) A ascensão e disseminação da psicanálise e do behaviorismo, através de Breuer e Freud, com críticas ao modelo de Janet e uma transição de uma teoria traumática para uma teoria de fantasia,

bem como o fato de que nas teorias behavioristas não havia espaço para conceitos usados para explicar os processos dissociativos, como “inconsciente” ou mesmo “personalidade”; b) O conceito de esquizofrenia de Bleuler, que foi apresentado como uma fragmentação da personalidade em diferentes complexos psíquicos, o que contribuía para uma confusão com o conceito de dissociação, inclusive porque o transtorno dissociativo de identidade já havia sido muitas vezes diagnosticado como esquizofrenia, de forma que o número de estudos em dissociação diminuiu e o de esquizofrenia aumentou, e; 4) o declínio da hipnoterapia, que de certa forma estava também relacionado ao surgimento da psicanálise e abandono da hipnose como recurso terapêutico por Freud.

Para Ellenberger (1970), o fato é que grandes pioneiros da pesquisa psiquiátrica e psicológica como Pierre Janet e Frederic Myers eram grandes praticantes e entusiastas do modelo hipnótico e acreditavam que muito ainda poderia ser estudado e descoberto, mas o início do século XX foi marcado de uma forma geral por um grande declínio nesse modelo, como já visto, e os holofotes passaram a apontar para outras direções, embora, para o autor, esses novos modelos tenham bebido muito mais da fonte do mesmerismo e da hipnose do que se poderia imaginar, influenciando profundamente essas novas perspectivas. Frederic Myers teria dito, inclusive, que chegaria o dia em que poderíamos alternar não apenas entre os dois estados mais conhecidos, do sono e da vigília, mas também entre outros estados que poderiam co-existir com esses, o que poderia apontar para aquilo que Alvarado (2004) apontou como sendo a perspectiva através da qual Myers concebia a mente supraliminal como a área da mente responsável pelos fenômenos superiores da mente (que seriam os fenômenos chamados paranormais, sendo essa área muito pouco estudada e levada a sério pela grande maioria dos estudiosos da mente humana).

5. Discussão e Considerações

A dissociação é um fenômeno de ordem pessoal que sofre influência da cultura na sua manifestação, tendo sempre existido e estando intimamente ligada à hipnose. A dissociação, como um fenômeno inerente à experiência humana, ocorreu ao longo do tempo nas mais diversas culturas e recebeu as mais diversas roupagens, pois a experiência de que partes da mente ou da identidade poderiam se desconectar do senso de identidade do indivíduo foi reconhecida por quem a experimentava das mais diferentes formas.

Quando existe um consenso entre diversos autores de que partes da mente podem se desconectar, desde formas ocasionadas (contextuais) até formas espontâneas (tendências), de maneira a se manterem “ativadas”, por assim dizer, isso mostra com muita força que o ego (ou consciência), não é o único aspecto dotado de inteligência e movimento na mente humana. Ocorre que a identidade nuclear, como apresentado pelas teorias neodissociativas, organiza e direciona parte do fluxo desses outros aspectos da mente, mas, como defendido nas teorias sócio-cognitivas, esses elementos da mente têm sua própria vontade, determinação e direção, o que mostra a natureza múltipla da mente. Essa multiplicidade, por sua vez, apenas mostra como a mente humana tem condições de se adaptar rapidamente a diferentes exigências do meio, o que reflete a natureza fluída da nossa identidade. Embora as pessoas, de forma geral, tenham códigos de identificação - como números de RG, o Registro Geral, essa identificação única com um nome e um número não é capaz de demonstrar todas as diferentes identidades que qualquer pessoa é capaz de expressar, que são em si fluídas e dependem das demandas do meio, permitindo ao indivíduo representar e ser diferentes papéis, esteja ou não consciente disso. Efetivamente somos muito mais do que é apontado por nosso nome.

A cultura se relacionou com a experiência dissociativa ao longo do tempo, seja através de suas manifestações espontâneas e severas, como as múltiplas personalidades, seja suas manifestações provocadas e normais, como a hipnose clínica. Em todos esses contextos a experiência da divisão da mente se fez presente, em maior ou menor grau, e é importante que seja percebido que tal divisão não é em si patológica, pois, como visto ao longo da discussão, embora a palavra “dissociação” tenha recebido esse rótulo, ele é basicamente remanescente de uma época em que muitos investigadores pioneiros se referiam a ela dessa forma por conta de experiências clínicas envolvendo pesquisas com

pacientes internados em hospitais psiquiátricos, vivendo intenso sofrimento. Se tal fato histórico por um lado remete ao aspecto de que a dissociação existiu realmente em contextos envolvendo a patologia, por outro mostra tão somente que foram esses os registros clínicos oriundos de uma prática clínica que por sua natureza atendia justamente essa população de pacientes vivendo quadros patológicos. Porém, isso não significa que tais investigadores, como visto ao longo deste trabalho, tivessem ignorado que a dissociação fosse em si um fenômeno de ordem absolutamente normal, o que de fato foi demonstrado pelos registros que tais investigadores deixaram em suas respectivas teorias.

Se o *continuum* dissociativo se movimenta desde as experiências mais comuns e normais até as experiências mais raras e patológicas, tal *continuum* também pode se movimentar entre aquelas experiências que podem ser provocadas (como aquelas que acontecem durante a hipnose), ou aquelas que são espontâneas (como a despersonalização, experiência na qual o indivíduo não reconhece a si mesmo), o que gera um quadro complexo de experiências normais que podem ser espontâneas ou provocadas e também experiências patológicas que podem ser espontâneas ou provocadas. Todo esse espectro dissociativo ainda gera convergências teóricas que até o momento não foram totalmente resolvidas, seja no sentido da determinação do que é exatamente normal ou patológico (decisão essa que, como vimos, sofre diversas influências, principalmente de ordem cultural), seja na resolução do que é ou não uma dissociação e também sua relação com a hipnose (embora ambos estejam até certo ponto associados, não é correto afirmar categoricamente que sejam sinônimos ou mesmo que uma esteja presente sempre que a outra também está).

O presente trabalho apresentou o fenômeno dissociativo como construção histórica que se desdobrou desde práticas antigas de cura até as práticas psicológicas e psiquiátricas da contemporaneidade, mostrando uma estreita relação entre esses dois momentos históricos que se conectam tanto pelo elemento dissociativo como pelo hipnótico, que se apresentaram como denominadores comuns entre todas essas práticas terapêuticas e psicoterapêuticas. Então, as práticas xamanísticas mais antigas e as viagens astrais cujo objetivo eram o resgate da alma dos doentes pôde ser comparada às práticas hipnóticas de tempos mais atuais nas quais o objetivo era o resgate do ego em relação ao controle de suas próprias funções. Por conta de investigação maciça realizada a partir do século XIX com experimentos hipnóticos, ocorreu uma melhor compreensão do

mecanismo dissociativo e houve também um florescimento de modernas concepções sobre a mente e suas divisões (entre consciente e inconsciente, por exemplo). Sendo assim, a hipnose foi compreendida como um fenômeno que possui tanto elementos sociais e relacionais (a sugestão, que se reflete na dissociação contextual), como os elementos pessoais (a sugestionabilidade, que se reflete na dissociação tendencial), ou seja, a hipnose foi ao longo do presente trabalho entendida tanto em função da sugestão oferecida ao indivíduo (o *rapport* e o contexto) como também pelas características pessoais do indivíduo em receber e processar essa sugestão (a sugestionabilidade).

Os pioneiros da pesquisa psicológica, conforme apresentados ao longo da discussão, foram todos representantes dessa linhagem terapêutica que atuou profundamente a partir de elementos hipnóticos e dissociativos como constituintes dessa abordagem. Mesmo que tais atributos não tenham sido as principais ou mesmo as únicas ferramentas desses investigadores, definitivamente foram instrumentos do qual lançavam mão para atuarem nos mais diferentes casos clínicos, dos mais simples aos mais críticos, o que serviu também para mostrar como, mesmo que indiretamente, todos esses grandes investigadores percebiam que elementos além da simples característica individual eram importantes para a deflagração de um estado dissociativo, ou seja, o aspecto da sugestão se mostrou um fator muito importante na compreensão de todos. A sugestão, por sua vez, é o elemento presente em todas as épocas e em todas as curas, conhecido na psicologia moderna como *rapport* e entendido por aqueles pesquisadores como elemento essencial em todo processo hipnótico e dissociativo. Esse é o aspecto que permite a conclusão, a partir das discussões feitas ao longo do presente trabalho, de que o elemento psicossocial/contextual é relevante na configuração da experiência dissociativa para todos os autores estudados, além dos aspectos estritamente pessoais. Mesmo que os próprios autores não tenham tocado na questão psicossocial de forma direta, a discussão que fizeram ao longo ou em partes de suas teorias pôde esclarecer a importância que o contexto e o *rapport* têm na obtenção de resultados clínicos, como a premissa da “adoção” preconizada por Pierre Janet (p. 111 deste trabalho).

Outro elemento importante e pertinente nessa análise é aquele que reconhece na hipnose um papel importante e coadjuvante ao longo dessa história, pois é esse o elemento que esteve presente ao longo do tempo como ferramenta de cura, independente do nome através do qual foi conhecido e também do mecanismo utilizado para sua execução. A

hipnose é o instrumento - o “elo perdido” – da Psicologia, que ao longo de toda a discussão no presente trabalho teve sua importância tanto histórica como clínica reconhecida e que, espera-se, possa retonar ao lugar do qual nunca deveria ter saído – o de ferramenta psicológica enquanto instrumento na prática da psicoterapia.

Durante a confecção deste trabalho fiquei pessoalmente impressionado com o fato de tanto a dissociação como a hipnose terem sofrido um processo que chamarei aqui de preconceito histórico. A primeira por ter sido relegada à doença, ao invés de ser reconhecida como processo, e, a segunda, por ter sido relegada ao status de técnica infrutífera e ultrapassada, de menor importância, mesmo quando seu real valor já foi inúmeras vezes reforçado e comprovado historicamente.

Avalio que tanto a dissociação como a hipnose deveriam ser temas mais recorrentes durante a formação do profissional psicólogo, e que possam ser reconhecidas com a devida importância tanto histórica como atual que merecem. Para isso, a hipnose poderia retornar à academia e ser oferecida nos cursos de formação dos psicólogos, independente do fato de que nem todas as psicologias se utilizam ou mesmo a consideram como procedimento relevante. De fato, por existirem muitas psicologias diferentes, é absolutamente natural que não haja espaço para a hipnose e a dissociação em todas as teorias, mas, para aquelas nas quais ressoar a premissa de que a mente é múltipla e que seus respectivos elementos podem ser tanto dissociados como ressociados, permanece aqui o convite para que seja dada continuidade a esta longa e complexa linhagem terapêutica, e que a psicologia como um todo possa ser beneficiada com tal reconhecimento. Dito isso, entendo ser pertinente que novas pesquisas continuem avaliando a relação entre a dissociação e a hipnose, e também os potenciais clínicos dessa última.

Finalmente, considero relevante apontar que fenômenos religiosos e místicos, a partir da abordagem feita ao longo dessa pesquisa, não são desvalorizados enquanto experiência por serem, muitas vezes, possivelmente associados à dissociação. A dissociação é um fenômeno pessoal e social, um processo psicológico através do qual os indivíduos relatam as mais diversas vivências, porém, o significado atribuído a elas e seu valor ontológico não foram em nenhum momento alvos da presente investigação, permanecendo tal discussão a cargo de futuras e novas pesquisas.

6. Referências

ALVARADO, C.S. **Dissociation and state specific psychophysiology during the nineteenth century.** *Dissociation*. Vol. 11. No. 03, 1989.

_____. **La Mente Fragmentada:** Fenomenos Disociativos durante El Siglo 19. *Revista Puertorriqueña de Psicología*. Vol.7, p. 67-77, 1991a.

_____. **Iatrogenesis and Hypnosis:** A Historical Note. *Dissociation*, Vol. IV, no. 01, 1991b.

_____. **Gifted subjects contributions to psychical research:** the case of Eusapia Palladino. *Journal of the Society for Psychical Research*. Vol. 59, 1993.

_____. **Dissociation in Britain During the Late Nineteenth Century:** The Society for Psychical Research, 1882-1900. *Journal of Trauma & Dissociation*, Vol 3, p. 09-33, 2002.

_____. **On the centenary of Frederick W.H. Myers's *Human Personality and its Survival of Bodily Death*.** *Journal of Parapsychology*. Vol 68. 2004.

_____. **Note on Online Books and Articles About the History of Dissociation.** *Journal of Trauma & Dissociation*. Vol. 09, p. 107-118, 2008.

_____. **Ambroise August Liébeault and Psychic Phenomena.** *American Journal of Clinical Hypnosis*. Vol. 52, 2009.

_____. **Psychical Research in the *Psychological Review*, 1894-1900:** A Bibliographical Note. *Journal of Scientific Exploration*, vol 23, no. 2, p. 211-220, 2009b.

_____. **Divisions of Personality and Spiritism, by Alfred Binet (1896).** *History of Psychiatry*. Vol. 21, p. 487-500, 2010a.

_____. **Nineteenth-Century Suggestion and Magnetism:** Hypnosis at the International Congress of Physiological Psychology (1889). *Contemporary Hypnosis*. Vol. 27, p. 48-60, 2010b.

_____. **Psychic Phenomena and the mind-body problem:** historical notes on a neglected conceptual tradition. *Exploring frontiers in the mind brain relationship*. New York: Springer, p.35-51, 2012a.

_____. **The Pathology and Treatment of Mediomania, by Frederic Rowland Marvin (1874).** *History of Psychiatry*. Vol. 23, p. 229-244, 2012b.

_____. **The Psychic Sciences in France: Historical Notes on the Annales des Sciences Psychiques.** Journal of Scientific Exploration, Vol. 26, no.1, p. 117-140, 2012c.

_____. **Nineteenth Century Psychical Research in Mainstream Journals: The Revue Philosophique de la France et de l'Étranger.** Journal of Scientific Exploration. Vol 27, no.4, p. 655-689, 2013.

_____. **Mediumship, Psychical Research, Dissociation, and the Powers of the Subconscious Mind.** Journal of Parapsychology. Vol. 78, p. 98-114, 2014.

_____. **G. Stanley Hall on “Mystic or Borderline Phenomena”.** Journal of Scientific Exploration, Vol 28, no. 01, p. 75-93, 2014b.

_____. **Perspectivas históricas da influência da mediunidade na construção de ideias psicológicas e psiquiátricas.** Revista de Psiquiatria Clínica, São Paulo, v. 34, suplemento 01, p. 42-53, 2007.

_____. **Report of the Committee on Mediumistic Phenomena,** by William James (1886). History of Psychiatry. Vol. 27, p. 85-100, 2016.

ALVARADO, C. S., et al. **Perspectivas históricas da influência da mediunidade na construção de ideias psicológicas e psiquiátricas.** Revista de Psiquiatria Clínica. Vol. 34, suplemento 01, p. 42-53, 2007.

ALVARADO, C. S., etc al. **Théodore Flournoy's Contributions to Psychical Research.** Journal of the Society for Psychical Research. Vol. 78, 2014.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION. **Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders: DSM-5 (Quinta Edição).** Washington DC: American Psychiatric Publishing, 2013.

AZAM, Étienne Eugene. **Hypnotisme, double conscience et altération de la personnalité.** Paris: J. B. Baillière, 1887.

BARRET, D. **Dreaming as a Normal Model for Multiple Personality Disorder.** In: Lynn, S. J. & Rhue, J. (org.) *Dissociation: Clinical and Theoretical Perspectives.* New York: The Guilford Press, p. 123-135, 1994.

BINET, A. **Alterations of Personality.** New York: D. Appleton and Company, 1896.

BOTELHO, J. B., WEIGEL, V. A. C. M. **Comunidade sateré-mawé Y'Apyrehyt: Ritual e saúde na periferia urbana de Manaus.** Hist. cienc. saude-Manguinhos. Rio de Janeiro: Vol. 18, no. 3, p. 723-744, 2011.

BRUCE, H.A. **The Riddle of Personality.** New York: Moffat Yard, p. 88-93, 1915.

_____. **Boris Sidis – An Appreciation.** Journal of Abnormal Psychology and Social Psychology, no. 18, p. 274-276, 1923.

CARDEÑA, E. **The Domain of Dissociation.** In: Lynn, S. J. & Rhue, J. (org.) *Dissociation: Clinical and Theoretical Perspectives*. New York: The Guilford Press, p. 15-31, 1994.

CARDEÑA, E., et al. **Variedades da Experiência Anômala: Análise das Evidências Científicas.** São Paulo: Editora Atheneu, 2013.

CARVALHO, E. M. M. **O Pensamento Vivo de Jung.** São Paulo: Martin Claret, 1986.

CARLSON, E. B., ARMSTRONG, J. **The Diagnosis and Assessment of Dissociative Disorders.** In: Lynn, S. J. & Rhue, J. (org.) *Dissociation: Clinical and Theoretical Perspectives*. New York: The Guilford Press, p. 159-174, 1994.

CHARCOT, J. M. **Lectures on the Diseases of the Nervous System.** Delivered at la Salpêtrière. London: The New Sydenham Society. 1877.

_____. **Lectures on the Diseases of the Nervous System.** Delivered at la Salpêtrière. Volume II. Second Series. London: The New Sydenham Society. 1881.

_____. **Clinical Lectures on Diseases of the Nervous System.** Delivered at the infirmary of La Salpêtrière. Volume III. London: The New Sydenham Society. 1889.

CIAMPA, A. C. **Identidade.** In: Lane, S. & Codo, W. (org.). *Psicologia Social: o homem em movimento*. São Paulo: Brasiliense, p. 58-77, 2006.

CRABTREE, A. **Automatisms and Secondary Centers of Consciousness.** In: Kelly, E. F. et al. *Irreducible Mind: Toward a Psychology for the 21st Century*. New York: Rowman & Littlefield Publishers, Inc, p. 301-366, 2007.

DAVID, B. **Biographie de Charles Richet (1850 – 1935) prix Nobel de médecine em 1913.** Revue Française d'Allergologie et d'Immunologie Clinique. Paris: Vol. 42, p. 01-05, 2002.

DENTELLO, F. **Análise do conceito de eu em James e Skinner.** 91 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Experimental). Instituto de Psicologia. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2009.

ELLENBERGER, H. F. **The Discovery of the Unconscious: The History and Evolution of Dynamic Psychiatry.** New York: Basic Books, 1970.

FERNANDES, M. I. A. **Negatividade e Vínculo - A mestiçagem como ideologia.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

FLOURNOY, T. **Des Indes à la Planète Mars: Étude sur un Cas de Somnambulisme avec Glossolalie.** Paris: Félix Alcan, 1900.

FOUCAULT, M. **Doença Mental e Psicologia.** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1975.

FOUCAULT, M. **O Poder Psiquiátrico**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

FRANKEL, F. H. **Dissociation in Hysteria and Hypnosis: A Concept Aggrandized**. In: Lynn, S. J. & Rhue, J. (org.) *Dissociation: Clinical and Theoretical Perspectives*. New York: The Guilford Press, p. 80-93, 1994.

GILLISPIE, C. C., et al. **Alfred Binet: Complete Dictionary of Scientific Biography**. 2^a ed, Detroit: Charles Scribner's Sons, p. 131-132, 2008.

GUTHRIE, E. R. **Pierre Janet: 1859-1947**. *Psychological Review*. Vol 55, p. 65-66, 1948.

HACKING, I. **Múltipla Personalidade e as Ciências da Memória**. Rio de Janeiro: José Olympio, 2000.

HILGARD, E. R. **Neodissociation Theory**. In: Lynn, S. J. & Rhue, J. (org.) *Dissociation: Clinical and Theoretical Perspectives*. New York: The Guilford Press, p. 15-31, 1994.

JAMES, W. **The Principles of Psychology**. Vol I. New York: Henry Holt and Company, 1890a.

_____. **The Principles of Psychology**. Vol II. New York: Henry Holt and Company, 1890b.

_____. **Psychology Briefer Course**. New York: Henry Holt and Company, 1892.

JANET, P. **L'automatisme Psychologique: essai de psychologie expérimentale sur les formes inférieures de l'activité humaine**. Québec: L'Université du Québec à Chicoutimi, 2003.

JUNG, C. G. **O eu e o inconsciente**. Obras Completas de Carl Gustav Jung, vol.7/2. Petrópolis: Vozes, 2011.

_____. **Índices Gerais: Onomástico e Analítico**. Obra Completa de C.G. Jung, vol. 20. Petrópolis: Editora Vozes, 2011.

_____. **Structure & Dynamics of the Psyche**. The Collected Works of C. G. Jung. Vol. 8. Complete Digital Edition. New Jersey: Princeton University Press, 1975.

KIHLSTROM, J. F. **One Hundred Years of Hysteria**. In: Lynn, S. J. & Rhue, J. (org.) *Dissociation: Clinical and Theoretical Perspectives*. New York: The Guilford Press, p. 365-394, 1994.

KRIPPNER, S. **Cross-Cultural Treatment Perspectives on Dissociative Disorders**. In: Lynn, S. J. & Rhue, J. (org.) *Dissociation: Clinical and Theoretical Perspectives*. New York: The Guilford Press, p. 338-361, 1994.

LEWIN, K. **Princípios de Psicologia Topológica**. São Paulo: Cultrix (Editora da Universidade de São Paulo), 1973.

LYNN, S. J., GREEN, J. P. **The Sociocognitive and Dissociation Theories of Hypnosis: Toward a Rapprochement.** *International Journal of Clinical and Experimental Hypnosis.* Vol. 59, p. 277-293, 2011.

MARALDI, E. O. **Metamorfoses do Espírito:** Usos e sentidos das crenças e experiências paranormais na construção da identidade de médiuns espíritas. 454 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Graduação em Psicologia. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

_____. **Dissociação, crença e identidade:** uma perspectiva psicossocial. 629 f. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2014.

MARALDI, E. O., MACHADO, F. R., ZANGARI, W. **Importance of Psychosocial Approach for a Comprehensive Understanding of Mediumship.** *Journal of Scientific Exploration,* vol. 24, p. 181-196, 2010.

MENEZES JUNIOR, A., ALMINHANA, L., MOREIRA-ALMEIDA, A. **Perfil sociodemográfico e de experiências anômalas em indivíduos com vivências psicóticas e dissociativas em grupos religiosos.** *Rev. psiquiatr. clín.* São Paulo, vol. 39, no. 06, p. 203-207, 2012.

MOREIRA-ALMEIDA, A. **Fenomenologia das Experiências Mediúnicas:** Perfil e psicopatologia de médiuns espíritas. 205 f. Tese (Doutorado) Faculdade de Medicina. Universidade de São Paulo, 2004.

MOREIRA-ALMEIDA, A.; CARDEÑA, E. **Diagnóstico diferencial entre experiências espirituais e psicóticas não patológicas e transtornos mentais:** uma contribuição de estudos latino-americanos para o CID-11. *Rev. Psiquiatr. Clín.* São Paulo, vol. 33, Supl. I, p. 21-28, 2011.

MURRAY, H. A. **Morton Prince:** sketch of his life and work. *The Journal of Abnormal and Social Psychology.* Vol. 52, p. 291-295, 1956.

MYERS, F. W. H. **Human Personality and Its Survival of Bodily Death.** Vol I. New York: Longmans, Green, and CO, 1903a.

_____. **Human Personality and Its Survival of Bodily Death.** Vol II. New York: Longmans, Green, and CO, 1903b.

_____. **French Experiments in Strata of Personality.** In: *Proceedings of the Society for Psychological Research,* vol. 5, p. 374-397, 1888.

NEGRO JUNIOR, P. J., PALLADINO-NEGRO, P., LOUZA, M. R. **Dissociação e transtornos dissociativos:** modelos teóricos. *Rev. Bras. Psiquiatr.,* São Paulo, vol. 21, no. 4, p. 239-248, 1999.

NICHOLAS, S., GOUDEN, Y., ZACHARY, L. **The Memory of Two Great Mental Calculators: Charcot and Binet's Neglected 1893 Experiments.** *The American Journal of Psychology*. Vol. 124, p. 235-242, 2011.

PANDEY, S. **Jean-Martin Charcot Pathologist, Neurologist, Psychiatrist and Physician.** *Annals of Indian Academy of Neurology*. Vol. 15, p. 297-298, 2012.

PEREIRA, M. E. C. **Pierre Janet e os Atos Psíquicos Inconscientes Revelados pelo Automatismo Psíquico das Hístericas.** *Rev. latinoam. psicopatol. fundam.*, São Paulo, vol. 11, no. 2, p. 301-309, 2008.

PIERI, P. F. **Dicionário Junguiano.** São Paulo: Editora Vozes, 2002.

PLAS, R. **Naissance d'une Science Humaine: la psychologie.** *Les psychologues et le "merveilleux psychique"*. Collection Carnot. Paris: Presses universitaires de Rennes, 2000.

_____. **Psychology and Psychical Research in France Around the end of the 19th Century.** *Hystory of the Human Sciences*. Vol 25, vol. 02, p. 91-107, 2012.

PRINCE, M. H. **The Dissociation of a Personality: A Biographical Study in Abnormal Psychology.** London: Longmans, Green, and Co, 1906.

PUTNAM, F. W. **Dissociative Disorders in Children and Adolescents.** In: Lynn, S. J. & Rhue, J. (org.) *Dissociation: Clinical and Theoretical Perspectives*. New York: The Guilford Press, p. 175-189, 1994.

QUEIROZ, G. J. P. **Uma Visão Psicossocial do Papel da Música na Umbanda e na Reorganização das Identidades.** 432 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2017.

ROWAN, J. **Subpersonalities: The People Inside Us.** New York: Routledge, 1991.

SIDIS, B. **The Psychology of Suggestion: A Research into the Subconscious Nature of Man and Society.** New York: D. Appleton & Co., 1898.

SILVA FILHO, P. A. **Imaginação Ativa: Representação e Prática na Clínica Junguiana.** 133 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). Curso de Psicologia. Universidade Bandeirante de São Paulo. São Paulo, 2010.

SILVA, J. W. **O Princípio que Fundamenta a Tripartição da Alma na República de Platão.** *Revista de Estudos Filosóficos e Históricos da Antiguidade*. Campinas: no. 25, 2008.

_____. **A Tripartição da Alma na República de Platão.** 2011. 144f. Tese (Doutorado em Filosofia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, 2011.

SILVEIRA, N. **Jung**: Vida e Obra. Coleção Vida e Obra. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 7º ed., 1981.

SPANOS, N., BURGESS, C. **Hypnosis and Multiple Personality Disorder: A Sociocognitive Perspective**. In: Lynn, S. J. & Rhue, J. (org.) *Dissociation: Clinical and Theoretical Perspectives*. New York: The Guilford Press, p. 136-155, 1994.

STEVENSON, R. L. **O Estranho Caso do Dr. Jekyll e Mr. Hide**. São Paulo: Hedra, 2011.

TEIVE, H. A. G., et al. **Charcot and Brazil**. Arquivos de Neuro Psiquiatria. Vol. 59, no. 2ª, p. 295-299, 2001.

WEST, L. J., Martin, P. **Pseudo-Identity and the Treatment of Personality Change in Victims of Captivity and Cults**. In: Lynn, S. J. & Rhue, J. (org.) *Dissociation: Clinical and Theoretical Perspectives*. New York: The Guilford Press, p. 268-288, 1994.

WOOD, E. Z., BOWERS, K. S. **A Frontal Assault on Dissociated Control**. In: Lynn, S. J. & Rhue, J. (org.) *Dissociation: Clinical and Theoretical Perspectives*. New York: The Guilford Press, p. 52-79, 1994.

ZANGARI, W. **Incorporando Papéis**: Uma leitura psicossocial do fenômeno da mediunidade de incorporação de médiuns de Umbanda. 350 f. Tese (Doutorado em Psicologia). Instituto de Psicologia. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003.